

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

JOSIAS ALVES DA COSTA

**“CAPITAL DA ESPERANÇA”
AS MANIFESTAÇÕES DO ARQUÉTIPO DE ESPAÇO SAGRADO NA
GEOGRAFIA DE BRASÍLIA**

GOIÂNIA
2014

JOSIAS ALVES DA COSTA

**“CAPITAL DA ESPERANÇA”
AS MANIFESTAÇÕES DO ARQUÉTIPO DE ESPAÇO SAGRADO NA
GEOGRAFIA DE BRASÍLIA**

Dissertação elaborada para apresentação na
Banca de Defesa do Mestrado em Ciências
da Religião do Departamento de Filosofia e
Teologia da Pontifícia Universidade Católica
de Goiás, em 2014/1.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Gonçalves
Garcia.

GOIÂNIA

2014

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)
(Sistema de Bibliotecas PUC Goiás)

Costa, Josias Alves da.

C837c “Capital da Esperança” [manuscrito] : as manifestações do
arquétipo de espaço sagrado na Geografia de Brasília / Josias Alves
da Costa. – 2014.
134 f. ; 30 cm.

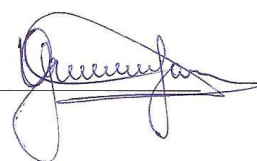
Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de
Goiás, Mestrado em Ciências da Religião, 2014.
“Orientador: Prof. Dr Gilberto Gonçalves Garcia”.
Bibliografia.

1. Arquétipos – Brasília (DF). 2. Templos. 3. Interpretação de
imagens I. Título.

CDU 2-524.4(043)

DISSERTAÇÃO DO MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO DEFENDIDA
EM 24 DE FEVEREIRO DE 2014 E APROVADA PELA BANCA
EXAMINADORA

1) Dr. Gilberto Gonçalves Garcia / PUC Goiás (Presidente)



2) Dra. Irene Dias de Oliveira / PUC Goiás (Membro)



3) Dr. José Florêncio Rodrigues Junior / UnB (Membro)



AGRADECIMENTOS

À Paula pelos olhares noturnos e ler junto comigo;
ao Dr. Gilberto Garcia, orientador e tudo o mais que pôde fazer;
ao Dr. Florêncio Jr. e a Dra. Lídia Xavier pelas dicas oferecidas e aceitas;
aos companheiros de jornada Rogério Azevedo e Alexandre Coelho.

A Deus, a quem se atribui o conhecimento!

*“Há alguma coisa de que se possa dizer: Vê isto é novo?
Ela já existiu nos séculos que foram antes de nós.”*

Eclesiastes 1.10

RESUMO

COSTA, Josias Alves da. “Capital da Esperança” As manifestações do arquétipo de espaço sagrado na geografia de Brasília. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás – Goiânia 2014.

A presente pesquisa busca compreender os motivos que levaram o projeto da fundação de Brasília a se concretizar com forte carga de valor simbólico e entender os sentidos que levaram à sua imaginação e consecução. Para esse fim, buscará identificar as manifestações do arquétipo de espaço sagrado na geografia do Planalto Central de Brasília, observadas em alguns templos religiosos e outras construções civis da cidade. Desse modo, também buscará estabelecer a relação entre o sonho, expectativa e planejamento da futura capital com a simbologia impressa em suas edificações. Isso será possível por meio do diálogo com a teoria dos arquétipos, que será utilizada para se interpretar o inconsciente imaginário envolvido para fazer surgir a cidade. Ademais, a teoria será utilizada na tentativa de explicar a origem das formas arquetípicas visualizadas nos templos e em algumas edificações de Brasília, bem como os pressupostos usados pelos arquitetos e os pioneiros para a idealização e construção da cidade.

Palavras-chave: Brasília, templos, arquétipos, imagens e imaginação.

ABSTRACT

COSTA, Josias Alves da. (City of Hope” The manifestations of archetype of sacred space in the geography of Brasília. Master (MSc) – Catholic University of Goiás – Goiânia 2014.

This purpose seeks to understand the reasons which led the project of the foundation of Brasilia to finish with a strong load of symbolic value and understand the way that led to his imagination and achievement. For this purpose, this research will seek to identify the manifestations of the archetype of sacred space in the geography of the Central Plateau of Brasilia, these manifestations were observed in some religious temples and other civil constructions in the city. Thus, this work will also seek to establish the relationship between dreams, anticipation and planning for future capital with printed symbols on their buildings. This discussion will be possible through dialogue with the theory of archetypes, which will be used to interpret the unconscious imagination involved to make the city appear. Besides, the theory will be used in an attempt to explain the origin of archetypal forms displayed in temples and some buildings of Brasilia as well as the assumptions used by architects and pioneers to the idealization and city construction.

Keywords: Brasilia, temples, archetypes, images and imagination.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOS

Foto 1 – Elevados montanhosos das terras do Planalto (grifo meu)	50
Foto 2 – Comissão de Exploração do Planalto Central, 1894	55
Foto 3 – Comunidade Eclética	65
Foto 4 – O Jardim de Maytree (Chapada dos Veadeiros)	65
Foto 5 – Vista panorâmica do Vale do Amanhecer	66
Foto 6 – Visão panorâmica da Casa Dom Inácio de Loyola	66
Foto 7 – Alvorada no Planalto Central	69
Foto 8 – Vista aérea da Praça dos Três Poderes – 1959	75
Foto 9 – O 1º Catetinho	76
Foto 10 – O 2º Catetinho	76
Foto 11 – Pedra fundamental de Brasília	84
Foto 12 – Palácio da Alvorada	85
Foto 13 – Palácio do Planalto	85
Foto 14 – Palácio da Justiça	85
Foto 15 – Ministério das Relações Exteriores: Itamarati	86
Foto 16 – Congresso Nacional	86
Foto 17 – Torre Digital: Flor do Cerrado	87
Foto 18 – Museu da República	87
Foto 19 – O Plano Piloto de Brasília: a borboleta de Lúcio Costa	89
Foto 20 – Borboleta, símbolo do Plano Piloto	90
Foto 21 – Conselho Nacional de Educação	95
Foto 22 – Catedral Rainha da Paz	95
Foto 23 – Templo da Boa Vontade	105
Foto 24 – Capela da Ermida Dom Bosco	107
Foto 25 – Sambódromo do Rio de Janeiro	107
Foto 26 – Rodoviária do Plano Piloto com Esplanada ao fundo	110
Foto 27 – Museu da República: forma triangular oval	110
Foto 28 – Panorâmica do Museu e Catedral Metropolitana	111
Foto 29 – Igreja Messiânica Mundial do Brasil	112

Foto 30 – Catedral de Brasília	113
Foto 31 – Torre de sinos da Catedral de Brasília	114
Foto 32 – Catedral Rainha da Paz	116
Foto 33 – Memorial JK	117
Foto 34 – Conselho Nacional de Educação	118
Foto 35 – Teatro Nacional	120
Foto 36 – Panteão da República	121
Foto 37 – Supremo Tribunal Federal: o traço triangular em movimento	121
Foto 38 – Palácio do Planalto: o traço visível nas colunas	122
Foto 39 – Palácio da Alvorada: colunas triangulares	123

FIGURAS

Figura 1 – Traço fundamental de Brasília e suas variações 1	78
Figura 2 – Traço Fundamental de Brasília e suas variações 2	78
Figura 3 – Pirâmide quadrangular, pentagonal e hexagonal	80
Figura 4 – Tronco de pirâmide	80
Figura 5 – O traço fundamental	88
Figura 6 – Mãos unidas	116
Figura 7 – Zigurate	117

QUADRO

Quadro 1 – Poesia: O Planalto Deserto – parte da <i>Sinfonia da Alvorada</i>	68
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 AS MANIFESTAÇÕES E AS ENCENAÇÕES ARQUETÍPICAS	19
1.1 RAÍZES EPISTEMOLÓGICAS DO CONCEITO DE ARQUÉTIPO	19
1.2 A TEORIA DOS ARQUÉTIPOS SEGUNDO CARL JUNG	25
1.3 A IMAGINAÇÃO E A IMAGEM COMO PROPULSORES DO ARQUÉTIPO	29
1.4 ESPAÇOS SAGRADOS, MITOS E SÍMBOLOS COMO PRESSUPOSTOS PARA O SURGIMENTO DOS ARQUÉTIPOS	34
1.4.1 A Importância dos Espaços Sagrados na Teoria Arquetípica.....	34
1.4.2 Os Mitos e sua Importância no Surgimento do Arquétipo.....	38
1.4.3 Os Símbolos como Referência para os Arquétipos	42
2 A SAGA DE BRASÍLIA E O MISTICISMO EM SUA GEOGRAFIA	46
2.1 O SURGIMENTO DE UM SONHO: A IDEALIZAÇÃO DE UMA NOVA CIDADE	50
2.2 A MISSÃO CRULS E A LOCALIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO DE BRASÍLIA	53
2.3 O MISTICISMO NO PLANALTO CENTRAL DE BRASÍLIA.....	60
2.3.1 Os elevados altiplanos e a ideia de Alvorada	67
3 A FORMA PIRAMIDAL COMO TRAÇO ARQUETÍPICO DAS EDIFICAÇÕES DO PLANALTO CENTRAL DE BRASÍLIA	71
3.1 ANTECEDENTES: A TRANSFORMAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA NO BRASIL A PARTIR DA SEMANA DE ARTE DE 1922.....	71
3.2 DA PEDRA FUNDAMENTAL AO SURGIMENTO DO CONCRETO	74
3.3 O SENTIDO DE TRAÇO ARQUETÍPICO.....	77
3.4 A VISÃO DO TRAÇO PIRAMIDAL NAS EDIFICAÇÕES DA CIDADE DE BRASÍLIA	82
3.5 RELIGIOSIDADE E MISTICISMO PRESENTES NAS FORMAS ARQUITETÔNICAS DAS CONSTRUÇÕES DE BRASÍLIA.....	91

4	ICONOLOGIA E ICONOGRAFIA: UMA LEITURA DAS MANIFESTAÇÕES ARQUETÍPICAS NOS TEMPLOS DE BRASÍLIA	97
4.1	CONCEITO DE ICONOLOGIA E ICONOGRAFIA A PARTIR DO PENSAMENTO DE PANOFSKY	99
4.2	OS TEMPLOS RELIGIOSOS COMO ARTE ARQUETÍPICA NA CIDADE DE BRASÍLIA	102
4.3	A HARMONIA ENTRE O CIVIL E O SAGRADO, O PROFANO E O RELIGIOSO, NOS TEMPLOS E NAS EDIFICAÇÕES DA CAPITAL FEDERAL	106
	CONCLUSÃO	125
	REFERÊNCIAS	130

INTRODUÇÃO

A construção de uma cidade, a partir da sua visão e de seu marco inicial, pressupõe um sonho, um planejamento; uma imaginação e uma estratégia. Esses expedientes e significados, certamente, foram aplicados na elaboração e na construção da cidade de Brasília, na região do Planalto Central do Brasil.

Em quase todos os prédios erguidos na capital, consegue-se, de alguma forma, perceber valores de retórica mitológica, ritualística e simbólica. A dimensão mitológica se apresenta na própria história de como a cidade foi planejada, incluindo a expedição realizada para a escolha e a demarcação da região, fazendo com que ela absorvesse suposições encontradas, até hoje, em mitos localmente narrados. Se, no sentido conceitual da palavra, mito é a tentativa de encontrar alguma explicação para aquilo que está apenas no imaginário, assim, a saga de Brasília também pode ser ponderada a partir da ideia, dos valores e princípios mitológicos.

A ritualística, outro passo de retórica, mostra-se quando quem observa os formatos das edificações erguidas na capital também vê neles as etapas de um rito, isto é, um processo a ser seguido da mesma maneira, passo a passo. Em um conceito simples, rito é algo que se faz rotineiramente, à medida que se movimenta em torno de alguma coisa considerada sagrada. Podemos pensar que, para os primeiros exploradores da região do Planalto Central, era quase uma celebração, um rito processional, o caminhar errante na direção das terras que iriam abrigar uma cidade planejada, antes mesmo de qualquer traço de construção, e que, mesmo depois de erguida todas as suas edificações, ainda manteve em seu ordenamento um ato ritualístico.

E a retórica simbólica se faz presente quando grande parte das edificações do Planalto Central carrega um sentido visual de materialização dos desejos mitológicos e ritualísticos. A verdadeira concretização do sonho é revelada na construção dos edifícios. Com estes pressupostos, a capital foi erguida de maneira a expressar, em suas edificações, o desejo e o sonho de seus idealizadores.

Segundo a teoria da imaginação como acena Jean-Paul Sartre (2012, p.13), não é difícil compreender a necessidade de se ter ideias, sonhos e a busca pela visualização dos mitos, símbolos e ritos presentes em todas as ações humanas e essencialmente nas construções das zonas urbanas. Esses mitos, esses ritos e

esses símbolos terão um papel fundamental para a concepção desses espaços urbanos.

Neste sentido, tanto a teoria da imaginação quanto as ideias arquetípicas, que envolvem os mitos, os ritos e os símbolos, podem ser usadas para narrar e entender a concepção e a construção de Brasília.

Os problemas, que se apresentam diante da pesquisa, são de compreender os motivos que levaram a esta forte carga de valor simbólico e entender os sentidos que levaram à sua imaginação e consecução. É um desafio que a própria estrutura física da região coloca a qualquer um que a vivencia. Quer sejam por sua topografia, muito bem observada, composta de platôs infinitos, cachoeiras e grutas; quer sejam por sua exótica flora e tantos outros fenômenos naturais, que compõe a geografia natural da região; ou pelo seu paisagismo urbano atual, esses detalhes topográficos irão contribuir para uma resposta mais razoável a esta mística encontrada na capital. De qualquer ângulo que se observe, a sensação que se sente é a mesma, há uma forte carga de valores simbólicos.

Essa já é uma razão pela qual se torna relevante resgatar a relação do sonho e do planejamento que formam a base motivacional das edificações erguidas. Isso se torna possível por meio de um diálogo com as teorias dos arquétipos que, presumivelmente, dão resposta a esse inconsciente imaginário utilizado para fazer surgir uma cidade.

O resgate, ainda que de maneira não aprofundada, da teoria do arquétipo nos dá uma luz sobre os conceitos envolvidos na construção dos espaços sagrados, nessa região. Isso porque as imagens e os formatos dos edifícios da capital foram de alguma maneira pré-visualizados na imaginação dos primeiros construtores, esse pensamento ganha algum sentido pela teoria da imaginação de Sartre (2012).

É por essa razão que a teoria dos arquétipos pode explicar, razoavelmente, o aparente paradoxo da semelhança entre a arquitetura modernista da cidade e as construções de civilizações passadas. Qualquer transeunte pode nela encontrar edifícios em forma de figuras geométricas como pirâmides, cubos, formas esféricas, onduladas, muito semelhantes às estruturas de edificações de outros lugares do mundo antigo.

Sob os cuidados do lápis dos primeiros arquitetos da cidade, especialmente Oscar Niemeyer e sua equipe de trabalho, foi rascunhada, a maioria dos desenhos das estruturas de concreto erguidas na capital do Brasil. Certamente, estes

construtores trabalharam a partir de ideias e de sentimentos próprios para alcançar o que temos hoje de imagem nos projetos arquitetônicos da cidade.

Por mais que se conte e reconte, de forma popular, a história das construções do Distrito Federal e de suas formas, sempre permanece uma pergunta de fundo: de onde surge a inspiração para a configuração comum de suas edificações?

Como referencial teórico desta discussão, serão utilizados os conceitos de arquétipos formulados por Platão e os platonistas, considerados seus discípulos, e Carl Jung, em sua teoria desenvolvida sobre os arquétipos como contribuição essencial para a compreensão da forma comum das construções de alguns templos e de algumas edificações civis da cidade de Brasília.

Serão, ainda, utilizados conceitos de Jean-Paul Sartre, Gilles Deleuze e Erwin Panofsky, como fundamentação teórica deste trabalho. Os dois primeiros, com sua teoria da imagem e imaginação, entendendo que as formas das edificações da capital surgem primeiramente no pensamento e, só depois, materializam-se. E Panofsky, por seus conceitos de iconologia e iconografia, partindo do pressuposto de que as edificações da cidade comunicam outras coisas além do visto no primeiro plano e podem, por meio dessa teoria, ser suficientemente interpretadas.

Estas teorias serão utilizadas na tentativa de explicar a origem das formas arquetípicas visualizadas nos templos e em algumas edificações de Brasília. Também explicar quais foram os pressupostos usados pelos arquitetos e os pioneiros para a idealização e construção da cidade. Constituindo-se, assim, a hipótese possível desse trabalho.

Esta tentativa terá como consequência, neste trabalho, a retomada da saga do sonho da nova capital desde seus primórdios e da Expedição Cruls, como marco inicial do planejamento e conclusão da transferência da capital do Brasil para o interior, até os dias atuais.

O título *“Capital da esperança” – As Manifestações do Arquétipo de Espaço Sagrado na Geografia de Brasília* retrata o desejo de se compreender melhor, como objetivo mais geral, os sentimentos e pressupostos por trás das edificações da Capital do país, utilizando, como seu principal objeto, as manifestações do arquétipo de espaço sagrado na geografia do Planalto Central de Brasília como podem ser observadas em alguns templos religiosos e outras construções da região da cidade.

A teoria já mencionada será estudada e aplicada ao espaço sagrado e seus simbolismos.

Trabalhando os conceitos de arquétipos e todos os simbolismos inseridos através deles, ainda assim, não se esgotam os problemas e os questionamentos feitos por quem observa os edifícios da cidade de Brasília, especialmente, os de natureza religiosa. Mas, é justamente neles que se pode obter alguma resposta à pergunta: como uma cidade projetada por homens não ligados a uma religião e que não davam valor às questões religiosas, chegou a ser uma das cidades brasileiras com o maior número de construções remetendo à mística de espaço sagrado?

Mesmo os edifícios sem finalidade religiosa apresentam, em sua estrutura, uma concepção arquitetônica de espaço destinado ao rito. Neste aspecto, surge uma motivação inicial à pesquisa: a questão das imagens arquetípicas, representadas nas edificações da cidade, leva a supor que, de alguma maneira, um sentimento interno de sacralidade acompanhava os pioneiros de Brasília. Isto pode explicar o simples fato de o porquê da cidade, ainda que idealizada e elaborada para ser um centro administrativo do Brasil, tornar-se um lugar que respira religiosidade em vários de seus espaços públicos.

Chamam a atenção de quem visita o Planalto Central, especialmente a cidade de Brasília, a configuração arquitetônica dos prédios públicos e dos templos religiosos e suas formas piramidais. Destacam-se, dentre essas edificações, o prédio da Central Elétrica de Brasília (CEB¹); a Ermida Dom Bosco, símbolo da profecia que alavancou o sonho da construção da cidade; o Teatro Nacional, edificação das artes; que, em suas formas piramidais, mostram a necessidade de seus idealizadores em referenciar, de alguma maneira, todas as formas a templos antigos.

A cidade, por outro lado, está repleta de edificações religiosas em forma piramidal, como exemplo: a Catedral Rainha da Paz, situada no setor militar urbano, levantada na década de noventa; e a Catedral de Brasília, que fica situada na entrada da esplanada dos ministérios, apresentando a ideia a quem passa por lá de que primeiro se recebe a 'benção do senhor' e depois caminha para o trabalho e os

¹ O prédio da Central Elétrica de Brasília foi derrubado em 30 de outubro de 2012, durante a elaboração deste trabalho de dissertação, depois de comprado por um consórcio de construtores chamados de Ipê Amarelo.

afazeres diários; a igreja messiânica e a igreja anglicana; todas com sua estrutura voltada a templos antigos da civilização humana.

É diante de situações reais, imaginárias e simbólicas, percebidas nas edificações erguidas na cidade de Brasília, que se apresentam, ainda, outros motivos e questionamentos: a que se deve tamanho número de construções com a mesma configuração? Seria, essa semelhança, uma manifestação material de um arquétipo humano? Ou seria apenas um modismo arquitetônico que remonta a tempos antigos? Neste caso, mesmo em se tratando de modismo, quais são as raízes arquitetônicas que levaram os primeiros construtores da cidade de Brasília a essa moda de arquitetura?

Dessa observação comum, vale analisar, de modo específico, a configuração dos espaços sagrados como manifestação mais detalhada do arquétipo possível, que é o objeto de estudo desse trabalho. Assim, a pesquisa reduz toda a arquitetura brasiliense aos templos religiosos e a alguns edifícios específicos da cidade.

A partir dessa segmentação da pesquisa, outras questões se levantam: Quais os significados do traço dessas construções para os seus idealizadores? Seriam, os espaços religiosos dessa região, apenas uma imitação estética de templos antigos ou de fato uma projeção arquetípica? Como as pessoas que projetaram estes templos religiosos chegaram ao formato comum piramidal dos mesmos?

É neste ponto que um resgate dos conceitos de arquétipo, oriundos das definições de Platão e Jung, passando pelo simbolismo e pelas ideias mitológicas de espaço sagrado, abre a discussão sobre o que está por trás da formatação das edificações da cidade Brasília.

Para alcançar este propósito, no primeiro capítulo, será feita uma abordagem teórica que tratará dos conceitos gerais sobre as manifestações e as encenações arquetípicas, através de uma abordagem sobre as raízes epistemológicas do conceito de arquétipo a partir da teoria junguiana. Ainda, com o auxílio da teoria de Jung, serão abordados tópicos seletos como a questão sobre a estética e o inconsciente coletivo, a imaginação e as imagens com o objetivo de ilustrar a ideia de espaço sagrado, símbolos e mitos.

No segundo capítulo, o processo de fundação de Brasília é a meta a ser alcançada no sentido da argumentação explicativa para a temática do arquétipo

visível nos templos e em edificações civis. Para tanto, serão abordados os subitens que demonstram como a forma e a ideia da construção da cidade foram surgindo na mente dos primeiros planejadores. A Missão Cruls receberá um destaque importante devido ao fato de ter sido o marco inicial do desbravamento do local onde seria plantada a nova cidade. Ademais, nesse capítulo serão abordados temas como o misticismo no Planalto Central a partir da geografia de seus elevados montanhosos e a ideia de alvorada, bem como a origem do traço da cidade como base de entendimento do planejamento urbano inicial. A Religiosidade e o Misticismo nas Construções da Cidade, revelando o imaginário nas questões do sagrado como a fundação da cidade e dos primeiros projetos arquitetônicos, bem como o surgimento do concreto.

No terceiro capítulo, será feita uma leitura dos atos e fatos que fizeram da construção da cidade de Brasília um esboço de cidade planejada e construída para agregar as diversas ramificações da cultura brasileira. Temas como o estudo da forma piramidal como traço arquetípico, a revolução modernista de 1922, que deu sentido às mudanças na arquitetura nacional, à religiosidade e ao misticismo presentes nas formas das construções de Brasília e o surgimento do concreto serão tópicos desenvolvidos nesta etapa como forma de esboço do que é visto por quem observa a cidade.

No quarto capítulo, serão trazidos conceitos interpretativos sobre o arquétipo manifesto nos monumentos e edificações a partir da teoria da iconologia e da iconografia presentes no pensamento de Panofsky. A descrição dos templos religiosos como arte arquetípica na cidade e a harmonização entre a obra civil e a religioso, sagrada e profana, completam esta parte do trabalho.

Os temas acima fazem parte da proposta de tentar obter alguma resposta aos questionamentos feitos na problematização. Este trabalho propõe, portanto, a reflexão sobre a importância e o papel do arquétipo na ideia original do planejamento da cidade de Brasília.

1 AS MANIFESTAÇÕES E AS ENCENAÇÕES ARQUETÍPICAS

Este trabalho tem como seu objeto o estudo dos arquétipos manifestos na geografia de Brasília e observados em alguns templos religiosos e em outras edificações civis da cidade. Para esse propósito, utilizar-se-á, neste trabalho, a concepção teórica de “arquétipo” tal como formulada por Carl Jung (2011). Esta será aplicada à ideia de espaço sagrado e seus simbolismos.

Os arquétipos são observados por meio de suas manifestações e suas encenações nas edificações e em outros monumentos de caráter religioso ou civil. No entanto, só podem ser vistos quando analisados de forma mais minuciosa. Em determinadas situações, só são realmente percebidos se existir como pressuposto o conhecimento teórico geral dos conceitos de arquétipo.

Mesmo utilizando a teoria arquetípica de Jung (2011), entende-se que a teoria dos arquétipos foi formulada muitos anos antes dele. Essa teoria tem, como uma de suas raízes, a filosofia de Platão e seus discípulos. Por isso, será necessária uma breve referência ao conceito clássico da filosofia e dos estudos sobre os arquétipos para uma melhor elucidação da proposta.

1.1 RAÍZES EPISTEMOLÓGICAS DO CONCEITO DE ARQUÉTIPO

Ao se olhar para a cidade de Brasília, logo se observa que ela expressa imagens arquetípicas em sua construção. Em sua composição, aparecem figuras e formas arquitetônicas que são visualizadas em outras partes do mundo e remetem, de maneira natural, a imagens arquetípicas. Isso a torna uma cidade com uma beleza e harmonia arquitetônicas acima dos padrões normais em relação a outras cidades do país.

Tais imagens levam ao desafio de tentar compreender a origem de suas formas e onde se baseou seu planejamento de construção. Para responder, de maneira adequada, a desafios como este, é necessário remontar à história e traçar a linha do imaginário surgido nos inícios das propostas de erguimento da cidade.

Em busca de respostas para se compreender tais desafios, faz-se necessário um debate com o conceito de arquétipo, como uma possível

interpretação das figuras arquetípicas encontradas em Brasília. Nesse particular, resgatar a raiz epistemológica² do conceito de arquétipo se torna uma medida teórica de grande utilidade para melhor compreensão da questão acerca da manifestação dos arquétipos da cidade de Brasília.

Não se pode falar sobre a teoria dos arquetípicos, seja por estudos filosóficos, psicanalíticos, arquitetônicos ou por qualquer outra área do conhecimento, sem fazer um resgate da sua matriz epistemológica contemporânea e, neste caso, além de resgatar um pouco da sua história clássica, também se faz necessário referir o conceito de arquétipo a seu mais notado pesquisador, Carl Gustav Jung. Neste sentido, o passo a ser dado é tentar enxergar de onde tal conceito tem sua raiz e onde se aplicam às concepções dos espaços urbanos.

A origem de arquétipo é atribuída aos filósofos neoplatonistas (JUNG, 2011, p. 13), dentre estes se destaca Plotino³, discípulo de Platão. Plotino desenvolveu e ensinou as principais ideias e pensamentos de seu mestre. Ele e outros discípulos não tinham como pretensão inicial estabelecer de imediato um conceito a respeito do tema, ainda assim, utilizaram-no, em vários momentos, na tentativa de entender os princípios morais, nas discussões sobre alma e espírito e na forma de socialização dos valores criados a partir do pensamento dos filósofos. Agregam-se, a estes filósofos e temas, algumas intervenções do aristotelismo e do estoicismo.⁴

Foi nessa abordagem temática e expressando alguma funcionalidade dos conceitos arquetípicos, já nos filósofos clássicos, que Sandrini, em sua obra sobre Plotino e os neoplatonistas, diz o seguinte:

² Considera-se, neste texto, epistemologia tal qual como a definida no Dicionário de Filosofia do Nicola Abbagnano (1998, p. 346). Tema tratado por ele como teoria do conhecimento relacionada às questões da metafísica e da validade do conhecimento.

³ Plotino nasceu em Licópolis, no Alto Egito, e aos 28 anos dirigiu-se para Alexandria onde seguiu as lições do platônico Amônio Sacas, que o "converteu" à filosofia (pois, na escola neoplatônica, assim como entre os estoicos, a filosofia não era simples disciplina teórica, mas escola de vida espiritual, destinada a transformar inteiramente a alma, e purificá-la, a voltá-la para as realidades sublimes). Em 243, a fim de conhecer a filosofia dos persas, Plotino engajou-se no exército do imperador Gordiano; sobrevivendo aos seus desastres, estabeleceu-se definitivamente em Roma, onde abriu uma escola. Mais informações em *Mundo dos Filósofos*, site elaborado por Madjarof (2011).

⁴ Segundo Abbagnano, entende-se por aristotelismo como sendo a influência da filosofia de Aristóteles dentro da cultura ocidental, atribuindo a doutrina de Aristóteles à inspiração para o surgimento de escolas ou movimentos culturais e filosóficos (1998, p. 88). E estoicismo é a escola fundada por Zenão, no período helenístico (1998, p. 384).

Como o termo neoplatonismo indica, a reflexão plotiniana fundamenta suas raízes na reflexão platônica. Mas não só. Nela se integram elementos do aristotelismo e do estoicismo, como também outros elementos provenientes da sabedoria oriental (SANDRINI, 2011, p. 229).

Podemos conceber, levando em conta análises como esta, como também através de outros textos, que antes de filósofos, como Platão e seus discípulos, já se tinham algumas concepções do sentido de arquétipo devido ao contato do Ocidente com o conhecimento oriental. No entanto, foi com eles que a definição ganhou formulação conceitual.

Platão, então, vai aparecer na história da filosofia como postulador da ideia de arquétipo por ter mencionado, de maneira inicial, o que viria a ser, mais tarde, o conceito básico para a formação da teoria arquetípica. Diante disto, é razoável considerar que este foi um conceito bastante conhecido pelos filósofos antigos e clássicos.

Os pensadores antigos, como Platão e os platonistas, tinham como uma das finalidades, ao estudar o comportamento humano, explicar a existência da matéria e da alma e os conceitos de logos e mitos, objetivando entender as ações e reações, as criações e as rotinas da vida comunitária. Isso, mais tarde, vai servir de interpretação e explicação para suas teorias, dentre elas sobre as figuras arquetípicas (TERRIN, 2004).

O pensamento presente na filosofia de Platão é de que o mundo não foi criado de forma aleatória, sem objetividade, mas havia alguns princípios já definidos na alma. Em sua obra “A República”, por exemplo, nos discursos de conceitos morais, Platão discute o valor da ordem das coisas e a sequência da vida (PLATÃO, 2001, p. 14, 330a). Seu raciocínio, argumentado no campo das possibilidades, consistia na avaliação de haver um mundo das ideias e um mundo das formas, que, em certo sentido, eram progenitores do mundo real. O mundo das ideias seria o início mental e sentimental de qualquer construção no mundo das formas, lá se começava a imaginar como seria feita a visibilidade da forma. A forma visível era a melhor maneira de expressar essa sensação, de torná-la conhecida. Possivelmente, neste ponto, começa a se construir o conceito de arquétipo e, como bem já dito acima, foi em Plotino onde o conceito ganhou forma.

Plotino vê no *Uno* (primeira hipóstase) e no *Nous* (segunda hipóstase), como interface da alma humana (terceira hipóstase), as questões das sensações como lugar de existência do arquétipo:

O nosso mundo nada mais constitui do que uma imitação, um vestígio. “Do alto provém tudo; mas lá, tudo é belo”. Plotino, no entanto, insiste que o homem não deve fixa-se nele. Mas por outro lado, seria impiedade e injustiça desprezá-lo. Faz-se mister admirar as belezas, mas, ao mesmo tempo, esforça-se constantemente por dela afastar-se. As belezas deste mundo devem ser um trampolim, para que o homem se eleve ao puro modelo. “quando se admira uma cópia, é ao modelo que vai a admiração”. Satisfazer-se com este mundo representa para os homens esquecer-se de si mesmos (SANDRINI, 2011, p. 239).

Como se pode observar, o conceito de arquétipo é uma questão que remonta às origens da filosofia, caracterizando a importância dele para a compreensão das coisas à nossa volta. Plotino mesmo, ao falar da estética e do mundo inteligível, aborda com propriedade as questões dos pensamentos arquetípicos construídos a partir de uma sensação já pré-estabelecida no *Uno*, ou seja, na origem de todas as coisas. Portanto, ressalta-se, mais uma vez, que não é novo esse sentimento, de alguma maneira, está dentro do homem. Todos os princípios usados na vida terrena, em algum momento, aparecem.

A expectativa, então, era de entender as questões da própria existência do homem e a razão dele ser o mais importante na escala da criação da natureza e dos seres vivos. Esses conceitos, trabalhados ainda de maneira quase despreziosa, são perfeitamente vistos nos platonistas, levando, mais tarde, ao conceito do princípio de arquétipo.

A teoria do *Mito da Caverna*, onde Platão desafia os homens aprisionados a pensar e observar as figuras das imagens de sombras na parede, com o intuito de fazê-los perceber que seus sentidos visualizam as figuras no material e elas não passam de imagens projetadas na parede com alguma variação de indivíduo para indivíduo, é uma referência a este conceito, onde no interior do indivíduo nascem as imagens (ATKINSON, 2011, p. 54). Isso significa dizer que todas as coisas observadas, mesmo sem serem notadas, transformam-se em imagens no pensamento, onde mais tarde ganham forma no mundo das ideias e, do mundo das ideias, materializam-se em imagens visíveis, começando a encontrar seu próprio conceito.

Arquétipo significa: “s. m. Modelo pelo qual se faz uma obra material ou intelectual. Filosofia. Modelo ideal, inteligível, do qual se copiou toda coisa sensível: para Platão, a ideia do Bem é o arquétipo de todas as coisas boas da natureza.” E ainda (lat. Archetypus; in. Archetype, ai. Archetyp, Urbild; it. Archetipo). Modelo ou o exemplar originário ou original de uma série qualquer. As idéias de Platão foram consideradas A. enquanto modelos das coisas sensíveis e, mais frequentemente, as ideias existentes na mente de Deus, como modelos das coisas (ABBAGNANO, 1998, p. 89).

Na língua grega, encontra-se um sentido parecido: “Arquétipo (grego $\rho\chi\eta$ - arché: principal ou princípio e $\tau\acute{\upsilon}\pi\omicron\varsigma$ - tipós: impressão, uma marca) é o primeiro modelo ou imagem de alguma coisa, antigas impressões sobre algo.” O termo de origem grega significa modelo primitivo e é bastante útil para a psicologia nos conceitos de imagens. Na filosofia, Platão emprega o termo na teoria do conhecimento, onde considera as ideias como o princípio de todos os acontecimentos da realidade (INFOPÉDIA, 2003-2013).

Já nas mitologias, os arquétipos são usados para explicar as primeiras razões do comportamento dos seres mitológicos. Como no caso de Hefesto⁵, rejeitado por Zeus e banido do Olimpo, ao ver-se sozinho e tendo que sobreviver aos infortúnios do afastamento de casa, ele encontra uma maneira de se projetar como deus, mesmo longe dos deuses originários incluindo sua mãe. Ao tratar sobre este assunto, Cordeiro e Palomo comentam:

Ora existir sobreviver, a partir de uma deficiência, seja ela física ou psicológica, é ativar o arquétipo de inválido, ou talvez, e simultaneamente, o arquétipo da rejeição, aqueles aspectos da nossa alma que constelam eternas e incontestáveis feridas que pouco a pouco desenharam o nosso caminho. Evidentemente, não são necessários os correspondentes da concretude psicobiológica para ativação desse material arquetípico, mas há de se que quando ganham expressão sensorial – como em Hefesto – torna-se possível observar tal regência (CORDEIRO e PALOMO, 2007, p. 186).

Essas histórias servem para ilustrar as ideias, valores e a tentativa de encontrar algumas das razões do comportamento humano. É como se a experiência do sofrimento alavancasse uma força maior na mente e fizesse o processo de sobrevivência extrair do inconsciente uma atitude, uma razão, para compreender os sentimentos momentâneos.

Nesta lógica, Hefesto, mesmo sendo rejeitado, foi encontrando maneiras de resgatar sua dignidade e, para isso, utilizou as imagens arquivadas em sua memória como ferramentas de comprovação da sua existência. Foi no desenvolvimento sensório-motor que ele conseguiu voltar aos inícios da sua criação para alcançar um ponto de reorganização da sua própria história.

⁵ Para mais informações sobre Hefesto consultar o livro organizado por Maria Zélia Alvarenga (CORDEIRO e PALOMO, 2007, p. 183), “Mitologia simbólica”, onde conta de uma forma elucidativa os passos vistos por Hefesto ao percorrer para alcançar sua posição no mundo caído.

Deleuze, tratando sobre a imagem sensório-motora, diz que elas são arquetípicas, ficam na lembrança e se reconstróem a cada momento em que se fazem necessárias. Sua proposição é a seguinte: “A imagem sensório-motora, só retém de fato da coisa aquilo que nos interessa, ou aquilo que se prolonga na reação de uma personagem.” (2005, p. 61). Para ele, nossa mente observa, sente e guarda aquilo que nos faz bem, dentro do momento da necessidade.

Essa associação do arquétipo e a imagem produzida nos sonhos é uma das bases de sustentação dos movimentos filosóficos, e são usadas para se compreender de onde saem essas figuras construídas sem que se buscasse algum tipo de aprendizado. Entendimento como este pressupõe que os arquétipos pertencem ao indivíduo sem haver necessidade de conhecimento prévio.

Na arquitetura antiga, encontram-se outros tipos de arquétipos formados a partir das ideias dos edifícios construídos em outros lugares do mundo, ao longo da história. A torre de Babel⁶ é um exemplo clássico de manifestação arquetípica em monumentos antigos, inclusive é usada como base para a construção de outras torres erguidas mundo afora.

A construção da torre de Babel se encontra narrada no livro dos Gênesis, capítulo onze, e traz, em seu relato, a história dos sobreviventes do dilúvio bíblico, narrado no capítulo 7. Eles haviam encontrado uma terra numa planície nos arredores de Sinar e ali se motivaram para construir uma torre que fosse um marco de referência, localização e também um altar de adoração, concentrado no meio das moradias de seus habitantes (BÍBLIA SAGRADA, 2006, p. 26).

O material e formato do edifício, remontando a outras construções que os habitantes da terra usavam para edificação da torre, mostraram todo um processo de imagens arquetípicas construídas por eles em razão da necessidade de se buscar uma referência para sua própria existência, assim como uma maneira de expressar sua identidade e de se encontrar os motivos pelo qual havia sobrevivido àquele momento.

Compreendendo a torre como um templo, tem-se então um arquétipo de adoração sendo edificado de maneira visível. Os antepassados conservavam, à semelhança de hoje, os valores arquetípicos, ainda que inconsciente ou não.

⁶ Uma explicação mais detalhada sobre a Torre de Babel ler o artigo do D. J. Wiseman (1995, p. 177 a 179), Novo Dicionário da Bíblia. E, também, a nota do livro Introdução ao Antigo Testamento do Lasor, Hubbard e Bush (1999, p. 21).

As bases epistemológicas do conceito de arquétipo remontam, num primeiro plano de pesquisa, ao período filosófico clássico. No entanto, a experiência do arquétipo, como possibilidade humana, obviamente é mais antiga do que se tem possibilidade de comprovação, pois se trata de uma experiência da imaginação e do pensamento humano. Portanto, é praticamente impossível prever sua raiz originária em níveis de registro fenomenológico.

Alguns estudiosos da filosofia e da psicologia são referências temporais por terem se aventurado num projeto que pudesse conceituar arquétipos. Dentre esses pesquisadores, quem melhor compreendeu e deu uma boa contribuição à ciência sobre seu significado foi Carl Gustav Jung, psicólogo que desenvolveu este pensamento para usá-lo em suas pesquisas comportamentais.

1.2 A TEORIA DOS ARQUÉTIPOS SEGUNDO CARL JUNG

Na psicologia, os arquétipos são usados de maneira a contribuir com a evolução da ciência psicológica. Foi Jung⁷, em seus trabalhos de psicologia, quem deu o conceito moderno sobre os arquétipos. Ele não aceitava, por completo, a formulação de Platão e dos platonistas ao afirmarem o surgimento do arquétipo como algo oriundo da antiguidade, preexistente e supraordenada aos fenômenos naturais (JUNG, 2011, p. 83).

Como empirista, ele não se posicionava como os filósofos, portanto, mesmo concordando em parte com Platão, ele tinha suas divergências, especialmente no que diz respeito às questões coletivas e individuais. Para ele, as atitudes e os comportamentos naturais e a atitude individual não poderiam ter validade universal. O indivíduo estava acima da coletividade, portanto, não tinha como aceitar as ideias

⁷ Carl Gustav II Jung recebeu esse nome em homenagem a seu avô Carl Gustav I Jung. Nasceu em Kesswil, na Suíça, no dia 26 de julho de 1875 e faleceu aos oitenta e cinco anos em Zurique. Filho de Emilie Preiswerk e Johann Paul Achelles Jung, um pobre pastor do interior na cidade de Kesswil, casou-se com a segunda maior herdeira da Suíça. Jovem médico que começou sua carreira mais em busca de segurança financeira do que do sucesso profissional, foi o fundador da psicologia analítica e autor da frase “A minha vida é uma auto realização do inconsciente.” (BAIR, 2006, p. 9-23). Algumas obras que se destacam e foram publicadas em português: *A energia psíquica*; *A natureza da psique*; *A prática da psicoterapia*; *A vida simbólica: escritos diversos*; *Ab-reação, análise dos sonhos, transferência*; *Aion: estudos sobre o simbolismo do si mesmo*; *O segredo da flor de ouro: um livro de vida chinês*, este escrito com seu amigo R. Willhelm. Para mais conhecimento sobre a vida de Carl Gustav Jung, recomenda-se a leitura do livro *Jung uma biografia*, traduzido em língua portuguesa em dois volumes (BAIR, 2006).

como somente “nomina”, ou seja, como algo constituído a partir do nascimento, argumento utilizado pelos filósofos (JUNG, 2011, p. 84).

A premissa pessoal impera em todos os momentos das construções imaginárias. A criatividade humana não tem sentido se for considerada apenas no momento em que surge: “é impossível supor que todas essas particularidades sejam criadas no momento em que aparecem.” (JUNG, 2011, p.85). Assim, sua definição sobre arquétipo parte do princípio de que o ser humano já carrega consigo todas as teorias arquetípicas, surgindo em momentos de necessidade a materialização dessas teorias. É, neste ponto, que Platão e Jung comungam da mesma ideia.

A psique humana é pré-formada, diz Jung. Assim, não tem sentido deixar de considerar, nas avaliações sobre imagens e imaginações, a questão de que o homem é um ser diferenciado dos demais animais da natureza e que, portanto, ele carrega toda a bagagem e os traços nítidos dos seus antecedentes familiares. Para deixar claro sua posição, escreve:

Uma vez que tudo que é psíquico é pré-formado, cada uma de suas funções também o é, especialmente as que derivam diretamente das disposições inconscientes. A estas pertence a fantasia criativa. Nos produtos da fantasia tornam-se visíveis as “imagens primordiais” e é aqui que o conceito de arquétipo encontra sua aplicação específica. [...] se de algum modo contribui no tocante a esta descoberta, foi por ter provado que os arquétipos não se difundem por toda a parte mediante a simples tradição, linguagem e migração, mas ressurgem espontaneamente em qualquer tempo e lugar, sem a influência de uma transmissão externa (JUNG, 2011, p.86).

Nas construções de mundo, os arquétipos representam um desejo ou um sentimento interno do ser humano. Talvez isso explique o fato de que, na maioria das vezes, essas construções sejam parecidas ou integrem em si uma semelhança.

Os arquétipos são percebidos, então, em comportamentos externos, especialmente aqueles das experiências básicas e universais da vida, que aparecem em rituais, mitos e símbolos. Neste sentido, conhecer suas origens e entender o processo de suas manifestações torna-se essencial para o processo de aprendizado e conhecimento das nossas estruturas materiais.

Os arquétipos, sendo assim, não podem ser dimensionados quanto ao seu alcance, ou seja, quando surgiram na mente humana. Eles permanecem sempre no inconsciente e, à medida que se exige uma manifestação visível ou não visível, eles aparecem como se fossem novidades. A novidade está no fato de que não podem ser conceituados, ainda que existentes em algum lugar no interior do ser humano.

Jung vai propor seus conceitos arquetípicos acreditando que a existência deles ultrapassa qualquer possibilidade de temporalidade. Levando-se em conta este sentido, parece desnecessário pensar em alguém nascer e só então aparecer a possibilidade de se começar a pensar em estruturas que já foram levantadas muito antes da própria existência. O mais óbvio é considerar que esses sentidos pressupõem o próprio corpo, estão na própria psique.

Se, para o indivíduo, reconhecer os arquétipos não é uma tarefa fácil, a teoria do arquétipo, assim como propõe Jung, a torna mais complicada ainda. Para ele é “Uma camada mais ou menos superficial do inconsciente individual.” (2011, p.10).

Na coletividade os conceitos são mais claros, pois a maior camada dos efeitos do inconsciente é manifesta na coletividade. Esse princípio está relacionado com o estado dos conteúdos reprimidos ou esquecidos, o inconsciente é apenas o espaço de concentração onde se guardam todos esses conteúdos (2011, p. 11).

Ainda sobre a representação dos arquétipos, ele diz que é essencialmente um conteúdo do inconsciente, o qual se modifica através de sua percepção, assumindo origens que variam de acordo com a consciência individual (JUNG, 2011, p. 14).

Percebe-se que sua discussão gira em torno do fato de os arquétipos serem frutos, em sua maioria, do consciente coletivo e que suas variações estariam relacionadas com o consciente individual. Este pensamento encontra sustentação nas edificações, pois são levantadas em função da coletividade, ainda assim, é na individualidade que se encontra um melhor aproveitamento do que se vai construir.

Um exemplo de coletividade e individualidade nas manifestações arquetípicas está nos espaços sagrados dos povos mais remotos. Na tentativa de edificar um lugar onde a adoração fosse centralizada, era de senso comum a discussão sobre o lugar e a forma de como esse espaço sagrado ia ser levantado (LLOYD, 2011, p.97). Na maioria das vezes em que se tinha a necessidade de movimentação de um lugar para o outro, o que se percebia era a preocupação com os espaços, especialmente os lugares das divindades. É possível levantar um altar sagrado conforme os sentimentos pré-existentes no indivíduo? Seria uma pergunta possível a ser feita no momento da discussão.

Diante destes pressupostos, os arquétipos do inconsciente coletivo e individual são a melhor formulação de todas as construções de mundo. Jung

considera que “a reação necessária e da qual o inconsciente coletivo precisa se expressar são através de representações formadas arquetipicamente.” (2011, p. 30).

É obvio que, quando essas expressões tomam forma, deixam de ser arquetípicas e se transformam em símbolos, como é o caso do templo de adoração a uma divindade qualquer, mesmo essa divindade sendo uma forma de se estabelecer parâmetros. Portanto, ela não pode ser aprisionada em lugar algum, ainda assim, o arquétipo entende que ela só recebe o culto naquele lugar. É como se ali fosse sua residência oficial, quem prescindir dela deve se deslocar até lá, pois, somente ali, pode haver um contato maior com o ser espiritual.

Os arquétipos do inconsciente individual e coletivo, nas proposições de Jung, retomam a explicação do porquê de determinadas ações e construções do mundo afora serem similares, mesmo não se sabendo sua origem ou como se chegou até tal similaridade. Quem observa muito bem essa questão é Durkheim. Em seu tratado sobre religiões totêmicas, afirma que as imagens surgidas nos clãs e nos indivíduos, mesmo surgidas de um princípio comum a todos elas, não se confundem, pois é neste ponto que os lugares e as imagens se tornam sagradas (DURKHEIM, 1989, p. 239).

O arquétipo é algo presente em nós, portanto não cabe fazer uma análise inadequada, pois isso seria o mesmo que agir contra a nossa própria relação identitária. Só se devem buscar explicações para os arquétipos em seu sentido funcional, propõe Jung (2011, p.162).

Segundo Pitta (2005), o ser humano não consegue viver sem sentido. Essa afirmativa se apresenta na própria constituição do indivíduo. Basta observar que, quando ele olha para qualquer objeto, figura, imagem, escultura, ele nunca observa o que de fato foi tentado passar com tal objeto, na maioria das vezes, ele tenta resgatar conceitos que vão muito além do significado propriamente mostrado.

Desse modo, aquilo que poderia parecer absolutamente natural (árvores, água, fogo...), é transformado pelas diversas culturas para adquirir significados. Altera-se a aparência do corpo com as mais diversas escarificações, com o corte dos cabelos, com os enfeites, a roupa... No plano das necessidades básicas, o procedimento não é diferente: para a alimentação, existem as proibições alimentares, o modo de apresentação dos alimentos, a maneira de assimilá-los, entre outras coisas (PITTA, 2005, p.13).

Assim sendo, a imaginação é uma das correntes que mais tem contribuído para o entendimento da manifestação dos arquétipos traçados em símbolos e mitos ganhando visualização e pelos que buscam sentido e significado.

1.3 A IMAGINAÇÃO E A IMAGEM COMO PROPULSORES DO ARQUÉTIPO

A imaginação e as imagens, ambas motivadoras das materializações arquetípicas, são outros conceitos que se devem levar em conta quando se trata da teoria do imaginário e dos inconscientes individuais e coletivos. As imagens têm por definição serem “as ideias, as crenças, os símbolos e as opiniões de uma pessoa ou grupo”, e ainda, “a faculdade de criar mediante a combinação de ideias”. Já a imaginação tem como conceito simples a “representação mental dum objeto, impressão, etc. Lembrança, recordação.” (FERREIRA, 2010). O que interessa, neste momento, são os conceitos similares de ambas. Imagens e imaginação têm em comum a lembrança, a memória, a capacidade de produzir sentimentos e emoções por meio das ideias.

Sendo assim, pressupõe-se, a imagem e a imaginação, como ferramentas importantes nas construções de cidades e de mundos. Ao abranger as crenças, os símbolos e os ritos, que são uma base para a construção da vida social e religiosa, elas trazem para si a responsabilidade de englobar todas as possibilidades de concepção na organização das tribos localizadas em longínquos lugares, aos grandes centros urbanos com seus elevados, até na sacralização dos espaços, sejam eles religiosos ou não.

Não foi tarefa fácil, para a imaginação e as imagens, ganharem essa retórica positiva e serem consideradas como conhecimento possível de transformação e legalização dos sentidos e dos significados dos povos, só recentemente ambas se tornaram reconhecidas. Mesmo elas tendo enfrentado dificuldades dentro do campo da ciência e entre alguns filósofos, elas permaneceram sendo parte integrante das realizações humanas. Durand, sobre isso, afirma:

Cientificismo (isto é, doutrina que reconhece como única verdade aquela que é passível do método científico) e historicismo (doutrina que só reconhece como causas reais aquelas que se manifestam mais ou menos materialmente, no acontecimento da História) são duas filosofias que desvalorizam totalmente o imaginário, o pensamento simbólico, o raciocínio por similitude, portanto, a metáfora... Toda “imagem”, que não seja simplesmente um modesto clichê de um fato esta sob suspeita: são rejeitados no interior de um mesmo movimento, para fora da terra firme da ciência, os devaneios dos “poetas” - que, desde então, tornam-se “malditos” - as alucinações e os delírios dos doentes mentais, as visões dos místicos, as obras de arte. Nesse sentido, é interessante notar que, na lei francesa que regulamenta as construções dos edifícios públicos, só 1% das despesas, é atribuído à ornamentação e ao embelezamento artístico. Essa repressão e essa depreciação são persistentes: elas articulam ainda a teoria da imaginação e do imaginário, num filósofo contemporâneo como Jean-Paul Sartre⁷. Essa lenta erosão do papel do imaginário na filosofia e na epistemologia ocidentais, se, por um lado, assegurou a enorme explosão do progresso técnico e a dominação desse poder material sobre as outras civilizações, por outro lado, dotou o adulto “branco e civilizado” de um particularismo marcado, separando-o e sua “mentalidade lógica” do resto das culturas do mundo, tachadas de “prelógicas”, de “primitivas”, ou de “arcaicas”. Mas essa consolidação de um exclusivo “pensamento sem imagem”⁸, de uma recusa - contra a natureza e contra muitas das grandes civilizações - dos valores e dos poderes do imaginário, no único proveito dos traçados da razão e da brutalidade dos fatos, encontrou, no próprio Ocidente, inúmeras resistências (DURAND, 2004, p.04).

A imaginação e a imagem podem ser especificadas com base nos conceitos já predefinidos. É o exercício da mente usando sua capacidade de criar objetos a partir do nada ou de algo que precise de materialização, são os sentidos dando qualidade e existência às coisas. É neste ponto onde ocorre a importância dada ao indivíduo na sua história. A mente traz de volta os valores adquiridos, causando a necessidade de uma forma. Forma esta que deve ser visível.

Considerando que o homem é quem constrói seu mundo e quem dá a ele um sentido real, Danielle Pitta, ao discutir a teoria do imaginário de Gilbert Durand, faz a seguinte afirmação: “Na verdade, por essas ações, o homem está exercendo uma faculdade que lhe é própria: dar sentido ao mundo.” (DURAND apud PITTA, 2005, p. 12). Ao agir dessa forma, o homem o faz a partir do seu imaginário e, para isso, usa, em alguns casos, os princípios da religião, seja ela qual for; da sociologia; ou até mesmo da psicologia.

Essas ações e construções só podem ter causa se forem feitas mediante a interiorização dos sentidos, um pouco de espiritualidade e a busca pelos espaços sagrados. Não podendo haver realidade social sem momentos de religiosidade, neste caso, considerando-se momento religioso como uma busca pela própria

existência. Neste sentido, famílias, cidades, trabalhos, nada, nem mesmo o homem, pode existir em função da realidade proporcionada pelo mesmo sentido.

Berger (1985) induz, com seu pensamento, à compreensão de que a sociedade só sobrevive em função do caráter dialético inserido na função social construída pelos objetos que lhe dão sentido e esses objetos são, em boa parte, religiosos. Esse processo estrutural e dialético tem três momentos: exteriorização, objetivação e interiorização.⁸ A exteriorização é a continua manifestação do ser humano sobre o mundo por meio dos objetos criados, das ações e dos valores materiais e imateriais que os norteiam em sua caminhada. A objetivação é a conquista, por parte dos produtos, dessa atividade física e mental que se materializa de maneira a promover o reconhecimento do indivíduo por ele mesmo e pelos pares. E a interiorização é a reapropriação dessa mesma realidade por parte dos homens tornando-os mais úteis na sociedade.

A relação do homem com o mundo precisa ser constantemente construída. Sua existência é uma continua busca por equilíbrio (BERGER, 1985). Dentro desse processo, é estabelecida sua própria existência, levantada através de seus valores e crenças, proporcionando seu equilíbrio consigo e com os demais seres vivos. Esses princípios consistem, na totalidade, de sua produção e de seus produtos, dentre os quais estão os símbolos. Esses mesmos símbolos permeiam toda a sua história cultural.

Os povos antigos usavam da imaginação e das imagens para construir suas cidades e também suas histórias. Um bom exemplo disto é o mito que envolve a construção do Paraíso, usado nos textos de Moisés, contado no livro de Gênesis (BÍBLIA SAGRADA, 2006, p. 20). Ele mostra que além da tradição oral, forma genuína de manutenção da história e das memórias do povo, fossem elas quais fossem, o escritor dos textos judaicos também usou da imaginação para criar e recriar de forma escrita, para as futuras gerações, a história da primeira morada do homem.

Para os que consideram Moisés como autor, não é difícil de identificar que o mesmo não estava lá quando o “Paraíso” estava sendo criado, o que prevaleceu foi a imaginação e as imagens que ele produziu na mente e no seu interior na hora de

⁸ Fazem parte das construções arquetípicas, os processos de interiorização, exteriorização e objetivação. Berger (1985), em seu livro *O Dossel Sagrado*, traduzido pelo José Carlos Barcellos, traz um bom conceito sobre esses elementos, que são pressupostos das construções de mundos.

recontar a história. É claro que, para se contar alguma história usando a imaginação e as imagens, é necessário que se tenham os pensamentos arquetípicos já pré-estabelecidos na mente. Partindo dessa objetivação, tem-se então a figura arquetípica do Paraíso.

A imaginação e as imagens começam sua pré-existência na mente e na alma, como informam os filósofos: sua manifestação se dá por meio da visualização das formas, das figuras, mas as suas primícias se encontram na mente. O filósofo entendia a imaginação como algo pré-existente na alma humana motivada por imagens. Ele dizia: “ela possui a estranha propriedade de poder motivar as ações da alma, os movimentos do cérebro, causados pelos objetos exteriores.” (SARTRE, 2012, p. 13).

É na imaginação que se produzem todos os movimentos necessários à construção da vida, seja ela em qual área for. De lá, saem os grande pré-projetos da humanidade. Conquanto que seja imaterial e invisível, a impressão construída no pensamento produz as visibilidades possíveis. Somente através dos significados, pode-se dar sentido à essência humana. E o jeito de se alcançar isto é por meio da imaginação e das imagens.

Os significados são a razão da existência humana. É com eles que se consegue trabalhar o presente, sempre partindo daquilo que já foi construído. A psique, que avalia as coisas do passado, remete o homem à construção de imagens capazes de movimentá-lo em torno daquilo que precisa ser criado.

Esse processo de criação tem amparo no que Boas vai chamar “Leis uniformes que governam a mente humana”. Ele considera, como uma contraposição do surgimento individual e original das construções antropológicas, o fato de que existe semelhança entre fenômenos étnicos, sociais e religiosos em quase todos os lugares do mundo, sendo uma espantosa monotonia das ideias fundamentais da humanidade em todo o planeta (BOAS, 2011, p. 26).

As imagens dão, em certo sentido, o rumo para o desenvolvimento humano. Portanto, elas têm papel fundamental em nossas manifestações arquetípicas e nem sempre agem por forma consciente, pois só ganham consciência quando colocadas diante de outras imagens. Sartre, falando sobre a ligação das imagens e as relações que elas têm entre si, define esse pensamento da seguinte maneira:

As imagens estão ligadas entre si por relações de contiguidade, de semelhança, que agem como “forças dadas”; elas se aglomeram segundo atrações de natureza em parte mecânica, em parte mágica. A semelhança de algumas imagens nos permite atribuir-lhes um nome comum que nos leva a crer na existência da ideia geral correspondente, o conjunto das imagens sendo o único real, no entanto, existindo “em potencia” no nome (SARTRE, 2012, p. 18).

Essa teoria apenas deduz que as ideias não possuem outra existência fora a encontrada no consciente humano. Se os princípios das ideias definem os conceitos de imagens e imaginação pelo fato de ser sempre lá que elas ganham idealização, então se tem o consciente como nascedouro desses dois elementos. Eles surgem em vários cantos como matéria prima para os arquétipos, imagens e imaginação humana e responsável pelos movimentos de construção do mundo.

É um pensamento simples, onde, na medida do possível, podem-se associar as edificações sagradas às imagens e à imaginação dos indivíduos no processo de realização das mesmas. Faz-se necessário, no entanto, considerar que as imagens pressupostas na imaginação ganham uma conceituação diferente. Em seus tratados sobre “Imagem-Tempo”, Deleuze aborda a relação da imagem sensório-motora e da imagem-lembrança como sendo algo projetado em sonhos. Esses sonhos, diz ele, são lembranças que, em muitos momentos, são vistos primariamente no inconsciente e só depois transportados para a realidade, onde encontram formas visíveis (DELEUZE, 2005, p. 63).

A imagem e a imaginação são, dentro das possibilidades, quem cria todas as formas visíveis no primeiro estágio do inconsciente, coletivo ou não. Essa é a lógica desta proposta e vão ser remetidas no contexto dos edifícios e das grandes construções. Elas são, em grande parte, responsáveis pelos projetos arquitetônicos dos mesmos. Pressupõe-se, portanto, sua utilidade para se conceber a ideia de uma cidade planejada e edificada sobre os mais diversos conceitos, tanto os modernos como os antigos.

Tratando de imaginação e imagens, devem ser levados em conta os espaços sagrados e os outros conceitos abordados inseridos dentro deste valor imaginário, pois eles são o objeto principal desta reflexão. Em muitos lugares do mundo, eles expressam um momento verdadeiro daquilo que se tornou o mundo construído a partir dos ideais religiosos e não religiosos. Isso, provavelmente, explicaria o processo de dinamização destes elementos dentro do indivíduo. Trazendo, em certo sentido, luz à compreensão de seu estado moderno de

transformação e essencialidade. São esses movimentos transformadores, vistos em todos os lugares de onde emergem figuras, que, ao passar do tempo, transformam-se em mitos e obrigatoriamente vão ganhando formas simbólicas.

1.4 ESPAÇOS SAGRADOS, MITOS E SÍMBOLOS COMO PRESSUPOSTOS PARA O SURGIMENTO DOS ARQUÉTIPOS

Para que se estabeleça uma compreensão e uma conexão entre as teorias do arquétipo, em especial o conceito de Carl Jung, com a ideia da imaginação e da imagem no planejamento e estabelecimento das comunidades e da ocupação urbana, torna-se também relevante inserir a discussão sobre o papel da experiência humana do sagrado e seus espaços, sobre os mitos criados dentro de uma determinada cultura e sobre os símbolos erguidos como referencial de identidade e busca por sobrevivência.

1.4.1 A Importância dos Espaços Sagrados na Teoria Arquetípica

Ao se observar o homem, percebe-se que sua busca por sentido, por identidade, por seu lugar na família e na sociedade em que ele está inserido, começa com sua vinda ao mundo e, em alguns casos, essa busca não termina enquanto ele não define seu ambiente sagrado. Mesmo diante de qualquer conquista, seja ela de qualquer natureza, a simples ausência de um espaço de meditação e compreensão da vida não satisfaz o vazio deixado pela necessidade do espaço sagrado.

O sagrado surge como um agente que o orienta e que, em certo sentido, coloca-o dentro do mundo existente. É nele que o homem consegue visualizar sua possibilidade de desenvolvimento em outras áreas da sua vida, seja material ou espiritual. É nele que o ser humano coloca sua participação na construção de mundo, sendo essa participação positiva ou negativa. É nele, também, que o indivíduo deposita suas frustrações, suas ansiedades e as suas esperanças, ainda que não perceptíveis. Portanto, o sagrado, expresso na geografia, nos objetos, nos contos e em outros, é a projeção do mundo não visto (CROATTO, 2010).

Seu surgimento ainda tem outros aspectos, tais como: sonhos, desejos, frustrações, ambições etc. Esses aspectos são manifestos através de uma relação

entre o indivíduo e suas crenças e entre aquilo que ele espera ter, sem ainda possuir; espera alcançar, sem ter a mínima noção de onde possa estar. E, neste princípio, todos os seres humanos são dotados de crenças e valores. Por isso, estabelecer algo sagrado, então, constitui-se quase como uma necessidade existencial.

O sagrado é essencialmente uma relação entre o sujeito (o ser humano) e um termo (Deus), relação que se visualiza ou se mostra em um âmbito (a natureza, a história, as pessoas) ou em objetos, gestos, palavras etc. Sem essa relação nada é sagrado (CROATTO, 2010, p. 61).

De maneira mais perceptível, têm-se os espaços sagrados como consequência lógica da descoberta do sagrado e, relativamente, como uma realidade em todos os lugares do mundo. E, por causa disto, não seria nada estranho afirmar que, também, caracterizam-se como um fenômeno com ocorrência em todos os tempos na história da humanidade.

Considerando esta condição, pode-se afirmar que a necessidade humana por espaços sagrados é de fundamental importância para a compreensão da organização social e da formação dos espaços comunitários de convivência entre os homens, sendo estes criados ou não para a finalidade especificamente religiosa.

Tratando dos espaços sagrados e da sua homogeneidade, Eliade afirma: “A manifestação do sagrado funda ontologicamente o mundo.” (1992, p. 22). Levando-se em conta o papel primário de espaço sagrado na proposição do autor, eles são, de certo modo, lugares ideais para a manifestação dos arquétipos. Deste modo, eles são o precedente imediato da manifestação das figuras arquetípicas.

Em uma abordagem muito próxima, há que se considerar o pensamento de Otto: “O sagrado é, antes de mais nada, interpretação e avaliação do que existe no domínio exclusivamente religioso.” (1985, p. 11). Observa-se, neste particular, que o universo religioso e a organização social humana, descrita pelos dois autores, são condições existenciais para o ordenamento dos espaços sagrados. Ambos caminham como complemento um do outro na realização dos valores e sentidos da vida.

Em outras palavras, pode-se concluir que os espaços são locais separados diante da necessidade de organização das cidades com o intuito de se estabelecer um contato místico e identitário com o invisível. Ainda que, para Otto, seja uma

menção exclusiva da religião, isso não exclui sua aplicação aos demais campos da ciência e às coisas existentes que se sacralizam por vontade de quem as invoca, sejam pessoas, povos, tribos indígenas etc. (1985).

Os espaços sagrados desempenham importante papel na configuração da ordem social humana. Isto porque todos os povos têm, por necessidade, a busca pelos referenciais sagrados. São nestes lugares que o indivíduo encontra orientação para as demais ações necessárias da sua experiência de vida, ou seja, é onde ele dá sentido às demais realizações. Paradoxalmente, é bem possível que a funcionalidade de um espaço comunitário, uma cidade, por exemplo, será tanto mais funcional à medida que nela aconteça a distinção nítida entre os espaços propriamente sagrados e os espaços reconhecidamente profanos⁹.

A separação entre o espaço sagrado e os demais espaços públicos em uma cidade se apresenta aos indivíduos, então, enquanto buscam seu sentido e enquanto sentem a necessidade de assim o fazê-lo. Pode ser o caso, por exemplo, que, na vivência em uma cidade, um dos elementos essenciais de integração do ser humano seja o culto, a adoração a uma divindade, mesmo que esse indivíduo não pertença a uma religião específica. Encontrar esse lugar e distingui-lo de outros lugares é tarefa simples para quem busca seu propósito religioso. Mas, quando se pensa em lugares religiosos, seja para a adoração, seja para busca mística e coisas afins, deve-se considerar este não como um lugar qualquer. Há que se ter nele uma referência mística, simbólica e ritualística. Fala-se aqui da reconhecida hierofania proposta por Mircea Eliade (1992, p. 15).

Se olharmos para a história de povos antigos, veremos que a referência do espaço público sagrado se constituía num marco geográfico definidor do ordenamento da população.

Nas antigas comunidades, para que se concretizasse a definição geográfica do espaço sagrado, era necessária uma hierofania, uma manifestação visível do espaço onde se fosse possível conhecê-lo de imediato (ELIADE, 1992, p. 25). Exemplo disso pode ser descrito na passagem do capítulo dezenove do livro do Êxodo, quando Moisés, ao subir o Monte Sinai, depara-se com a montanha fumegando em fogo como uma fornalha e imediatamente uma voz o adverte ser

⁹ Para saber mais sobre os conceitos de profano, é recomendável a leitura tanto do Croatto (2010), no seu livro *as Linguagens da experiência religiosa*, como de Eliade (1992), em *O sagrado e o profano*. Estes textos dão, de maneira exhaustiva e simples, o conceito.

aquele um lugar santo, ou seja, um lugar distinto (BÍBLIA SAGRADA, 2006, p. 100). No Monte Sinai, o fogo e a voz formaram juntos a hierofania do lugar – sua localização, sua separação. A partir deste acontecido, sempre que se referisse ao lugar sagrado, reconhecia-se o Monte como o lugar declarado.

A identificação de locais sagrados que se destinam ao culto e à devoção é, portanto, sempre uma ação inédita no que diz respeito à definição dos lugares, nunca comparável com os atos de distinção dos espaços públicos destinados à habitação, comércio, diversão ou qualquer outro ordenamento social numa cidade. Para que essa distinção e determinação se tornem extraordinárias, é necessário que algo de natureza ‘quase sobrenatural’ se manifeste. De outro modo, ele seria apenas mais um espaço funcional comum, sem a primazia da distinção extraordinária. Sua localização pressupõe a receptividade de certo tipo de comportamento humano diferenciado, ou seja, a de um lugar onde se experimente um aspecto incomum de vida. Sua escolha, enfim, se define de modo diferente da definição dos demais lugares comuns da geografia humana local.

Esta definição tem sua razão de ser e depende muito da experiência humana do sagrado em questão. Para determinadas comunidades, é bem possível que o conhecimento da divindade não aceita estar no mesmo lugar que os locais humanos ordinários e, até mesmo, perto de outros deuses. Dessa forma, quanto mais distinto e isolado seu espaço se propuser, melhor se torna a relação humana com a divindade. No outro extremo, estão aquelas comunidades em que seus deuses aceitam viver harmoniosamente com os demais deuses e homens, sem perder sua identidade e sem modificar sua relação com os homens. Assim, a construção das sociedades, de certo modo, sempre acompanhou a distinção entre os lugares comuns e os lugares sagrados.

Procedimentos como estes são uma espécie de visão social da religião. Assim, a sociedade só tem sua caracterização completa quando se consegue achar a diferenciação entre os lugares comuns dos lugares sagrados. Portanto, dependendo de como se encara o conceito de devoção à divindade, é como se estabelece seu lugar sagrado.

Os pórticos das catedrais medievais, por exemplo, revelam em sua arte a importância da necessidade de nítida delimitação entre mundo sagrado e mundo ordinário ou profano. Assim, como nos antigos templos, os pórticos desempenhavam, com suas figuras bestiais, a divisão e a separação entre o espaço

sagrado e o profano. É como se ficasse afirmado, logo na entrada de cada templo, o limite entre o profano e o sagrado.

1.4.2 Os Mitos e sua Importância para o Surgimento do Arquétipo

Seguindo o propósito de busca da compreensão das bases epistemológicas do conceito de arquétipo, bem como da sua relação com a questão da idealização e projeção das cidades, torna-se razoável, neste contexto, a abordagem do papel dos mitos¹⁰ junto com esta questão. Os mitos constituem um relevante componente do imaginário cultural junto ao ordenamento social das cidades. Isto vale não só para as antigas como as recentes cidades, pois, cada vez que se cria uma cidade ou quando uma cidade se expande, estão em jogo muitas das vicissitudes humanas expressas em suas tradições sociais.

A teoria moderna sobre os mitos conhece as muitas conceituações. Alguns estudiosos os definem das seguintes formas: “O mito se revela como fundamento da cultura; dá sentido a existência e a interpreta” (PAZ, 1995, p.10); “O mito e sua narrativa tem o poder de intervir social e comunitariamente.” (REIMER, 2010, p. 179); “O mito [...] é o enigma que nos aterroriza, mas é exatamente ele que nos deixa em êxtase ante a possibilidade do porvir, do (re) começo.” (SANTOS, 2008, p. 12); “O mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do principio.” (ELIADE, 1963, p.11). Observa-se aqui uma similaridade nos entendimentos dos estudiosos a respeito do tema, quando os mitos são destacados como elementos relevantes para a fundação das relações sociais entre as pessoas de uma determinada comunidade.

Tanto em matéria de interpretação como de intervenção social nos contextos comunitários, os mitos apresentam sua relevância devido a seu caráter religioso. Podemos constatar que a maior parcela de contribuição mítica se dá na composição inicial do sagrado, ou seja, ele é responsável pelas iniciações ritualísticas e originárias do surgimento dos espaços sagrados e das fundações simbólicas. (CROATTO, 2010). Como os indivíduos tendem, em sua natureza, a ser religiosos, o

¹⁰ Croatto dá a seguinte explicação etimológica para a palavra mito: “A etimologia de *muthos* (*mythos*) é incerta. Sua origem está, talvez, no indo-europeu *mendh-/mudh-*, que aparece frequentemente como ‘lembrar/solicitação/pensamento’.” (2010, p. 182). Esta última conotação orienta o sentido básico de “mito”. Este conceito serviu de base para este trabalho.

misticismo encontrou um campo livre para atuar de forma geral na vida das comunidades, inclusive em áreas afins à da religião, tais como a dimensão da organização social e do mundo do trabalho. É importante considerar que os mitos têm contribuições em parcelas não religiosas da sociedade ou, como Eliade diz, em atividades e condutas profanas (ELIADE, 1963, p. 13).

Ao referenciar sua opinião sobre a atuação dos mitos nas atividades 'profanas' do cotidiano das pessoas, Eliade cita algumas comunidades primitivas onde os mitos estavam inseridos na própria rotina do dia a dia, como: caçar, sentar à mesa para refeição, a maneira de cozinhar determinados alimentos, a posição em que os ancestrais e líderes carregavam seu cajado e até mesmo a posição de urinar (1963, p. 13). Levando-se em conta essas práticas primitivas em relação aos mitos, não é difícil imaginar o tanto que elas influenciaram na formação e na construção das aldeias e cidades da época.

Existem cidades modernas que foram erguidas sob a custódia de premissas míticas. A cidade de Brasília, onde seus arquétipos são objeto de pesquisa deste trabalho, foi em grande parte levantada sob o olhar dos mitos. A profecia revelada por Dom Bosco sobre a terra que receberia uma grande cidade e que abrigaria a estrutura administrativa do Brasil é um mito verdadeiro¹¹, que foi levado em conta na ocasião de se definir o espaço territorial para erguer a cidade. Até mesmo o espaço onde a profecia ocorreu, na narrativa mítica, também teve sua sacralização e sua simbolização.

A construção de mitos por parte de uma determinada cultura data desde culturas antigas, como a grega e a romana, até as culturas ocidentais modernas. Cada povo conhece seu conjunto cultural de histórias e estórias que, ao passar das épocas, transformam-se em mitos consagrados que atuam no seu cotidiano. Além disso, os povos são capazes de acumular, em suas culturas, todo um arcabouço de mitologias e de contos místicos que confirmam o poder e a identidade de toda uma nação. As tradições orais e os registros literários são grandes fontes do legado cultural a ser transmitido para futuras gerações.

Na cultura popular brasileira, por exemplo, vamos encontrar uma vasta tradição oral e escrita em que são narrados relatos de mitos conservados pelo povo,

¹¹ Eliade (1963) defende a ideia da divisão de mito em mito vivo, mito morto, mito verdadeiro e mito fábula, ou seja, falso. As teorias estão no livro *Mito e realidade*, traduzido por Pola Civelli.

que, de modo comum, acabam por se misturarem com a identidade cultural das pessoas e com a tradição das regiões geográficas. Em algumas cidades, os mitos assumem um papel quase que de resignificação, de identificação e de memorização, concedendo-lhe uma ideia das origens de sua fundação.

O escritor Luis da Câmara Cascudo¹² relatou, em sua coletânea folclórica, a história dos mitos relacionados a vinte e duas cidades brasileiras (CASCUDO, 2002). Estes foram legados em forma de contos e narrativas que, com o passar do tempo, transformaram-se em símbolos da vida de comunidades locais. Entre esses mitos brasileiros, destacam-se: o mito do Saci-Pererê, da Caipora, a lenda do Jurupari, além de outros. Todos são histórias muito conhecidas dos brasileiros, embora tenham originariamente chegado ao Brasil como variações de mitos de outras culturas mundo. Estes tipos de mitos, contados e recontados em todos os cantos do país, pertencendo ou não àquele lugar, ganham contorno de realidade mística. Isso desempenhará grande papel social na formação social de cidades brasileiras.

Cascudo ainda diz que a própria formação do Estado brasileiro está relacionada com a existência dos mitos e a maneira como chagaram ao Brasil. Diz que os mitos chegaram por aqui vindos de três *cidades-fontes* iniciais: Portugal, Indígena e África (CASCUDO, 2002, p. 47). Curiosamente, essas três culturas juntas é que dão formação à cultura do povo brasileiro. Isso é uma demonstração de que os caminhos percorridos por valores e sentimentos mitológicos não encontram impedimentos nas fronteiras territoriais. E, como consequência disto, podemos entender a sua importância para a formação de uma identidade cultural, considerando que não importa a distância nem as curvas do caminho, eles, em algum momento, chegam e fazem sua parte na construção cultural dos povos.

Percebe-se, diante disto, a importância que os mitos têm para a formação da identidade e da autonomia dos povos. A força mística deles, na antiguidade, era de tal importância que muitas batalhas foram vencidas por sua associação com os mitos e muitas cidades foram erguidas e destruídas a partir de concepções que eles impunham diante da sociedade. Um exemplo desse fenômeno pode ser encontrado na descrição da célebre guerra entre Tróia e Grécia, quando o majestoso cavalo

¹² A obra de Câmara Cascudo contém um exaustivo trabalho de pesquisa sobre os mitos encontrados no Brasil, tanto os que são originais, como também os que chegaram oriundos de outros países e sofreram alteração para melhor se adequarem ao contexto regional. Foram publicados pela editora Global, *Geografia dos mitos brasileiros* (2002) e *Contos tradicionais do Brasil* (2004).

usado para esconder os soldados gregos se tornou mito na história grega e foi com a ajuda do valor criado pelo cavalo de Tróia que avaliações e planejamentos são assumidos como estratégia de combate. Ainda hoje, contos mitológicos ajudam a entender a significação das sociedades.

Ainda sobre o tema dos mitos, vale destacar que em alguns textos, os mitos, além de não terem uma prerrogativa moderna, não gozavam de uma boa aceitação perante os estudiosos e intelectuais, especialmente os gregos, judeus e judeus cristãos que, desde Xenófanes, criticavam e rejeitavam essas expressões muito antes já usadas por Homero e Hesíodo (ELIADE, 1992, p. 80). Para eles, os mitos foram sendo desconsiderados como algo real que fosse possível se levar em consideração nas tomadas de decisões a respeito da religião e da própria vida comum. Para os gregos, os mitos não passavam de algo que não pudessem existir e os judeus os consideravam como falsidade ou ilusão.

Com o avançar das pesquisas no campo social e etnológico, estudiosos da religião e da cultura conseguiram, por meio de seu uso mais científico, aplicar as teorias mitológicas em situações da vida moderna, em certo sentido, aprofundando a importância deles para a compreensão da experiência humana. Estudiosos embrenhados nas pesquisas descobriram que os mitos foram, em muitos lugares do mundo, algo com valor fundamental para compreender os fenômenos culturais e religiosos, especialmente se for levado em conta o fato de que todas as grandes religiões do Mediterrâneo foram fundadas, em certo sentido, por mitologias (ELIADE, 1992, p. 10). Não se trata, portanto, de um ponto cego na história da civilização moderna, até pelo fato de que ainda hoje se prezam os valores e costumes criados pelos mitos em lugares longínquos.

Assim sendo, a natureza do mito, seja ela falsa ou verdadeira, venha de características sobrenaturais ou não, pertença ao presente ou ao passado, fale de homens ou de animais, de história ou estória, qualquer que seja sua manifestação, ela representa papel fundamental no processo civilizatório dos povos. Sua natureza é, por vezes, fundadora dos arquétipos que estabelecem, nas cidades, a demarcação precisa de espaços sagrados. Portanto, considerá-los como, em certos casos, responsáveis por parte da formação sócio cultural, não é um erro, mas é um acerto sociológico que apresenta um entendimento mais realista da experiência humana na construção da sua história. E ainda, vale lembrar que eles não relatam

apenas a vida dos homens e as origens do mundo, mas também contam sobre os animais, as plantas e todos os acontecimentos primordiais (ELIADE, 1963, p. 17).

Esse raciocínio se apresenta como possibilidade para o entendimento de que toda a espécie humana está referenciada nos mitos e nos símbolos. E, estes mitos e símbolos, à medida que se tornam algo comum e natural, transformam-se na própria experiência individual e coletiva.

1.4.3 Os Símbolos como Referência para os Arquétipos

A existência dos símbolos é a demonstração de que a vida em suas dimensões pode assumir uma significação simbólica. Eliade considera que eles reúnem um complexo sistema de afirmações sobre uma realidade (1963, p. 4). Essa assertiva em parte se deve à necessidade que o ser humano tem de socializar e sacralizar tudo à sua volta, pelo menos, no que diz respeito a separar o sagrado do profano. Qualquer observação mais atenta na história da humanidade leva a compreender que os símbolos carregam a melhor forma de transmissão visível dos conhecimentos, dos referenciais e das crenças dos antepassados.

É importante compreender que os símbolos são, na experiência da vida humana, uma forma de mão dupla em termos de sentidos, ou seja, ele se revela para o homem com sua caracterização de sacralização ou de separação, enquanto o homem encontra no símbolo sua identidade, quase sua razão de viver, e o usa para o desenvolvimento de certos aspectos da vida. Esse processo se desenvolve em fase experimental. Mesmo levando-se em conta que, para o indivíduo, quase tudo à sua volta pode virar símbolo, esse processo requer, na transformação de qualquer objeto em símbolo, uma experiência de convivência com tais objetos. Croatto, assim diz:

Dois aspectos do símbolo devem ser levados em consideração desde o início. Primeiro, que o “segundo sentido” não está objetivado nas coisas, mas é uma experiência humana e singular em cada ser humano. Duas pessoas estão observando um lindo conjunto de nuvens: uma percebe a beleza, a transformação, a criação em movimento; a outra, não percebe nada. Acontece que a primeira pessoa capta naquele cenário o que ela mesma vive ou desejaria encontrar. A nuvem é o objeto simbólico que desencadeia uma vivência humana particular. Segundo, as coisas não são simbólicas em si mesmas, e nem sempre chegam a sê-lo. São constituídas simbolicamente por algum tipo de experiência humana. Mas todas podem ser elevadas à dimensão de símbolos, sejam eles profanos ou religiosos. Isso vale também para os símbolos naturais e universais (Croatto, 2010, p. 86 e 87).

Em termos de significação existencial, os símbolos são a melhor expressão psicológica do mundo moderno, conforme Jung (1964, p. 232). Em parte, isso significa que eles fazem com que o homem se oriente nos sentidos dos seus atos de vida. São neles que se materializam todos os sentimentos interiores. No conceito simples e moderno sobre os símbolos, obtém-se alguma noção do que ele representava e ainda representa nos dias atuais:

O que representa ou substitui outra coisa... ou que evoca, representa ou substitui algo abstrato ou ausente... ou ainda expressão por meio de símbolos (DICIONÁRIO ON-LINE, 2012).

As questões que se impõem são: Os símbolos são a maneira mais adequada de expressar os pensamentos, sentimentos e vontades internas dos homens? Como isso pode acontecer nas pessoas através do conhecimento transmitido de geração em geração? Eles são ensinados, ou seja, transferidos de pessoa a pessoa, ou são apenas visualizações mentais que exigem uma manifestação visível sem necessariamente terem sido concebidos ou vistos em algum lugar?

Fato é que, considerando ou não a pré-existência dos símbolos, eles remontam a tempos pré-históricos, onde já eram encontrados em civilizações antigas. Com uma mínima investigação, é possível olhar para trás e verificar que os antepassados legaram a gerações futuras os símbolos, em ambos os campos da ciência e da vida humana. É assim que considera Jung, as expressões simbólicas estão definidas nas pedras, plantas, animais, sol, vento, vales e montanhas, surgidos ou fabricados pelo homem (1964, p. 232). Suas afirmações remontam ao período em que o homem rascunhava em pedra manifestações de comportamento em relação ao sagrado. A pedra do carnac¹³, por exemplo, enfileirada na região da Bretanha a cerca de dois mil anos a. C., era o símbolo de rituais sacros e procissões religiosas de adoração ao deus, à força ou a qualquer outro mistério (JUNG, 1964, p. 233).

¹³ A pedra *carnac* foi descoberta na Bratanha por volta de 2000 anos a.C. Pedra sem uma forma desenhada que era colocada em alinhamento. Os estudiosos do simbolismo acreditam que elas eram usadas como culto aos deuses da natureza. O texto da Aniela Jaffé, sobre o simbolismo nas artes plásticas, traz informações importantes sobre este assunto. Carl Jung foi o organizador do livro *O homem e seus símbolos* (1964) onde este texto foi originalmente editado.

Outro exemplo bem conhecido, que retrata com clareza a importância do símbolo nas gerações passadas e chegou aos nossos dias com o mesmo valor ainda hoje, é o símbolo da trindade¹⁴, que estabelece a junção entre o deus pai, o deus filho e o deus espírito santo da religião cristã, mas também é encontrado em outras culturas.

Jung ainda lembra, em seus relatos, que o número três tem o sentido de perfeição, ele expressa a totalidade do indivíduo. Nos seus ensaios psicológicos, o três é o arquétipo universal que simboliza o inconsciente e o consciente, juntando-se de forma criadora e harmoniosa com a terceira força sustentadora, criando assim uma tríade elementar capaz de organizar a vida em torno de si. Consequentemente, o indivíduo conhece e busca essa forma elementar simbólica.

Observando o formato piramidal de edificações, também se reconhece esse elemento triangular no mesmo sentido da trindade cristã. A pirâmide tem, em suas laterais, formas triangulares que se unem em um único ponto. A organização da tríade é um arquétipo que surge na história e que provavelmente inspirou a trindade (JUNG, 1979, p. 172).

“O símbolo implica como expressão da experiência religiosa [...] ele é a chave dessa experiência [...] é sua linguagem originária e fundante.”, define Croatto em sua percepção sobre os símbolos (2010, p. 81). Para ele, os símbolos funcionam como experiência fundante e, vindo antes que todas as demais, busca por sentidos da vida. Os símbolos podem ser identificados em tudo que o homem faz. Sua melhor definição sobre este assunto é que o homem é um ser simbólico. E, sendo assim, tudo o que faz se transforma em uma referência.

Se os antigos tinham um desejo real de expressar todas as suas necessidades internas e escolheram os símbolos como a melhor maneira de assim fazê-lo, então, pressupõe-se que essa necessidade tenha ultrapassado os limites dos tempos e das eras e chegado, até aos dias de hoje, com a mesma vivacidade de então. Assim, é possível compreender que o símbolo nos acompanha como memória de nossos antepassados.

A cultura de um povo carrega seus simbolismos e se transmite por meio de mecanismos educacionais. Tanto a educação antiga como a moderna transfere,

¹⁴ Carl Jung, nas suas Obras completas volume XI/2 com o título de *Interpretação Psicologia do Dogma da Trindade* (1979), desenvolve uma pesquisa em que mostra as semelhanças e as variantes do conceito de trindade nos povos antigos e suas culturas.

como forma de conhecimento, vários aspectos simbólicos dentro do seu projeto formativo.

Durante as recentes manifestações ocorridas pelo Brasil, pôde-se observar um fato que chamou bastante a atenção em Brasília quando um grupo de manifestantes resolveu invadir um prédio público. Na invasão, um dos seguranças do local recolheu do chão um exemplar da bandeira nacional, símbolo de soberania e independência. Ao tomar essa atitude ele resolveu, ao mesmo tempo, usar o símbolo nacional para tentar acalmar os manifestantes:

No momento em que eu passava pela rampa do Itamarati como outros colegas, percebi uma bandeira do Brasil jogada no chão, estava em meio aos destroços do apedrejamento. O primeiro impulso foi de resgatar o símbolo máximo da nossa nação. Queria guarda-la, mas logo veio o impulso de usa-la como instrumento para chamar a atenção dos manifestantes. Pensei: 'de uma maneira geral, as pessoas que estão me vendo com a bandeira empunhada vão cessar a agressão. É o mais lógico para os que seguem o patriotismo no país.' Percebi de imediato que muitos manifestantes tiveram esta reação. Os que estavam ali realmente para protestar recuaram. Os vândalos não respeitaram essa ação. Estava armado com uma pistola e bastão, mas em nenhum momento pensei em usar. Não queria correr o risco de atingir um inocente (ALMEIDA, 2013, p. 25).

O simbolismo sempre esteve presente nas culturas do mundo. Mesmo hoje, existem vários símbolos que norteiam a vida dos homens em suas culturas. Sem tais símbolos, é possível até mesmo o desaparecimento de determinados ordenamentos sociais. A religião é um grande exemplo disto. Religião não existe por si mesma, ou pelo menos não é possível se reconhecer uma religião se não for através de seus símbolos.

São nos conceitos de arquétipos, espaços sagrados, mitos e símbolos que vamos reconhecer a formação da cidade de Brasília, sua saga, sua idealização, seu planejamento e sua construção que já começa, desde a expedição Cruls, a ganhar formato de cidade prometida e esperada.

2 A SAGA DE BRASÍLIA E SUA GEOGRAFIA MÍSTICA

A construção da cidade de Brasília pode, perfeitamente, ser comparada a uma saga. Quem conhece a história e a luta dos primeiros idealizadores da cidade ao colocarem em prática o sonho de construção da capital; sua inserção em uma constituição, neste caso a republicana de 1891; esperar recursos financeiros; organizar o grupo que iria encontrar o espaço geográfico para que a cidade fosse construída; não terá dificuldade em perceber que de fato foi uma saga digna de grandes feitos. Estes feitos serviram para se estabelecer a construção da cidade, aqui chamada de ‘Saga de Brasília’.

A capital do país estava sediada no antigo Estado da Guanabara e vivia sob a custódia do superpovoamento da cidade carioca que crescia rapidamente e de forma desordenada. Esse processo acelerado de crescimento em parte se devia ao fato das oportunidades e de seus atrativos geográficos e arquitetônicos. O atual Rio de Janeiro recebia migrantes de todo o país. Ao mesmo tempo, a cidade se tornava alvo da atenção de militares, pois o mundo enfrentava conflitos internos em países, conflitos internacionais entre nações, ditaduras e guerras abertas em vários lugares do mundo (GOMES, 2007).

O Rio de Janeiro também se tornava alvo de olhares políticos de estrangeiros, que começavam a enxergar no Brasil um refúgio para resguardar-se dos conflitos ocorridos em outras capitais pelo mundo. Mesmo não sendo a razão central pela transferência da capital para outro lugar, há que se considerar essa situação, no mínimo, como motivadora e propulsora dos primeiros anseios em construir a cidade de Brasília (GOMES, 2007).

A ideia da interiorização da capital do país era antiga, remontando à época da Inconfidência Mineira. A partir daí, aparecem novas ideias através das diferentes fases da nossa História: o fim da era colonial, os dois reinados e os sessenta e seis anos da República, até 1955. Defendida por alguns idealistas, chegou mesmo a se converter em dispositivo constitucional. No entanto, a despeito dessa prolongada hibernação do projeto, nunca aparecera até então o desejo político suficientemente audaz para concretizá-lo e convertê-lo em realidade. Tratando dessa temática, Juscelino diz:

Coube a mim, levar a efeito a audaciosa tarefa. Não só promovi a interiorização da Capital, no exíguo período do meu Governo, mas, para que essa mudança se processasse em bases sólidas, construí, em pouco mais de três anos, uma metrópole inteira – moderna, urbanisticamente revolucionária – que é Brasília (KUBITSCHEK, 2000, p. 19).

Quando os embates ideológicos chegaram ao fim e se chegou ao comum acordo da necessidade de se ter uma capital administrativa fora do eixo Rio-São Paulo, o processo ganhou novos rumos e o desafio, então, se resumiu a encontrar a região do país que pudesse abrigar a capital.

Assim, após a localização e definição do espaço territorial, o surgimento da cidade foi uma questão de tempo e de levantamento dos recursos financeiros para que o Brasil tivesse sua nova sede econômica e política. Com sua inauguração, ficou a certeza de que o processo era real e irreversível. Ao receber a nova capital, os então operários e moradores festejaram com grande satisfação o novo feito nacional:

No dia 7 de Setembro de 1922 é lançada a pedra fundamental de Brasília, próxima a Planaltina. Por inspiração e iniciativa do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, em 1956, foi criada a NOVACAP - Companhia Urbanizadora na Nova Capital, empresa pública à qual foi confiada a responsabilidade e competência para planejar e executar a construção da nova capital, na região do cerrado goiano. Tudo surge a partir do sinal da cruz traçado por Lúcio Costa, o encarregado do urbanismo da cidade. Articulado com a equipe de Lúcio Costa, um grupo de arquitetos encabeçado por Oscar Niemeyer projetou, em curto espaço de tempo, todos os prédios públicos e grande parte dos residenciais da nova cidade. No dia 21 de Abril de 1960, a estrutura básica da cidade está edificada, muitos prédios ainda são apenas esqueletos, mas os candangos (nome dado aos primeiros habitantes da nova cidade), liderados por seu presidente, festejam ruidosamente a inauguração da cidade, fazendo o coração do Brasil pulsar forte para dar vida à nova civilização sonhada por Dom Bosco. Nasce Brasília - a Capital da Esperança. Ao lado os principais responsáveis pela construção de Brasília: Oscar Niemeyer, Israel Pinheiro, Lúcio Costa e Juscelino Kubitschek (PORTALBRASIL, s/d).

Quando o presidente Juscelino Kubitschek escreveu seu livro *“Porque construí Brasília”* (2000), na expectativa de responder o que o motivou a executar o projeto de construção da cidade, ele tratou de explicar a tarefa sob a ótica do romantismo social, político e econômico, sem se esquecer de descrever os embates enfrentados pelos primeiros homens e mulheres que sonharam e almejavam sua criação. Ao se perguntar, como nasceu Brasília? Obtém-se uma resposta que é, no primeiro plano, aparentemente simples: A cidade foi concebida como todas as grandes iniciativas dessa natureza – de um sonho, de um planejamento e dos passos seguintes necessários para sua edificação.

A construção da cidade, bem como sua arquitetura moderna, apresentou-se como um fato inédito para o país até então: a confluência contínua de brasileiros e seus familiares oriundos dos mais diferentes recantos do país para uma só região do território brasileiro. Este fato irá conferir à futura capital um traço de heterogeneidade cultural regional que irá distingui-la de todas as outras regiões do país. Paralelamente ao erguimento urbano da cidade, Brasília conheceu uma mistura de culturas, grupos étnicos, classes sociais, confissões religiosas e de interesses pessoais nunca antes experimentados na história do país.

Outros cidadãos de outras partes do mundo, que se aventuraram a se transferir para Brasília, vieram motivados pelas mais diversas razões. A construção da cidade retomou o ‘mito’ do novo Eldorado, do lugar onde se pode enriquecer com muito trabalho e empreendimento. A edificação da cidade foi a materialização de sonhos não só de políticos, mas também de pessoas comuns que viam na cidade uma oportunidade de crescimento material.

Esses sonhos, envolvendo também as gentes que trabalharam na construção da cidade em busca de auto sustento e de empreendimento, foram outro fator motivacional. Muitos que se deslocaram para as obras da capital vieram na esperança de melhorar a situação de suas vidas. Assim disse um trabalhador da capital, quando foi selecionado para seguir em direção às terras do Centro-Oeste: “Agora só volto pra casa com muito dinheiro.” (LUIZ, 2006, p. 15).

Quem vivenciou a história de Brasília desde seu início pode constatar que a maior parte dos sonhos, dos projetos e dos planejamentos para sua construção, em certo sentido, foi alcançada. Uma simples observação nas edificações comerciais, que já faziam parte dos primeiros projetos, como também dos prédios governamentais, passando pelos templos religiosos das mais variadas crenças, leva ao reconhecimento que, mesmo não estando todo o projeto completo, grande parte dele já fora concretizado.

A cidade foi inaugurada, conforme os dados oficiais do governo e dados da imprensa da época, no dia vinte um de abril de 1960, pelo então Presidente da República Federativa do Brasil Juscelino Kubitschek. Sua inauguração foi um marco histórico para as pessoas participantes do evento e até mesmo as que escutavam a

narração do cerimonial feita através do rádio¹⁵. Aquele momento representava uma conquista almejada, muito antes, por homens e mulheres que viveram no período do Brasil Império.

O que o povo brasileiro passou a assistir, a partir do período de consolidação do sonho da capital, foi à evolução da construção de uma cidade idealizada com um esquema de planejamento e organização bem definidos e com a finalidade de abrigar as bases governamentais, políticas, militares e administrativas do país. Mesmo tendo sido feita sob esse planejamento e organização, o seu processo de fundação envolveu grandes debates, sonhos, contradições e brigas, como podem ser observados em partes do relatório de Louis Cruls enviado ao presidente Floriano Peixoto e aos constituintes. Nele foi relatada a necessidade de uma aprovação imediata de verbas e a aceitação das terras selecionadas para a construção da cidade que serviria de capital para a República, envolvendo as diversas autoridades que governavam o Brasil da época (CRULS, 1894, p. 29).

Faz-se necessário levar em conta que Brasília foi uma cidade sonhada, idealizada, planejada e projetada, e tudo isso é o que define as suas características, ainda hoje. Então, perguntas que remontam ao onde, por quem e como foi sonhada e planejada são relevantes para entender todo o seu processo de fundação e o que movimentou os governos e seus governantes a tal empreendimento.

Outro fator importante a ser considerado é a geografia do Planalto Central, que aparece como um influenciador nas edificações da futura capital.

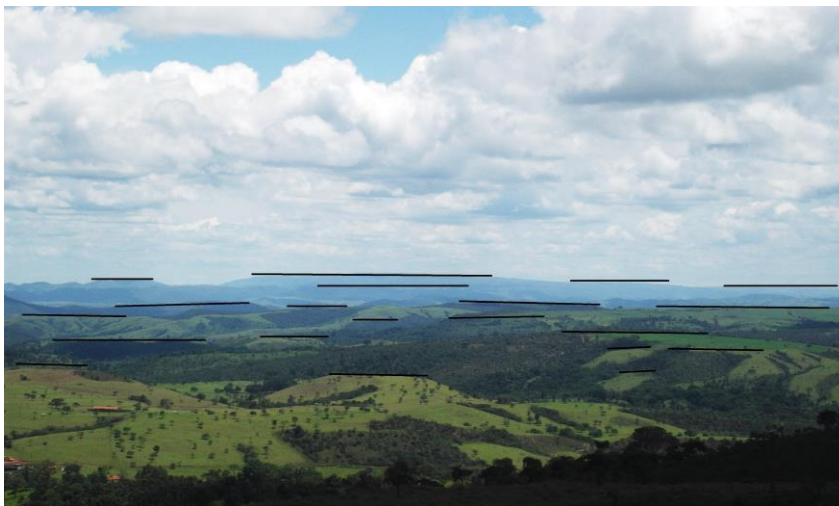
Dentre os aspectos curiosos que aparecem na marcha da missão científica, em 1896, pela busca do lugar para o estabelecimento da cidade, foi o relato das formas topográficas típicas do Planalto Central com suas formações em platôs. Mais tarde, será conhecido o quanto a arquitetura de Brasília deve seu formato característico à inspiração dos platôs em sua geografia.

Outro aspecto a ser destacado na região é a relação natural observada entre o amplo horizonte do Planalto e o convite ao misticismo que se impõe ao expectador da paisagem geográfica da região. As chapadas, em sua forma geográfica (Foto 1), apresentam-se diante dos olhos como um convite à reflexão mística de forma que

¹⁵ A transmissão de inauguração aconteceu pelo rádio conforme consta no Programa das Solenidades de instalação do governo federal em Brasília, datada do dia 21 de abril de 1960, quinta-feira, incluindo a saudação dirigida ao povo brasileiro pelo Papa João XXIII através da rádio Vaticano (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1960).

muitos destes locais possam ser assumidos como locais de práticas religiosas. Isto pode ser comprovado pelo número de manifestações religiosas esotéricas e outras formas de ritos que se estabeleceram nesta região. Esta dimensão terá efeito referencial direto no planejamento urbano e arquitetônico da cidade.

Foto 1 – Elevados montanhosos das terras do Planalto (grifo meu)



Fonte: Arquivo pessoal.

A foto anterior mostra o sentido harmonioso dos platôs da região de Brasília e certamente apresenta uma relação direta com a imagem arquetípica presente na mente dos projetistas ao conceberem um plano de cidade. Ao se explorar as terras do Planalto Central de Brasília, fica, para aquele que o empreende, a nítida sensação da presença contínua de sucessões de elevação e depressão, aspecto representativo e simbólico, da comunicação constante existente entre o alto e o baixo. A própria geografia da região oferece as condições para a expectativa de manifestações de cunho esotérico.

A possibilidade de que os projetistas da cidade tenham sido influenciados por estas imagens e pelas sensações que elas provocam é uma realidade a ser considerada. Ainda que não amplamente comprovada, é perfeitamente aceitável.

2.1 O SURGIMENTO DE UM SONHO: A IDEALIZAÇÃO DE UMA NOVA CIDADE

A transferência da capital do país tornou-se um sonho no período em que o Brasil ainda era administrado pelo segundo império. Os primeiros estudos a respeito da construção de uma nova cidade datam de 1877 e já em 1891, com a publicação

da primeira Constituição da República, a previsão de construção ficou oficialmente documentada.

Um livro publicado naquele mesmo ano de publicação da previsão constitucional para a construção da nova cidade já mencionava as discussões em torno da proposta de mudança da capital. Seu autor, o historiador e Visconde de Porto Seguro, Francisco Adolfo Varnhagem, chamou o trabalho de “A questão da Capital: Marítima ou interior?”¹⁶. Esse escrito traz alguma luz em como se desenrolou as primeiras conversas em torno do tema da transferência da capital e apresenta os principais motivos que mais tarde vão, de fato, servir de propulsão para o desenvolvimento da ideia de interiorização do Brasil.

Antes de termos a menor noticia de que já, em outro tempo, houvera a idéa de se transferir para o interior a capital brasileira, e levados quasi unicamente pelo instincto, ao observar o mappa, parecia-nos que estaria ella muita mais resguardada no centro, como está no corpo humano o coração, e não na fronteira, – e fronteira marítima –, limitrophe de todas as nações poderosas do globo, representadas por suas esquadras, estas idéas nos preocupavam já em 1839, segundo consta de uma carta que então dirigimos ao Instituto Histórico do Rio (l. 1.º p. 364). Começámos por pensar em S. João d’Elrei, segundo se pode ver de uma nota aos *Epicos Brasileiros* (p. 406), em 1845; porém continuando a meditar no assumpto, em vista dos mappas, considerámos como uma verdadeira inspiração o encontrar uma paragem que, a todas as luzes, nos pareceu mais vantajosa (como ainda nos parece depois de a haver visitado), e que tratámos de muito recomendar na 1ª Parte do *Memorial Organico*, que publicamos em Madrid em 1849. Sustentando-a, novamente na 2ª parte do mesmo *Memorial*, impressa no anno seguinte. (VARNHAGEM, 1877, p. 7).¹⁷

Outro defensor, que fez menção à necessidade de transferência da capital, foi Hipólito da Costa fundador do “Correio Braziliense”, jornal que até hoje serve de referência na cidade (HOFFMANN, 2010). Seu comentário, feito em 1813, como se observa mesmo antes da inserção na constituição republicana, dizia respeito ao fato de que o Rio de Janeiro já não reunia as qualidades necessárias para sediar o governo federal. Ainda existiram outros eminentes ilustres que foram enfáticos ao tratar do assunto da mudança da capital, transcrito no Programa das Solenidades:

¹⁶ Relato que conta a história do que seja, talvez, a primeira discussão sobre a transferência da Capital do Brasil, situada então no Rio Janeiro, com destino a algum lugar distante dos mares e dos acessos às grandes esquadras de exploração. Texto disponibilizado na Biblioteca digital da Câmara dos Deputados Federais (VARNHAGEM, 1877).

¹⁷ Transcrito conforme original.

Entretanto, o mais ardoroso adepto da transferência da Capital foi José Bonifácio Lafayette de Andrada. Em 1823, defendia ele na Constituinte a necessidade de se erigir no interior do Brasil uma cidade “para assento da corte, da Assembleia e dos Tribunais Superiores.” A mesma ideia aflorou quando da “confederação do Equador”, em 1824. (João Barbalho – comentários, ed. 1902, pág.15). O Marquês de Paranaguá, ardoroso defensor da transferência, esposou em 1853 a sugestão da mudança da Capital para o interior, nos limites da Bahia com Minas Gerais. [...]. O deputado Lauro Müller, eleito pelo Estado do Paraná, apresentava na sessão de 20 de dezembro de 1890, emenda visando à adoção de medidas para a mudança da Capital. Dessa emenda resultou o texto expresso pelo artigo 3.º, da Constituição de 1891: “Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.500 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital Federal.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1960, p. 19).

Como se pode observar, muitas pessoas de renome, desde os anos de 1800 até a data da sua inauguração, participaram em defesa de se trazer o distrito do comando do país para o interior. Suas motivações, ainda que variáveis, são todas perfeitamente justificáveis diante da conjuntura em que se desenvolvia o país. Já, a própria Emenda Constitucional proposta pelo deputado Müller trouxe em seus artigos a separação da terra onde mais tarde seria levantada a cidade.

Diante de sonhos e planejamentos, a ideia da construção da cidade de Brasília vai também atravessar o governo de Getúlio Vargas. Podemos observar, nesse particular, que a ‘Marcha para o Oeste’ proposta por Vargas em 1940 tinha a finalidade de estabelecer uma integração nacional entre as regiões do país com vista ao crescimento populacional. Visava, também, estabelecer uma rota de chegada às terras que foram separadas para a formação do espaço geográfico da sede da futura capital. O argumento usado no período foi o da necessidade de encontrar novas terras para uma melhor distribuição dos recursos e da implementação de novas políticas de expansão. Assim, a saga foi descrita nos textos dos irmãos Villas Bôas, em sua aventura pelo sertão do Brasil:

Desde o início do século, ou talvez desde a proclamação da República, o governo e a sociedade brasileira vinham (mais o governo que a sociedade) defendendo a mudança da capital do país para o interior. Não se falava em interiorização como movimento expansionista, mas em tirar a capital da beira do mar, por questão de segurança. Com a Primeira Grande Guerra, a ideia ganhou corpo. Tanto assim que companhias imobiliárias, nos anos 1920, mal terminada a guerra, vendiam lotes de terras no Brasil Central, para onde seria levada a capital. Curioso é que essas áreas loteadas eram exatamente as mesmas onde hoje se ergue Brasília.

Antes mesmo do fim da década de 1920, porém, deixou-se de lado o assunto. Foi longo o período de esquecimento. Só na Segunda Guerra é que voltaria a ser lembrada a tese da mudança. Mas dessa vez o assunto não ficou circunscrito à simples transferência da capital — a mudança expressava a exigência natural de uma sociedade em franca explosão

demográfica. Estávamos deixando de ser uma nação litorânea. Contudo, para que a interiorização se tornasse realidade, era preciso que o movimento fosse liderado pelo próprio governo, e foi o que aconteceu, tendo como ponto de partida a Marcha para o Oeste (VILLAS BÔAS, 2012, p.6).

A ideia política de um Estado Novo imposta por Getúlio Vargas (1937 a 1945), então Presidente do Brasil e criador do plano, foi usada para fazer surgir um sentimento nacional que pudesse unir o país em torno dos projetos geopolíticos criados pelo seu governo. A grande demonstração disto é a criação de instituições que fornecessem dados e informações confiáveis para a exploração territorial das regiões do país. Dentre estas, destacam-se a criação do Conselho Nacional de Geografia, do Conselho Nacional de Cartografia e do Departamento Nacional de Estrada e Rodagem que visavam à avaliação das terras brasileiras (PANDOLFI, 1999 p.10).

Os projetos da era Vargas, de acordo com a história do período, envolviam também a mudança da capital para outro território. A proposta sugeria outros sentimentos nacionais, tais como: políticos, sociais e militares. E tinha como foco principal encontrar áreas geográficas para a construção de novas cidades.

Como um dos resultados da 'Marcha para o Oeste', implementada neste período, vamos encontrar a fundação da cidade de Goiânia, nova capital do estado de Goiás e reflexo da empreitada política em avançar rumo a outros pontos territoriais onde se pudessem estabelecer novos polos urbanos.

Esta busca por criação de novas cidades, além de estar prevista na Constituição, foi também um processo que se desenvolveu na expectativa coletiva dos brasileiros. Oliveira concorda que os projetos de expansão territorial faziam parte da mentalidade governamental e social das décadas de quarenta, cinquenta e sessenta e fazem parte, ainda hoje, com a construção de cidades atuais (OLIVEIRA, 2002). A saga Brasília irá impulsionar, mais tarde, outros movimentos de cidades planejadas como é o caso de Palmas, capital do Estado do Tocantins.

2.2 A MISSÃO CRULS E A LOCALIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO DE BRASÍLIA

O grupo, denominado de Expedição Científica devido ao desafio que recebeu, deveria apresentar relatórios que fossem favoráveis à demarcação de um

espaço territorial onde pudesse ser erguida a nova capital. Ainda que as adversidades enfrentadas por tal grupo percorresse as mais variadas intempéries, o agrupamento deveria, ao final, cumprir sua tarefa com algum êxito, pois a responsabilidade recebida por eles era respaldada em uma previsão constitucional e estava estabelecida de forma política, demonstrando a dimensão do desejo consolidado do povo brasileiro em ter a capital nacional instalada no interior (CRULS, 1894).

O nome pelo qual o grupo vai ser conhecido, Missão Cruls, é o mesmo do astrônomo e chefe da expedição Louis Ferdinand Cruls¹⁸. Ele, já residente no país e com relacionamento com o príncipe regente, já assumia diversas funções no Império e como astrônomo ganha bastante notoriedade em todo o país. No entanto, em terras brasileiras, um de seus grandes feitos foi sua jornada em direção à demarcação dos espaços territoriais brasileiros, incluindo a fronteira entre Brasil e Bolívia.

A jornada, na qual conquistou notoriedade, determinou a formação de um quadrilátero para a separação do espaço geográfico que mais tarde viria a abrigar o futuro Distrito Federal. Ademais, a comissão recebeu outras missões no governo de Floriano Peixoto, tais como: a instalação de uma estação meteorológica, uma ligação teleférica, o reconhecimento da ligação férreo-fluvial, a avaliação do terreno para escolha do território, dentre outras tarefas relevantes à criação do espaço para abrigar a cidade.

Os documentos oficiais sobre a missão Cruls registram a imagem fotográfica dos integrantes da Missão em seus anais, como parte da historicidade dos primeiros passos feitos pela comissão expedicionária. Ela serve como uma referência dos momentos difíceis que eles, os membros dessa comissão, enfrentaram para desbravar o território do Planalto Central. A simplicidade da imagem e os aspectos

¹⁸ O grande explorador Louis Ferdinand Cruls nasceu em Diest, província de Brabante na Bélgica, em 21 de janeiro de 1848. Seus pais foram o engenheiro civil Philippe Augustin Guillaume Cruls e Anne Elizabeth Jordens. Em 1874, Louis Ferdinand Cruls pediu demissão do exército de seu país com o objetivo de visitar o Brasil, apenas por curiosidade e sem nenhum plano premeditado, foi influenciado pelos brasileiros que, na época, estudavam na Bélgica. Assim, em 5 de setembro de 1874, Cruls embarcou no pequeno vapor que transportava os passageiros de Bordeaux com destino a Pouillac, onde ancoravam os navios das Messageries Maritimes, para fazer a travessia da Europa à cidade de La Plata, na Argentina. Em 1892, Cruls foi designado para chefiar a comissão exploradora do Planalto Central. Essa nova empreitada provocou uma mudança nas atividades astronômicas do Observatório Astronômico. Para outras informações a respeito da vida e da obra de Cruls, verificar a biografia escrita pelo Dr. Ronaldo Rogério de Freitas Mourão (2009).

geográficos registrados ao fundo apresentam uma leitura possível da difícil tarefa que os desbravadores teriam pela frente para pôr em prática o resultado de maneira positiva da qual eles haviam sido incumbidos.

Foto 2 – Comissão de Exploração do Planalto Central, 1894



Fonte: CRULS, 1894.¹⁹

Assim, a Missão Cruls ganhou contornos históricos e até certo ponto, simbólicos, como expedição que se aventurou em terras ainda inabitada e que ultrapassavam a dimensão do material devido ao grande numero de lendas e mitos que envolviam a região. Passando com certo rigor pela legislação como no caso da constituição, ainda na política e nas questões sociais.

Nas questões legislativas ou constitucionais, o simbolismo estava presente na tese de que cada representante do povo lhe havia conferido a responsabilidade do cumprimento de uma missão patriótica. Este pensamento se caracterizava como expressão do desejo de que, na melhor das hipóteses, algo deveria acontecer já na Constituição da República, pois era uma expressão da vontade do povo.

Nas questões políticas, o simbolismo estava presente na perspectiva do cumprimento das promessas de campanhas eleitorais, onde a expressão 'novas terras' e 'capital' formavam as representações dos desejos de cada candidato. A

¹⁹ Segue a foto onde estão presentes os membros da Comissão de Exploração do Planalto Central: Dr. P. A. Gouvêa, Dr. A. Pimentel, Dr. L. Cruls, Dr. J. Lacaille, Dr. A. Cavalcanti, Dr. Celest. Bastos, Dr. T. Fragoso, E. Chartier, F. Souto, Dr. H. Morize, Dr. A. Moura, A. Abrantes, Cuyaba, Dr. Ussak, Araujo, Dr. Ule, Dr. A. Gama, Mello, Cap. P. Carolino, Cliché H. Morize.

articulação política já havia inserido em seus propósitos a esperança de uma nova cidade para o Brasil e essa nova empreitada além de movimentar o país socialmente e economicamente se tornaria um símbolo de mudança e de transformação cultural. As gerações futuras de políticos reconheceriam o legado deixado, tornando-o uma referencia.

Nos objetivos sociais, o simbolismo aparece nas expectativas criadas na mente de cada cidadão brasileiro. Essas esperanças estavam também no coração não só dos que vieram em busca de prosperidade, mas também dos que esperavam receber os confortos da nova cidade.

Com estes propósitos, a ‘Expedição Cruls’ tinha como objetivo encontrar as terras em condições de receber a capital da União. Assim, o projeto da expedição de exploração do interior do Brasil encontrou sua deflagração a partir da queda do regime imperial para o regime republicano no Brasil, com a Proclamação da República em 1889²⁰.

O projeto de lei que criava e autorizava a Expedição e seu envio com a missão de desbravar as regiões do Centro-Oeste do país foi, naquele ano, encaminhado pelo primeiro presidente do Brasil, Marechal Deodoro da Fonseca, à Assembleia Geral Constituinte para que fosse apreciado por seus membros. O novo estadista, juntamente com os demais constituintes, buscava colocar em prática a ideia mudancista que tinha como teor principal promover várias mudanças estruturais e de expansão do território nacional em direção ao centro do país (CRULS, 1894).

Mesmo contando com o apoio do novo presidente e dos constituintes, os ‘princípios’ almejados de mudança só foram colocados em prática quando do surgimento de dificuldades enfrentadas pelo Estado brasileiro com a transformação do organograma institucional. Neste caso específico, ocorreram com o aumento das instalações de comando e da ampliação dos programas de governo que incluíam a

²⁰ A República do Brasil foi proclamada no ano de 1889 devido a grandes entraves políticos e econômicos, especialmente envolvendo a libertação dos escravos, que já estava para ser aceita pelo imperador. Aqui, surgiu o chamado “Governo Provisório” comandado pelo Marechal Deodoro da Fonseca. Outras informações mais detalhadas sobre o tema do Governo Provisório e a libertação dos escravos, ler no livro *A Escravidão no Brasil* volumes I e II, de Malheiro (1866 e 1867), e o livro de *História do Brasil*, de Afrânio Peixoto (1944), de onde foram extraídas as informações deste texto.

autonomia governamental a qual o Brasil não estava ainda familiarizado, pois acabara de se tornar uma República.

Um ponto chave nessa empreitada foi o fim de mais de setenta anos de Império e, por conta disto, o surgimento do governo baseado na República. Essas mudanças e transformações trouxeram sérias implicações ao país e às autoridades governamentais. Levando, assim, à necessidade mais que urgente de se transferir a capital da União para o interior, onde o acesso ficaria distante dos oceanos e mares. O intuito era de uma melhor centralização do espaço territorial e, assim, impedir a chegada de novas invasões estrangeiras que pudessem acontecer em anos seguintes.

E a primeira lição que devemos colher é a de, já em tempo de paz, attendermos mais aos meios de resistencia que deve offerecer este importante porto, do qual permitta Deus, que seja quanto antes retirada a Capital do Imperio tão vulneravel, ahi na fronteira e tão exposta a ser ameaçada de um bombardeio e soffrel-o com grande prejuizo de seus proprietarios, por qualquer inimigo superior no mar, que se proponha a arrancar do governo, pela ameaça, concessões em que não poderia pensar se o mesmo governo ahi se não achasse. E isto quando a propria Providencia concedeu ao Brazil uma paragem mais central, mais segura, mais sã e propria a ligar entre si os tres grandes valles do Amazonas, do Prata e S. Francisco, nos elevados chapadões, de ares puros, de aguas boas e até de abundantes marmores, visinho ao triangulo formado pelas tres lagôas Formosa, Feia e Mestre d'Armas, das quaes manam aguas para o Amazonas, para o São Francisco e para o Prata²¹ (CRULS, 1894, p.26).

Tal expectativa de dificultar o acesso às cidades brasileiras, especialmente à capital, onde estava estabelecido o governo colonial e posteriormente o imperial, nasceu em meados do ano de 1808 quando o rei D. João VI se estabeleceu na Colônia. A estratégia foi defendida por seu principal ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, inspirado pela restauração que havia, em tempos antes, realizado em Lisboa. Apoiava a necessidade de busca por novas terras na colônia portuguesa para o estabelecimento de cidades mais distantes das navegações oceânicas, até mesmo como demonstração da segurança real (GOMES, 2007). O texto do Dr. Mourão, criador e primeiro diretor do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MCT no Rio de Janeiro, relata essas dúvidas em relação à segurança e a outras necessidades de mudança da capital:

²¹ Transcrito conforme o original.

Em 19 de fevereiro de 1892, as fortalezas de Santa Cruz e Laje no Rio de Janeiro, se rebelaram contra o presidente da República Floriano Peixoto. Em 6 de abril, 13 generais, após exigirem novas eleições, foram demitidos e Floriano decretou estado de sítio no Rio de Janeiro, na época, capital do Brasil. Apesar dessa situação político-militar complexa, em 12 de maio de 1892, por ocasião da abertura da 2ª. Sessão Ordinária da 1ª. Legislatura, o Marechal Floriano Peixoto (1839-1895; presidente da República de 23 de novembro de 1891 a 15 de novembro de 1894), em mensagem ao Congresso Nacional, reputando de necessidade inadiável a mudança da capital da União, afirmou que o governo trataria de fazer seguir, para o Planalto Central, e que uma comissão deveria proceder à demarcação da área e fazer, sobre a zona, os indispensáveis estudos. Assim procedendo, Floriano Peixoto queria dar cumprimento às disposições do artigo 3º. da Constituição federal, que os constituintes de 1891 haviam incluído na primeira Carta Magna republicana brasileira, promulgada em 24 de fevereiro de 1891 e a segunda do país (a anterior, de 1824, havia vigorado durante 76 anos). Essa decisão, sem dúvida, devia estar relacionada também às ameaças que o próprio regime vivia em consequência da revolta da Marinha, em 23 de novembro de 1891, que derrubou Deodoro da Fonseca, quando o contra-almirante Custódio de Melo (1840-1902; ministro da Marinha de 23 de novembro de 1891 a 30 de abril de 1893) comandou uma rebelião de três navios no Rio de Janeiro. Se a própria Marinha brasileira ameaçava o governo brasileiro instalado na capital carioca, poder-se-ia imaginar o perigo de uma armada inimiga na baía da Guanabara (MOURÃO, 2009, p.11).

Esta etapa da tarefa é entregue novamente à Caravana Cruls, que foi vencedora de diversas dificuldades, dentre elas a da aprovação do projeto na constituinte de 1889. No entanto, este novo passo da empreitada enfrentaria uma nova dificuldade: a falta de verba no ano de 1895, levando à sua interrupção (CRULS, 1894, p.17).

Os relatórios²² emitidos por Cruls, sobre o desempenho da expedição, trazem a verdadeira dimensão de como o grupo expedicionário encarava a responsabilidade de desbravar o país em busca de terras habitáveis.

Quando, em Maio de 1892, o governo mandou nos chamar, afim de nos confiar a missão de explorar o Planalto Central do Brazil e n'elle demarcar a área que, segundo o que prescreve a Constituição, deve ser reservada ao futuro Districto Federal, e ahi ser opportunamente mudada a nova Capital da União, não nos illudimos a respeito da magnitude do assumpto, e ao mesmo tempo da responsabilidade que ia pesar sobre nós perante o paiz inteiro, aceitando tão honrosa quão espinhosa tarefa (CRULS, 1894, p. 17).²³

A Missão tinha, como uma de suas atribuições, responder ao anseio nacional pela necessidade da exploração do interior. Em parte, esse desejo era

²² As informações contidas neste texto podem ser encontradas no Relatório da Missão Cruls (1894), dentre outras informações de teor esclarecedor como se procedeu a comissão de exploração do Planalto Central.

²³ Transcrito conforme o original.

reflexo do crescimento da densidade populacional nas grandes cidades, como também da presença das grandes cidades na costa litorânea do Brasil.

Quando os integrantes da comissão de exploração do território receberam, no governo de Floriano Peixoto (1891), a tarefa de estabelecer o reconhecimento da terra, os membros da Missão sabiam de antemão que o espaço geográfico escolhido deveria ter uma composição topográfica e geográfica onde fosse possível fazer uma adequação para receber uma cidade. Essas condições naturais implicavam em: presença de rios para o abastecimento de água para a região; clima ameno e favorável; topografia apropriada para instalar vias férreas que permitissem o tráfego entre a capital e as diversas regiões de modo eficaz, permitindo o transporte dos produtos entre cidades; dentre outras condições que favorecessem o estabelecimento rápido e funcional da ocupação urbana.

Somente no ano de 1891, com a liberação dos recursos para que a Missão partisse em direção ao interior na exploração das terras, em cumprimento à previsão constitucional, a tarefa se concretizou:

Pelo que precede, vemos que, ha quasi um seculo, foram assignaladas as vantagens da necessidade de se mudar a Capital brasileira. Não nos devemos pois admirar de que, em 1890, de novo a discutiram os membros da Constituinte e lhe consagraram um artigo especial na nova Constituição do Brazil. Conformando-se com a determinação da Constituinte, o Congresso consignou em 1891, uma verba para que se procedesse á demarcação de 14.400 kilom. quadrados no planalto central do Brazil. Foi pois, em cumprimento desta determinação que o governo nomeou a "Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil" (CRULS, 1894, p. 29).²⁴

Após transcorrerem três anos desde o projeto ter sido aprovado e enviado pela comissão, foi escrito o relatório apontando que as terras desejadas tinham sido encontradas.

Nutrimos, pois a convicção de que a zona demarcada apresenta a maior somma de condições favoráveis possíveis de se realizar, e proprias para n'ella edificar-se uma grande Capital, que gozará de um clima temperado e sadio, abastecida com aguas potaveis abundantes, situada em região cujos terrenos, convenientemente tratados prestar-se-hão ás mais importantes culturas, e que, por um systema de vias-ferreas e mixtas convenientemente estudado, poderá facilmente ser ligado com o littoral e os diversos pontos do territorio da Republica (CRULS, 1894, p. 19).²⁵

²⁴ Transcrito conforme o original.

²⁵ Transcrito conforme o original.

Assim, o sonho de ter uma nova capital para a Federação Brasileira começava a ganhar formato e a se tornar realidade. Os anseios gerados pela importância da Missão ficaram registrados nas falas de seus integrantes, quando, em seus relatos de viagem, mesmo fazendo referências às dificuldades enfrentadas, observavam que suas esperanças se renovavam com a simples expectativa do surgimento de uma nova cidade no coração do Brasil. É um misto de paixão e reverência transbordado em esperança o que se percebe na carta do Dr. Glauzio²⁶ ao falar sobre o pedaço de terra encontrado como possibilidade para se desenvolver o projeto.

Com a conclusão dos embates políticos e a discussão de outros tantos projetos, a Expedição, que seguiu para encontrar a região adequada para o estabelecimento da sede administrativa do Brasil, deu por fim seus trabalhos no ano de 1894, encerrando esta primeira fase política da delimitação do espaço geográfico. Outros desafios ainda estavam por vir, tais como: implementação de programas governamentais, mudanças de regimes de governos, novas discussões políticas, novas propostas por outras regiões etc. Mas, foi com a Expedição Cruls que se consumou a primeira etapa de escolha da capital da República do Brasil.

2.3 O MISTICISMO NO PLANALTO CENTRAL DE BRASÍLIA

O Planalto Central²⁷ Brasileiro é uma vasta área territorial que inclui a atual localização do Distrito Federal e as novas cidades construídas em seu entorno. O que aqui se denomina de Planalto Central de Brasília é justamente o recorte do Planalto Central que abrange a região do Distrito Federal e seu entorno.

²⁶ Dr. Glauzio fez parte da missão, acompanhando o Ferdinand Cruls, como botânico responsável pelos parques nacionais naquela época. Foi citado no relatório final da missão (CRULS, 1894, p. 18 e 19).

²⁷ Planalto Central é considerado aqui conforme o conceito que Caroline de Faria elaborou para o Infoescola, onde diz que “a região central brasileira é comumente chamada de “Planalto Central” devido à característica aplainada do seu relevo e por se localizar bem no meio do país. O Planalto Central compreende partes dos Estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Tocantins e Mato Grosso do Sul (não confundir o Planalto Central com a região Centro-oeste, pois esta última compreende apenas os Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul). O ponto de maior altitude no Planalto Central está na Chapada dos Veadeiros. Tombada como Patrimônio Mundial do Brasil, em 2001, pela Unesco, a Chapada possui altitudes que variam de 600m a 1650m (Serra da Santana), e é considerada por muitos como um lugar místico.” Outras informações, buscar em Faria (2008).

Com o decorrer da ocupação territorial, a região tornou-se bastante conhecida no restante do país, não somente por sediar a capital federal, mas, sobretudo, por sediar um número sem fim de organizações esotéricas e de manifestações coletivas de natureza mística. Tais fenômenos religiosos, assim como os próprios ritos dos misticismos, assumem hoje papel relevante no que diz respeito à definição das migrações sociais locais e da ocupação urbana da região. Também norteiam e orientam um importante contexto de atividades celebrativas de grande vulto, de peregrinações e romarias de curas, que culminam por impactar no calendário religioso e turístico da capital. A região, para alguns estudiosos e pesquisadores, é uma área, por definição natural, mística desde os primórdios de sua ocupação e, até mesmo, em tempos mais remotos.

Entendem-se, para fins deste tópico, os conceitos de místico e misticismo a partir da definição estabelecida por Rocha Pombo em seu dicionário de sinônimos:

O misticismo sugere ideia de atividade especulativa: é uma convicção. A misticidade é um sentimento de que se está dominado e que nos leva a agir de uma certa maneira. Encontra-se a misticidade na alma das pessoas simples e ingênuas, cujo espírito não conhece, nem conhecerá talvez jamais as ideias do misticismo. O misticismo inclui-nos na escola, ou na seita dos místicos (dos filósofos místicos); a misticidade constitui o místico. Místico é tudo aquilo que se refere à consciência religiosa; ao que há de mais profundo na vida interior; ao que pertence mais à natureza contemplativa da alma humana que propriamente ao senso moral; ao que tem um certo caráter de misterioso porque envolve razão oculta, incompreensível. Vida mística; sentido místico, etc. (POMBO, 2011, 441).

Muitas são as informações recolhidas e relatos existentes de lugares no platô de Brasília sobre o anseio geral e prática coletiva das mais diversas formas de rituais religiosos (SIQUEIRA, 2002). Existem, na região, relatos de diversas formas de se buscar conhecimentos esotéricos, bem como descrições de exercícios para a elevação do espírito e da alma, como sugere o conceito dado pelo dicionário do Rocha Pombo (2011).

No percurso feito a partir das extremidades do Planalto em direção ao centro do platô, o visitante pode encontrar uma região denominada de Serra do Roncador²⁸, um local hoje considerado por místicos e esotéricos do país como o berço do chamado ‘Quinto Império’. O ‘Quinto Império’ seria um reino substituto ao de Atlântida, a civilização perdida, considerada pelos adeptos do misticismo, como o

²⁸ Outros detalhes sobre a Serra do Roncador e seus diversos grupos e histórias podem ser adquiridos em Serra do Roncador “O destino final”, Eduardo Oliveira (2014).

Quarto Império. “Este quinto império, surgirá em futuro próximo e vai marcar o surgimento de uma nova era para as civilizações.” (SIQUEIRA, 2002, p. 179). Este é um breve trecho do relato de um grupo organizado conhecido como Membros da Sociedade Eubiótica – comunidade mística brasileira especializada em estudar e esclarecer os grandes mistérios da humanidade. Em sua página na internet, a Sociedade Eubiótica chega a informar que a Serra do Roncador é visitada por especialistas de todo o mundo em busca de portais que abrem contato com o mundo imaterial.

Outras sociedades organizadas esotéricas ligadas à elevação espiritual e contatos com outros seres existentes fora do planeta Terra, presentes na região, são os grupos de ufólogos que, entre suas atividades, criaram um grupo de trabalho chamado de ‘Núcleo Araguaia de Pesquisa Ufológica do Roncador’, que tem por finalidade encontrar possíveis portas de contatos com seres de outros planetas.

Há, também, os grupos de esotéricos estabelecidos que seguem as profecias de São João Bosco sobre a relevância da região como a terra prometida que surgiria entre os paralelos 15 e 20 e que abrigaria, mais tarde, a administração central do Brasil.

Outro bom exemplo de manifestação esotérica no Planalto pode ser encontrado no chamado Vale do Amanhecer. O Vale, na região do entorno de Brasília, é uma grande comunidade mística estabelecida com a finalidade de desenvolver experiências espirituais com outras formas de vida, sejam estas espirituais ou materiais.

Em entrevista com o repórter Rodrigo Bertolotto do site UOL, Tia Neiva, fundadora e mantenedora do grupo do Vale do Amanhecer, relata que o planeta Terra foi colonizado por seres extraterrestres e imortais do planeta Capela, que se miscigenaram com os seres humanos e criaram várias civilizações ao longo da história. O Vale comporta uma estrutura de pequena cidade. A região, onde está localizada a microcidade chamada de Vale do Amanhecer, seria uma dessas localizações de civilizações colonizadas e seu papel seria o da perpetuação da seita, assim descrita pelo repórter:

O sincretismo é a tônica principal. E no Vale do Amanhecer ele está em toda parte. A cruz cristã, a judaica estrela de Davi e a lua crescente muçulmana estão juntas com imagens de entidades do candomblé, conceitos espíritas e pirâmides egípcias. Mas o que chama primeiro a atenção são as vestimentas e a arquitetura do refúgio que virou um bairro hoje com 15 mil habitantes no caminho entre Brasília e Planaltina. Os homens, chamados de “jaguares”, usam capas que mais parecem saídas de um filme de vampiro. A cor, contudo, é o marrom dos franciscanos. A roupa é tão cheia de símbolos que lembra a indumentária dos cangaceiros (BERTOLOTTO, 2010).

Todos esses grupos e comunidades de rituais exóticos praticados no entorno da cidade de Brasília consideram o Planalto Central como região geograficamente especial; uma região mística, holística e esotérica. Esse fenômeno se observa desde a formação dos primeiros núcleos urbanos na região. Todas estas manifestações contribuem para o conceito de que o centro do país seja notadamente mais percebido hoje por seus agrupamentos místicos, sociedades de culto esotérico, do que por qualquer outra manifestação de materialização social e cultural.

A extensão territorial do Planalto Central Brasileiro cobre praticamente as áreas centrais e partes do norte e do sul do país. Sendo que parte das regiões dos Estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Tocantins e Mato Grosso do Sul são envolvidos por sua geografia.

Essa geografia e sua composição peculiar, com rios e vegetação rasteira, mantém uma relação direta com o fenômeno do surgimento de grupos religiosos esotéricos ligados ao entendimento dos mistérios da vida humana, onde as práticas religiosas consistem relativamente na elevação do espírito e no conhecimento do mundo transcendente (SIQUEIRA, 2002, p. 179).

As manifestações místicas na região, segundo antropólogos, podem remontar há pelo menos dez mil anos. É o que dizem os estudos dos sítios arqueológicos na área central do Brasil (BERTRAN, 2011, p. 11). Os pesquisadores encontraram sítios arqueológicos com resquícios de manifestações de misticismos mantidos até hoje pelas mais variadas escolas místicas. Destaca-se, neste particular, a Universidade Holística da Paz e a casa Dom Inácio de Loyola dirigida pelo místico e esotérico João de Deus, conhecido na cidade de Abadiânia – Goiás por promover curas de diversas doenças e praticar cirurgias espirituais.

Em 1991, encontrou dois sítios com restos de cerâmica e artefatos de pedra, espalhados por uma área de quase 3.000 m², nas cabeceiras do córrego Ipê, hoje Universidade Holística e Cidade da Paz, em antiga região de mata, derrubada em 1960. O sítio apresenta a particularidade de, em sua parte central, apresentar indícios cerâmicos e pré-cerâmicos (líticos). Considera o Dr. Miller a hipótese de que o material lítico seja mais antigo que o cerâmico, ao qual se misturou devido a perturbações que tenham levado ao afloramento do material mais antigo. Pesquisou também o Dr. Miller e equipe as regiões vizinhas ao Catetinho e ao Recanto das Emas, nada encontrando, talvez por não disporem de ambiente natural favorável. Muito melhor sucedidas foram as explorações no ribeirão Ponte Alta, a oeste do Gama. Em área de poucos quilômetros quadrados encontraram-se vestígios de quatro sítios arqueológicos indígenas, dois deles também com características cerâmicas e pré-cerâmicas, um sobre o outro, cobrindo uma área superior a 5 hectares (BERTRAN, 2011, p.11).

O crescimento de filosofias, escolas religiosas, doutrinas e práticas místicas e esotéricas na região de Brasília, até certo ponto, causou espanto mesmo entre aqueles que buscavam desenvolver pesquisas a respeito desse assunto, enquanto se revelava uma espécie de labirinto místico na região (SIQUEIRA, 2002, p. 180). A formação de grupos e associações esotéricas desta natureza são uma constante na região ao redor de Brasília.

O crescimento de grupos esotéricos na região, bem como o de outras formas de escolas religiosas, expande-se por regiões bem conhecidas e definidas no Planalto: a Chapada dos Veadeiros, o Vale do Amanhecer, a Cidade Holística da Paz, a Casa Dom Inácio de Loyola. Há que se mencionar a conhecida Cidade Eclética de Santo Antônio do Descoberto²⁹, cidade do entorno que fica a 60 km de Brasília, no Estado de Goiás, e abriga uma comunidade de aproximadamente duas mil pessoas.

A sequência de fotografias a seguir expressa, de maneira visível, a relação da geografia do Planalto Central com as manifestações religiosas de cunho místico esotérico. Também ilustra como essa relação repercute sobre o conceito urbano da cidade de Brasília e região.

²⁹ A Fraternidade.º Eclética.º Espiritualista.º Universal.º fundada por Yokaanam Oceano de Sá - Venerável Grão Mestre é uma Associação de caráter filantrópico, reconhecida como de Utilidade Pública Federal e identificada como Pessoa Jurídica de Direito Privado. É uma FRATERNIDADE, porque seus Membros se tratam como Irmãos e devem respeitar-se como filhos de um DEUS ÚNICO. É ECLÉTICA, porque reúne em seu seio tudo de bom e útil, com critério de seleção nobre, que se cultiva e pratica nas demais Escolas Religiosas instaladas no Planeta. É ESPIRITUALISTA porque seus membros aceitam a existência de um Poder Absoluto (DEUS) e acreditam na sobrevivência do Espírito, em sua marcha evolutiva para a Eternidade e para a Felicidade. É UNIVERSAL porque reconhece que a Verdade é ilimitada, não tem fronteiras, não é privilégio de apenas uma Pátria, um povo, uma raça e, muito menos de uma determinada escola religiosa ou filosófica. A Verdade é Deus que criou a todos os seres indistintamente, e os ama também sem discriminação (SIC TRANSIT GLORIA MUNDI, s/d).

Foto 3 – Comunidade Eclética



Fonte: Bombexx (2007).

Na Cidade Eclética, os habitantes da região dependem da agricultura, manufatura de couro e da criação de gado para sua subsistência. Yokaanam Oceano de Sá, mais conhecido no mundo inteiro e particularmente nas Américas pelo nome espiritual-esotérico de Mestre Yokaanam, é também o Grão Mestre do primeiro Santuário Essênio do Brasil e das Américas e Chefe Espiritual da Fraternidade Eclética Espiritualista Universal. Mesmo tendo uma página online contando a história de sua vida e da própria fraternidade, curiosamente poucos brasileiros e outros habitantes da região conhecem a respeito da comunidade.

Textos, autores, fotos e ilustrações dos lugares refletem a realidade da região do Planalto Central Brasileiro no que diz respeito às manifestações místicas e nas formas de expressões religiosas variadas. Porém, o grande destaque da pesquisa e estudos sobre o assunto, sejam eles de cunho científico ou não, está no fato inédito de a região propiciar a formação de comunidades inteiras ligadas ao misticismo, tanto no tempo presente como no seu passado distante.

Foto 4 – O Jardim de Maytrea (Chapada dos Veadeiros)



Fonte: Azzi (2013).

Outro desses causos fantásticos em torno da vizinhança fez a fama de Veadeiros ultrapassar fronteiras e rodar o globo. Pouco antes da virada do milênio, em 1999, falava-se por lá que o mundo beirava o fim e o único lugar a ser poupado do apocalipse seria justamente esse cantinho no norte goiano. A teoria era de uma comunidade religiosa que existia em Alto Paraíso, os Cavaleiros de Maytrea, que acreditavam que o mar se agitaria e provocaria um tsunami global. A chapada, por estar no ponto mais alto do Planalto Central, cerca de 1.700 metros acima do nível do mar, e bem no meio do continente sul-americano, resistiria incólume à catástrofe. Resultado: um batalhão de malucos entrou na onda e seguiu para lá em busca da salvação (AZZI, 2013).

Foto 5 – Vista panorâmica do Vale do Amanhecer



Fonte: Cosmelli (2004).

Foto 6 – Visão panorâmica da Casa Dom Inácio de Loyola



Fonte: Feijó (2012).

Demorei para escrever sobre a Casa de Inácio em Abadiânia, GO, pois é para nós – meu marido e eu – muito emotivo. Foi lá, no Planalto Central, na pequena localidade de Abadiânia, que teve início a nossa caminhada espiritual. Verdaderamente. A Casa, como é conhecida pelos frequentadores, está sempre aberta para visitantes que vem do mundo todo em busca dos seus caminhos espirituais, e mais comumente em busca de curas para males do corpo físico e dos corpos espirituais (KEHL, 2011).

Os exemplos trazidos até aqui, sejam pelos relatos de pessoas, sejam pelas imagens que compõem a geografia o Planalto Central brasileiro, mostram que a região de Brasília promove a necessidade de manifestação latente de religiosidade de todas as maneiras: por parte de ufólogos que buscam por sinais de vida de outros planetas e viagens interplanetárias; por místicos e esotéricos que buscam portais ou passagens de contatos com outros mundos além ou aquém do planeta Terra.

2.3.1 Os elevados altiplanos e a ideia de Alvorada

Os elevados do Planalto Central do Brasil se destacam pelo fato de estarem posicionados em uma região plana de vegetação de cerrado. Eles se destacam aos olhos de quem passa pelos locais da região Centro-Oeste como algo natural plenamente integrado à geografia local. A percepção imediata do olhar humano na região apreende uma sequência de montes alinhados em cortes simétricos. A propósito, a horizontalidade da geografia regional na região do Planalto em Brasília logo se tornou objeto da atenção das pessoas que para lá se deslocaram em função da construção da cidade.

A fase preliminar à construção da nova capital foi caracterizada pela tomada de conhecimento, em âmbito nacional, de uma geografia do Brasil até então desconhecida pela maioria dos brasileiros. O exotismo da topografia, a fauna e a flora de um cerrado até então desabitado acompanharam a novidade da propaganda nacional em torno do ideário de Brasília. Não demorou muito para que a lenda da construção da nova capital localizada num sertão não desbravado se tornasse tema de canções populares, de poemas e de histórias e contos. Dentre os mais conhecidos poemas está a peça composta por Vinícius de Moraes e musicada por Antonio Carlos Jobim, “Sinfonia da Alvorada”, na qual se exalta a beleza da região, além de sua vegetação e fauna juntamente com o enaltecer o advento da nova cidade que seria erguida.

Quadro 01 – Poesia: O Planalto Deserto – parte da *Sinfonia da Alvorada*

No princípio era o ermo... Eram antigas solidões sem mágoa, O altiplano, o infinito descampado... No princípio era o agreste: O céu azul, a terra vermelho-pungente E o verde triste do cerrado. Eram antigas solidões banhadas De mansos rios inocentes Por entre as matas recortadas. Não havia ninguém. A solidão Mais parecia um povo inexistente Dizendo coisas sobre nada. Sim, os campos sem alma Pareciam falar, e a voz que vinha Das grandes extensões, dos fundões crepusculares, Nem parecia mais ouvir os passos Dos velhos bandeirantes, os rudes pioneiros Que, em busca de ouro e diamantes, Ecoando as quebradas com o tiro de suas armas A tristeza de seus gritos e o tropel De sua violência contra o índio, estendiam As fronteiras da pátria muito além do limite dos tratados. Fernão Dias, Anhanguera, Borba Gato, Vós fostes os heróis das primeiras marchas para o Oeste	Da Conquista do agreste E da grande planície ensimesmada! Mas passastes. E da confluência Das três grandes bacias Dos três gigantes milenares: Amazonas, São Francisco, [Rio da Prata]; Do novo teto do mundo, do planalto iluminado Partiram também as velhas tribos mal- feridas. E as feras aterradas. E só ficaram as solidões sem mágoa O sem-termo, o infinito descampado Onde, nos campos gerais do fim do dia Se ouvia o grito da perdiz A que respondia nos estirões de mata à beira dos rios O pio melancólico do jaó. E vinha a noite. Nas campinas celestes Rebrilhavam mais próximo as estrelas E o Cruzeiro do Sul resplandecente Parecia destinado A ser plantado em terra brasileira: A Grande Cruz alçada Sobre a noturna mata do cerrado Para abençoar o novo bandeirante O desbravador ousado O ser de conquista O Homem! Vinicius de Moraes 05 de maio de 2009
--	---

Fonte: MORAES (2009).

A poesia apresentada no Quadro 1 retrata como os primeiros habitantes da região de Brasília compreendiam o habitat e o *modus operandis* em que eles viviam. A imagem que se tem da cidade hoje, no entanto, é bastante diferente daquela que se tinha nos tempos iniciais.

Reconhecidamente, essa região é, ainda hoje, fonte de inspiração para a literatura, a música e lendas populares por seu exotismo natural. Assim como é campo inesgotável para a pesquisa cultural, religiosa e nas diferentes áreas do conhecimento.

A ideia de Alvorada, determinada pela amplitude do alvorecer do dia, é algo que se compõe à vivência ordinária dos habitantes da região. A observação do nascente e do poente no Planalto de Brasília é, ainda hoje, tema de composições poéticas e literárias de escritores e artistas que tomam contato com a geografia da região. A *Sinfonia da Alvorada* é, de fato, o grande épico literário que celebra o surgimento de Brasília, exaltando, sobretudo as características da região escolhida para a construção da capital nacional. Esta Sinfonia é dividida em cinco partes: O Planalto Deserto; O Homem; A Chegada dos Candangos; O Trabalho e a Construção; Coral.

Mas, será nos relatos da expedição Cruls que vamos localizar os primeiros registros históricos de exaltação do horizonte do Planalto Central, quando o cientista compara o panorama do planalto, visto do alto de seus elevados, ao mar que cerca a costa litorânea brasileira: “Mares de chapadas. Da imensa forma com que o Oceano Atlântico se aprofunda entre a América do Sul e a África.” (CRULS *apud* BERTRAN, 2011, p. 03).

Foto 7 – Alvorada no Planalto Central



Fonte: Zimmermann e França (2013).

As imagens projetadas no horizonte da alvorada no Planalto remetem ao seu expectador à experiência de renovação pessoal e de esperança. Esperança esta que sempre se constituiu na base motivacional de mobilização de tantos indivíduos de diferentes regiões a se aventurarem nas terras centrais brasileiras em busca de melhoria de vida pessoal (LUIZ, 2006, p. 13).

Os elevados montanhosos e as alvoradas são fenômenos naturais do Planalto Central que podem ser observados diariamente, especialmente por aqueles que estão em trânsito pelas regiões abertas dos platôs. O próprio plano urbano da cidade projeta Brasília voltada para o nascente. O nascer do sol se inicia no horizonte da Esplanada dos Ministérios, tendo ao fundo a Praça dos Três Poderes. A partir desta concepção, muitos dos projetos arquitetônicos da região da cidade foram elaborados sob a expectativa da alvorada, como é o caso do Palácio que assume sua denominação, o Alvorada. O Palácio, residência do executivo nacional, foi construído no fundo de uma imensa área livre de modo a permitir a visão da alvorada na perspectiva de quem o observa frontalmente.

Não é impossível de imaginar, portanto, que o cenário visível da região, com seus elevados altiplanos e a visão da alvorada, tenha contribuído de forma substancial para a composição do plano urbano da cidade e do projeto arquitetônico de suas edificações. Brasília se constitui desse modo, como resultado do reflexo da paisagem do Planalto em seu projeto urbano.

3 A FORMA PIRAMIDAL COMO TRAÇO ARQUETÍPICO DAS EDIFICAÇÕES DO PLANALTO CENTRAL DE BRASÍLIA

A arquitetura modernista aplicada nas edificações civis da cidade de Brasília foi também utilizada em alguns templos religiosos da capital. Boa parte dessas construções tem, em seu formato, uma pirâmide e isto a transforma em uma estrutura piramidal.

O traço, do qual a cidade vai ser erguida, pode ser uma variação dessa forma devido à sua similaridade com o traço piramidal, e também em razão dos projetistas não terem feito uma diferença razoável daquilo que são traços piramidais em contraposição ao traço utilizado para a edificação da cidade. Eles apenas fizeram uma variante deste traço arquetípico.

Ao fazerem esta variação do traço arquetípico para a construção da cidade de Brasília, os projetistas estavam, possivelmente, sendo influenciados pelas transformações culturais, sociais e políticas que surgiram com a Semana de Arte de 1922 e, dentre outras mudanças, como a transição política que tirou o Brasil de império e o transformou em República.

3.1 ANTECEDENTES: A TRANSFORMAÇÃO CULTURAL E ARTÍSTICA NO BRASIL A PARTIR DA SEMANA DE ARTE DE 1922

A transformação cultural, que a semana de arte propôs, vai influenciar os projetistas de Brasília contribuindo com a motivação para a inovação da arquitetura e, neste trabalho, é uma referência de como os primeiros trabalhadores da cidade fizeram as variações no traço fundante da capital.

A revolução que ocorrera em vinte e dois (1922), na Semana de Arte Moderna³⁰, transformando antigas teorias estéticas da arte em teorias modernas e

³⁰ A respeito do movimento modernista, os críticos e os estudiosos entram em sintonia num ponto: a Semana de Arte Moderna, realizada em 1922 em São Paulo, representou um marco, verdadeiro ponto de inflexão no modo de ver o Brasil. Não só de ver como de escrever sobre o Brasil. Em geral, os artistas e intelectuais de 1922 queriam arejar o quadro mental da nossa "intelligentsia", queriam pôr fim ao ranço beletrista, à postura verborrágica e à mania de falar difícil e não dizer nada. Enfim, queriam eliminar o mofo passadista da vida intelectual brasileira. Do ponto de vista artístico, o objetivo fundamental da Semana foi acertar os ponteiros da nossa literatura com a modernidade contemporânea. Para isso, era necessário entrar em contacto com as técnicas literárias e visões de mundo do futurismo, do dadaísmo, do expressionismo e do surrealismo, que

futurísticas, trouxe, entre suas consequências, mudanças no modo de pensar a dimensão arquitetônica e os traçados fundantes de novas cidades, bem como a visão da reurbanização das cidades brasileiras:

A Semana de Arte Moderna de 1922, realizada em São Paulo, no Teatro Municipal, de 11 a 18 de fevereiro, teve como principal propósito renovar, transformar o contexto artístico e cultural urbano, tanto na literatura, quanto nas artes plásticas, **na arquitetura** e na música. Mudar, subverter uma produção artística, criar uma arte essencialmente brasileira, embora em sintonia com as novas tendências européias, essa era basicamente a intenção dos modernistas (SANTANA, s/d, grifo meu).

Essa mudança alcançou, em grande parte, a arquitetura nacional e o desejo de explorar o território brasileiro e construir novas cidades. A percepção natural é a de que, nos anos seguintes, as formas e imagens das construções nacionais se transformaram indo do estilo colonial estrangeiro para o estilo chamado 'moderno' inspirado nas artes, como propusera a Semana de Arte de vinte e dois (1922).

Outra alavanca motivacional, que proporcionou as transformações nacionais, foram as políticas do regime de governo de Getúlio Vargas e a própria chegada de Juscelino Kubitschek à presidência do Brasil. Enquanto a Era Vargas apresentava o seu ideal de transformação baseada na produção mineral e na expansão agrícola, Juscelino mostrava o desenvolvimento industrial e o crescimento dos bens de consumo, dos quais a indústria de automóvel é um exemplo, como solução governamental. Em certo sentido, elevando a imagem do país diante das grandes potências mundiais, como é descrito no texto publicado pelos cinquenta anos da semana de 22:

formavam, na mesma época, a vanguarda européia. Desse ângulo, o modernismo é expressão da modernização operada no Brasil a partir da década de 20, que começava a dar sinais de mudança (vide, no plano político, o movimento rebelde dos tenentes) de uma economia agroexportadora para uma economia industrial. O manifesto antropofágico tocou no cerne do capitalismo no terceiro mundo: a dependência. Ou pelo menos captou seus reflexos no plano da cultura. Denunciou o bacharelismo das camadas cultas, que permanecem alheadas da realidade do País, reproduzindo os simulacros dos países capitalistas hegemônicos. Ironizou a consciência enlatada de largos setores do pensamento brasileiro, que se comprazem, quando muito, em assimilar ideias, jamais criá-las. Se Oswald de Andrade teve a lucidez de ridicularizar com o mimetismo que tanto seduz o intelectual solene e bacharel, ele não caiu no equívoco de fechar as portas do País do ponto de vista cultural. Ao contrário, sua formulação em torno da "deglutição antropofágica" exige o remanejamento das ideias mais avançadas do Ocidente em conformidade com a especificidade de nosso contorno social e político. Fizeram parte do movimento algumas personalidades: Mário de Andrade, Oswald Andrade, Anita Malfatti, Manuel Bandeira, Villa Lobos, Di Cavalcanti, Graça Aranha, Menotti Del Picchia e Tarsila do Amaral. (O texto acima é parte de um editorial publicado na Folha de São Paulo no dia 15 de maio de 1978, transcrição conforme o original – Casoy, 1978).

Neste mês de maio faz 50 anos que o inquieto, o irreverente e zombeteiro Oswald de Andrade escreveu o manifesto literário antropofágico. De lá para cá muita coisa mudou no Brasil. Tanto política como culturalmente. Apesar de marcado ainda por traços de dependência, o País se industrializou nas últimas décadas; houve mudanças sociais e econômicas significativas. Se não quisermos apenas celebrar ingenuamente a data, temos de nos perguntar: teria ainda alguma coisa a dizer e a ensinar o manifesto literário escrito em 1928? (CASOY, 1978).

Do ponto de vista cultural, sobretudo na expressão das artes, os anos que se seguem após a Semana de Vinte e Dois (22) representam um período de transformações profundas no conceito político de espaço urbano no país, em especial na era Kubitschek, com seu ideal de novas cidades futurísticas e de uma política voltada para a conquista do território nacional. Esse momento nacional vai contribuir decisivamente para uma ruptura no modo de pensar, planejar e reordenar urbanisticamente novas e antigas cidades.

A conclusão dos planos e a concretização da cidade de Brasília foi um marco na convergência entre política e arquitetura, principalmente se estivermos falando do período Juscelino Kubitschek. Em seu livro “Porque construí Brasília”, fica implícita a ideia de que sua própria eleição foi ganha com a projeção da nova cidade (KUBITSCHKEK, 2000).

Com a chegada da modernização, especialmente a econômica a partir da década de 50, e com o Plano de Metas estabelecido com a máxima de se realizar 50 anos em 05, a arquitetura nacional evoluiu de maneira surpreendente devido ao processo das grandes construções voltadas para o desenvolvimento do país.

Surge, neste momento, o anseio de expressar a ideia de futuro, progresso e desenvolvimento aliada à ideia de arquitetura de vanguarda, uma espécie de necessidade de rompimento entre o antigo e o moderno, entre as tradições e novas propostas de espaços urbanos, concebidos não apenas com o objetivo funcional de abrigar populações, mas de tornar viável a mobilidade urbana e a vida em todos os aspectos.

No país, este período coincide com movimentos globais de contracultura e de luta pelos direitos humanos e civis. As mudanças estéticas e o reordenamento dos grupos sociais dentro das cidades fazem com que as aparências e as estruturas das cidades ganhem novos contornos. Foi no meio dessas transformações, em níveis mundiais, que Brasília foi inspirada e planejada.

Segundo Beú Luiz (2006), o urbanista Lúcio Costa, o arquiteto Oscar Niemayer e uma equipe imensa de homens e mulheres desconhecidos³¹ foram os responsáveis por desenvolver e implantar novos horizontes para as edificações das cidades brasileiras na região do Planalto Central no Centro-Oeste do país. Empenhados neste propósito, cumpriram à risca a tarefa quando desenvolveram os projetos da futura capital do Brasil. Traduzido em palavras ditas pelo próprio Niemeyer: “Quem for a Brasília pode gostar ou não dos palácios, mas não pode dizer que viu antes coisa parecida.” (NIEMEYER apud NETO, 2009).

Dos que eram favoráveis até aos contrários à construção da cidade, ninguém pôde negar que foi um feito histórico e um marco importante no desenvolvimento do país. Brasília não importa modernidade. Ela, em certo sentido, exporta, além dos seus conceitos, novas estruturas organizacionais de cidades planejadas e modernas.

Em síntese, a Semana de Arte Moderna e a expansão econômica no Brasil, a partir da década de 50, foram de enorme contribuição para a revolução da arquitetura e do plano urbanístico das cidades brasileiras, encontrando seu auge na concepção da futura capital. Grande parte das edificações de Brasília irá, portanto, remeter ao traço fundamental arquetípico que busca expressar a solidez da ocupação da terra, mas que se projeta para o alto, para o além, o futuro, como se esse traço já estivesse no latente inconsciente coletivo.

3.2 DA PEDRA FUNDAMENTAL AO SURGIMENTO DO CONCRETO

O sonho de estabelecer uma capital fora da faixa litorânea do país começa a tomar forma quando os projetos de elaboração chegam diante da comissão de seleção em 1956. Mas, é no surgimento do concreto que os olhos podem visualizar sua materialização. A foto a seguir mostra um pouco da dimensão do que foi sentido pelos que almejavam a construção da cidade.

³¹ O historiador e jornalista Edson Beú Luiz escreveu a história de Brasília contada pelos homens e mulheres anônimos que, como em um ato de coragem, ingressaram em meio às terras do Planalto Central em busca de uma nova vida. Não sabendo que, enquanto procuravam essa nova vida, proporcionaram às futuras gerações a expectativa de uma vida melhor, como a alvorada diferente das outras cidades brasileiras. Esses anônimos ficaram conhecidos nos meios acadêmicos, jornalísticos e literários como CANDANGOS (LUIZ, 2006).

Foto 8 – Vista aérea da Praça dos Três Poderes – 1959



Fonte: Construção do Congresso Nacional (1959).

Como é historicamente conhecida, uma missão instalou a pedra fundamental de Brasília numa região aproximada do local onde de fato a cidade começou a estabelecer seu centro administrativo. A região onde está a pedra símbolo do surgimento da capital se localiza, atualmente, próxima à cidade satélite de Planaltina, a nove quilômetros de distância, conforme registros oficiais do Arquivo Público do Distrito Federal, citado adiante:

No próximo dia 7, será comemorado o aniversário de 90 anos do lançamento da Pedra Fundamental. A festa, organizada pela Administração Regional de Planaltina, pretende envolver a comunidade. O monumento da Pedra Fundamental de Brasília foi assentado em 7 de setembro de 1922, por volta do meio-dia. O local escolhido foi o Morro da Capelinha, na Serra da Independência, situada a 9km de Planaltina/DF. Baseada no sonho de Dom Bosco, a Pedra Fundamental caracteriza-se por ser o ponto central do Brasil, entre os paralelos 15° e 20°. O monumento, formado por 33 pedras de concreto, que representam os 33 primeiros anos da República (de 1889 a 1922), foi erguido em 1922 por determinação do presidente Epitácio Pessoa e é marca do centro geográfico da América do Sul. O monumento tem forma piramidal de base quadrada com 3,75m de altura, a contar das fundações. As suas faces estão orientadas pelos pontos cardeais (SOARES e CASTRO, 2001, p. 12).

Os responsáveis pela inauguração, além das autoridades e desbravadores, foram os homens e mulheres que indicaram o lugar do marco inicial da cidade. São anônimos e talvez sejam os principais responsáveis pela chegada dos pioneiros ao Planalto Central. Além destes desconhecidos da história, no que diz respeito à publicização dos seus nomes, teve também o engenheiro responsável pela Estrada

de Ferro de Goiás, o Sr. Balduino de Almeida, que contribuiu para que a inauguração acontecesse de forma precisa como desejava o presidente Juscelino Kubitschek (SOARES e CASTRO, 2001, p. 12).

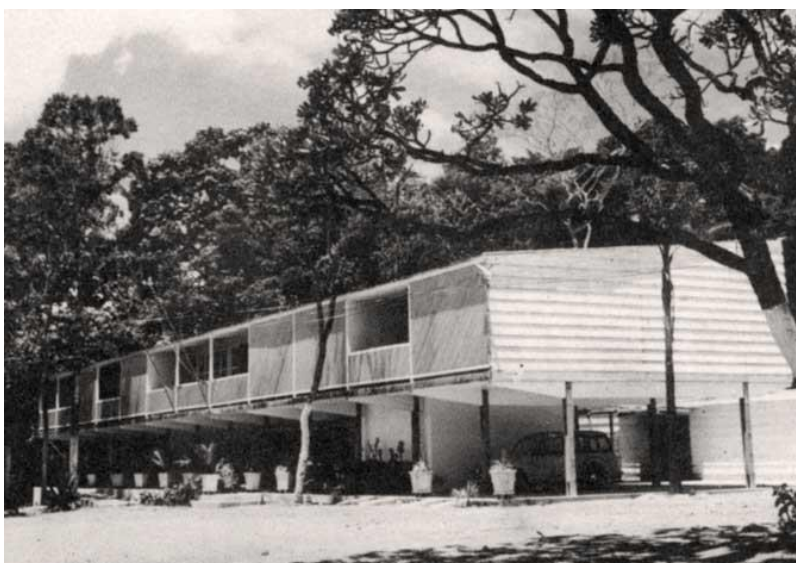
Não é difícil imaginar como se deu o surgimento do concreto no Planalto Central com a construção da cidade. Quem visita o catetinho observa que a primeira etapa foi de desbravar o cerrado, retirar dele uma parte de sua própria vida e história, de sua fauna rica em animais exóticos, de sua flora, de seus movimentos geográficos que trilhavam caminhos naturais. Depois da chegada dos pioneiros, nada ficou como estava antes.

Foto 9 – O 1º Catetinho



Foto: Fontenelle (1956).

Foto 10 – O 2º Catetinho



Fonte: Silva (1999).

Após interferir na vida e geografia desta parte do Planalto Central, o desafio era receber os contingentes humanos, que seriam os protagonistas do erguimento da nova cidade. A história da cidade começa a ganhar novos rumos ao absorver as mais diversas culturas do país. Beú Luiz (2006) conta a história de como um dos pioneiros se sentiu ao pensar que estaria vindo a uma nova terra, cheia de possibilidades e esperança, a verdadeira terra prometida. Sentimento de progresso e prosperidade.

O movimento era grande na estação. Jovens sorridentes, com roupas leves e coloridas, faziam questão de demonstrar, com a irreverência própria da idade, o desejo de aproveitar o verão longe dos bancos escolares, de preferência, à beira de uma praia. Rui conferiu novamente a data e o horário da partida. De cócoras ao pé da parede, a mulher ajeitava a matulagem e ralhava com os filhos, alvoroçados com ideia de viajar. (LUIZ, 2006, p. 11)

Os pioneiros operários traziam não só suas esperanças, mas também carregavam as esperanças dos que deixavam para trás como suas mulheres, irmãos, pais e filhos. Tudo isso ligado à expectativa de superação do sofrimento da terra de origem, que esperavam nunca mais encontrar novamente.

Vale lembrar que as primeiras edificações registradas na cidade, do período que remonta aos primórdios de sua construção, foram aquelas do conjunto da Esplanada dos Ministérios, destacando a igreja central e o Congresso Nacional, num claro simbolismo da unidade entre estado e religião.

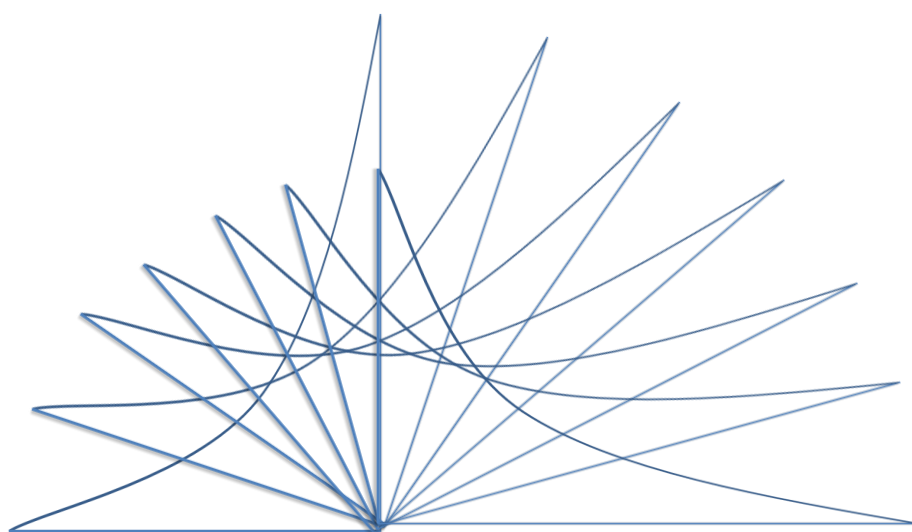
No dia de sua inauguração, não eram apenas as mais de trinta mil pessoas presentes ao cerimonial que estavam admirandas, o mundo estava de olho na ousadia da nova sede do poder brasileiro, conforme consta no programa de inauguração de Brasília em 21 de abril de 1960 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1960).

3.3 O SENTIDO DE TRAÇO ARQUETÍPICO

O espaço das construções públicas civis e religiosas da região de Brasília foi simbolicamente sustentado a partir do mesmo traço arquetípico. É curioso notar que, mesmo com pretensões de arquitetura moderna, esse traço supera a barreira do tempo a ponto de remeter a aparência destas construções à semelhança de modelos de construções antigas. Os projetistas de Brasília criaram, a partir do traço

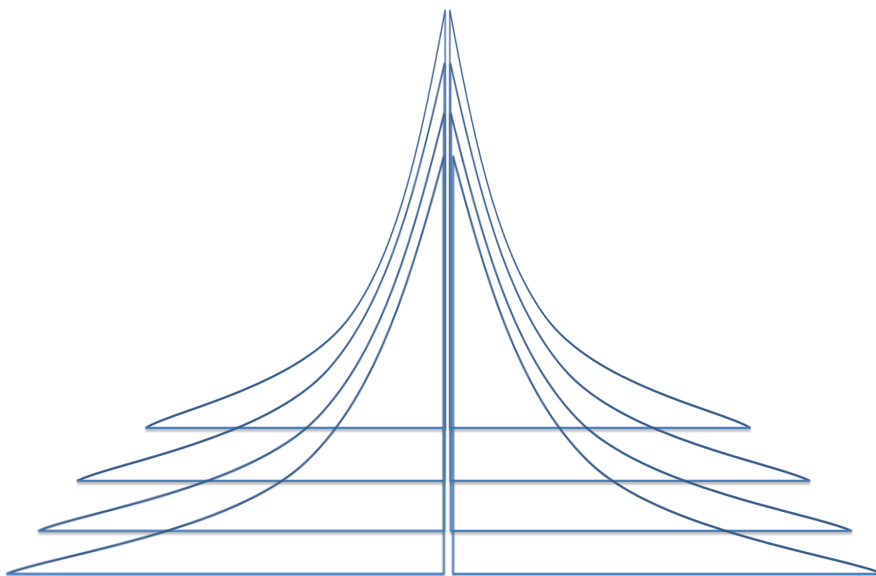
básico piramidal, triangular, inúmeras linhas variantes que foram utilizadas em diferentes projetos de construção da cidade. Este princípio arquitetônico paradoxalmente deu a Brasília uma aparência urbana ao mesmo tempo de cidade futurista e de cidade clássica da Antiguidade. As variações arquitetônicas a partir do traço piramidal básico aparecem, em Brasília, como resultado de 'brincadeiras' em torno da mesma forma geométrica. Este fenômeno pode ser visualizado com a ajuda das figuras a seguir:

Figura 1 – Traço fundamental de Brasília e suas variações 1



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 2 – Traço Fundamental de Brasília e suas variações 2



Fonte: Arquivo pessoal.

As Figuras 1 e 2 são tentativas de mostrar como os projetistas da cidade usaram este traço para fundamentar a construção dos edifícios, templos religiosos, ruas e avenidas de Brasília. Este traço com suas variantes e múltiplas formas vão fazer visível o rosto da cidade.

Os idealizadores do projeto da capital acabaram por tornar excessivamente presente o traço sob o qual a cidade deveria ser urbanamente erguida, a ponto de transformá-lo em visão comum. Curiosamente, de tão repetitivo, ele se tornou 'invisível' aos olhares distraídos. Hoje, quando se rememoram histórias e estórias transmitidas a respeito do esboço urbano de Brasília, pouco se fala do significado cultural e religioso embutido no traço originário das construções públicas da cidade. Mesmo sem este propósito deliberado, os idealizadores tornaram explícita a forma piramidal como forma arquetípica base nas edificações da cidade.

O traço triangular é um exemplo de forma arquetípica sob a qual estão baseadas as construções em forma de pirâmides. Ele pode ser visto como base arquitetônica de muitas construções em civilizações antigas. Templos religiosos comumente buscam a forma piramidal como expressão concreta de espaço sagrado. Mas, esta expressão também pode se estender aos espaços concretos públicos civis.

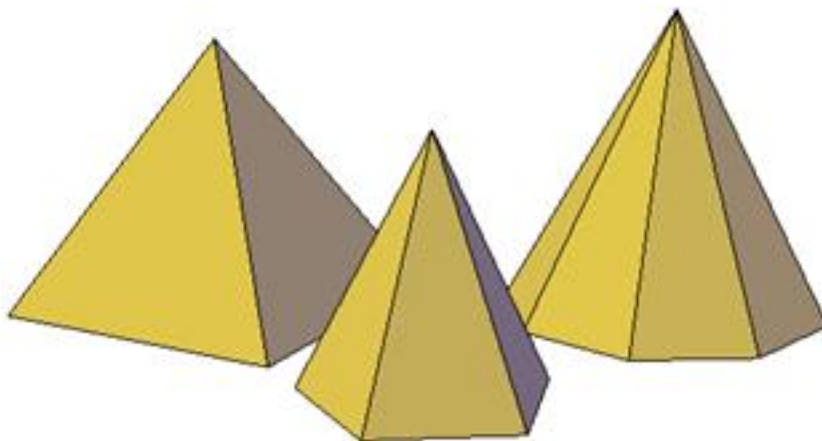
Estudiosos e pesquisadores, como Carl Jung, observaram que esta intencionalidade é arquetípica e que surge à medida que determinada necessidade se manifesta na mente dos indivíduos. Isto significa dizer que este fenômeno pode se manifestar 'naturalmente', individual ou coletivamente, na mente das pessoas. Para estes estudiosos, esse traço comum arquetípico remete não somente a um fundamento, mas remete a toda uma estrutura vivencial para além do próprio conceito de arquétipo.

O arquétipo presente na forma piramidal é uma das mais primitivas expressões da relação entre o alto e o baixo. Ele expressa, ao mesmo tempo, a elevação constante vinculada a uma base inferior que a sustenta e a complementa. Este princípio está muito presente em espaços de culto e de celebrações religiosas, mas também pode ser contemplado a partir da vivência humana junto a espaços naturais de acidentes geográficos, como as montanhas e os altiplanos. Neste último caso, a visão humana permite representar a natureza a partir do arquétipo. Em todos estes casos, a forma piramidal parece se manifestar, de forma 'espontânea', na mente e na visão daqueles que a observam.

Obedecendo esta lógica, entende-se que os arquétipos, e neste sentido os piramidais, ao surgirem de maneira involuntária nos seres humanos, tornam-se, também de maneira involuntária, consistência da própria existência dos indivíduos (JUNG, 2011).

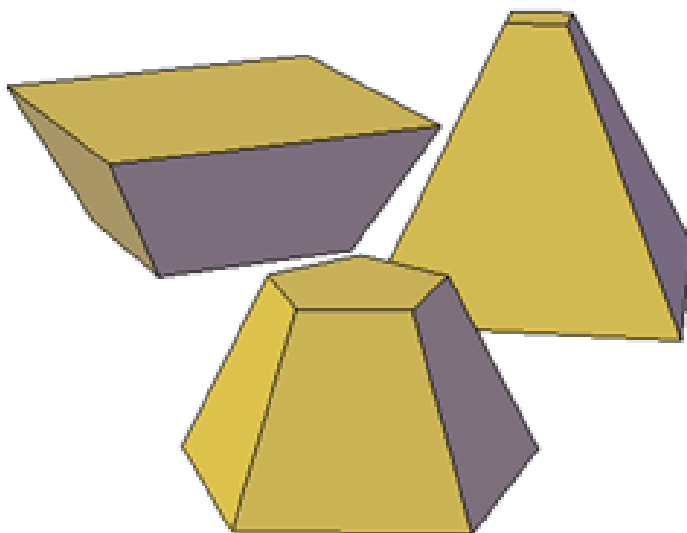
A seguir, alguns exemplos de formas piramidais:

Figura 3 – Pirâmide quadrangular, pentagonal e hexagonal



Fonte: AutoCAD Mechanical (2011).

Figura 4 – Tronco de pirâmide



Fonte: AutoCAD Mechanical (2011).

Tomando por base este fundamento, pode-se interpretar o propósito das construções da cidade como seguimento de uma forma arquetípica nítida a partir da mera observação dos polos extremos das edificações: a disposição do teto e da base. Estas mantêm a característica comum da base larga e horizontal em

contraposição ao teto agudo e vertical. Heinrich Rombach (1988) descreve o *a priori* da forma arquetípica piramidal como um surgimento ontológico de modo que sua expressão concreta não pertence à deliberação de um planejamento. Ela surge como algo necessário, mas não planejado:

O subir e decair mostra que a constituição estrutural não está determinada por certo esquema; consiste essencialmente em mudança. O para cima e para baixo é um ontológico ser desse modo e novamente de modo diverso da constituição. Por isso, faz parte da ontologia estrutural uma pluralidade de ontologias. Sim, a ela pertencem todas as ontologias conhecidas – e até as desconhecidas. A ontologia estrutural aqui explicitada é a teoria de ligação de todas as ontologias (ROMBACH, 1988, minha tradução).

Este entendimento pressupõe a existência, como bem observado, do plano elevado e da base numa relação complementar. Isto indica, acima de tudo, a permanência de uma relação de interdependência dos planos de modo que o alto não pode ser pensado sem a base e vice versa. Isso significa também dizer que a base real para os homens, o baixo, é onde ele enraíza sua existência e o alto, a base imaterial, quase invisível, é o que dá sentido a essa estruturação (ROMBACH, 1988).

A relação dialética entre o alto e o baixo, configurado na forma piramidal, expressa o modo existencial como o homem se situa na realidade. A interdependência entre a busca do alto e a vivência na base funciona como uma espécie de normatização vital.

Em se tratando de normatização entre o alto e o baixo, no conceito de arquétipo piramidal, temos nele as regras de como se perpetuar tal existência. Isso é o que pode ser mais tarde observado no planejamento, existência e socialização das gerações futuras. É a estruturação ganhando novos elementos e formatos, mas, baseados no seu original, existente muito antes. Alto e baixo, base e topo, organizando a visibilidade existencial das novas comunidades.

A normatização da vida, expressa pela tensão entre o alto e o baixo, na questão do arquétipo piramidal, comporta em si as regras da estruturação da existência (ROMBACH, 1988). Isso é o que pode ser observado nos processos históricos de formação dos sistemas sociais. É o processo de autoestruturação social ganhando novos elementos e formatos a partir do fundamento sempre de novo sendo retomado. Alto e baixo, base e topo, organizando, em sistemas, a visibilidade existencial da vida humana:

O 'sistema' promove uma elevação na direção da intensidade e concreção. Num sistema só são possíveis aqueles elementos que participam de uma determinada forma fundamental (normatividade). Já não se pode dizer que tudo é possível, como no horizonte generalíssimo do "ser". É evidente que também no sistema permanece ainda um resto de ontologia geral, na medida em que os elementos, como pedras de construção dadas de antemão, ainda conservam um sentido básico do "ser em geral", que é independente do sistema. É bem verdade que a ontologia do sistema mostra a tendência de trabalhar processando (aufarbeiten) todas as permanências restantes, visto que permanência de um sistema depende do grau da incorporação (einverleibung) dos elementos. Um sistema político procura apreender todas as necessidades, de modo que também o âmbito privado recebe uma função dentro do sistema; quanto menor o resto de individualidade, tanto mais massivo e estável o sistema. Os sistemas tendem a uma sistemática cada vez mais inevitável, mesmo assim sempre sobra um resto de generalidade. (ROMBACH, 1988, minha tradução).

O arquétipo piramidal mantém seu princípio na relação entre o alto e o baixo. Os sistemas religiosos foram aqueles que primeiramente expressaram a estrutura da forma piramidal ao configurar o modelo ideal de espaço sagrado. É o modo como a organização sociorreligiosa dos povos apresenta suas facetas quando, por exemplo, da estruturação urbana de uma determinada cultura. Ela deriva do fato de que, em praticamente todos os ritos de celebração e adoração, permanecem as ligações entre o alto e o baixo. É o que se simboliza nos gestos das mãos unidas em oração.

As civilizações antigas expressaram em suas construções, de modo explícito, o cumprimento deste princípio arquetípico. É o que podemos encontrar de manifesto na estrutura das pirâmides como para o povo egípcio; também na referência literária à escada de Betel, símbolo do sonho dourado de Jacó descrito no Gênesis bíblico; o mesmo se pode dizer dos *Zigurates* babilônicos e caldeus, com sua estrutura arquitetônica de elevação e centralização da adoração. Assim, o arquétipo piramidal emerge primariamente da experiência do sagrado e sua configuração permite, de igual modo, a definição arquetípica dos espaços sagrados e de outras construções.

3.4 A VISÃO DO TRAÇO PIRAMIDAL NAS EDIFICAÇÕES DA CIDADE DE BRASÍLIA

A partir do simples fato de o plano urbanístico arquitetônico da cidade de Brasília se sustentar sobre o traço comum triangular, é onde se pode perceber a dimensão que seus projetistas deram ao papel da função do traço piloto à visão do sentimento religioso na geografia da região. Consciente ou inconscientemente, os

idealizadores do projeto arquitetônico de Brasília cumpriram o papel de 'sacralizar' os espaços urbanos da cidade e, desse modo, a própria cidade e a geografia regional. Seus espaços não seriam simples espaços urbanos, mas seriam espaços referenciados. Não se pode afirmar que este propósito esteve presente no pensamento de seus idealizadores, mas o resultado é que a cidade e a região 'respiram' religiosidade, fazendo com que surjam espaços para todos os tipos de velhas e novas crenças e organizações religiosas desde a sua fundação.

A Pedra Fundamental da cidade de Brasília foi lançada em 1922, período de grandes transformações sociais, culturais e políticas no Brasil e no mundo. Ela segue o formato de um obelisco e traz toda a simbologia dos antigos obeliscos.

Os obeliscos, especialmente os dos egípcios que foram uns dos primeiros a erguerem este tipo de monumento, tinham finalidade de proteção dos raios e das energias negativas, dentre outras formas de proteção, como o caso do surgimento de seres de outros planetas. Eles acreditavam que este tipo de edificação dissipava as nuvens que se acumulavam causando tremor nos habitantes das cidades à beira do rio Nilo (LUNGHI, s/d).

Sua simbologia remete ao formato do raio nas grandes tempestades. E é uma oferenda ao grande deus da chuva, para que tivesse um lugar para descarregar toda a sua energia.

Carlito Lunghi oferece uma teoria explicativa sobre a procedência e a finalidade dos obeliscos nas construções egípcias:

The obelisk, called TEJEN in the sacred language of the ancient Egyptians, was a term which was synonymous with "protection" or "defense." The needle of stone had the function of perforating the clouds and dispersing negative forces that always threaten to accumulate, in the form of visible storms or invisible ones, and was placed over the temple as a symbol of a petrified ray. The word "Obelisk" comes from the Greek obeliskos, meaning a prong for roasting. It is a stone that is frequently monolithic, of a quadrangular base, placed upright and ending with a pointed top. It was placed in the center of large open spaces in the temples of the solar god RA. They arose, by the time of the predynastic period cults, to a great sacred stone which was raised in the Temple of Heliopolis, the "City of the Sun." As with the pyramids, this monument had a primitive relation with the solar cult. As a general rule, obelisks were erected in pairs and served to magically protect the temple. The obelisk is composed of two parts: the body and the pyramidon. The body is a long block of a conic trunk section and the pyramidon symbolizes the rays of the sun. The top is the point of a pyramid formation which crowns the monolith and rested on a base. It was plated in gold, a metal which the Egyptians affirmed was the "flesh of the gods." The obelisks originated from the granite quarries of Aswan. In this place an unextracted obelisk still remains within the layer of rock. To 1.200 tons, it would have been the tallest, 41, 70 meters, but was abandoned for the workman due to the appearance of fissures in the stone. It may have been

the match for the Lateranense obelisk, a possible reason why there is only one in Karnak. Generally, obelisks have inscriptions on all four sides and also parts of the pyramidon are sometimes carved with bas-relief. These monuments symbolize the stability and the creative force held by the solar god RA. The Egyptians believed that the solar rays brought a great vivifying power even into the grave which would have an effect on the subsequent resurrection of the deceased (LUNGHI, s/d).

Esta mesma teoria pode ser utilizada nas concepções da cidade de Brasília como uma proposta de interpretação dos obeliscos erguidos na capital e, especialmente, na comparação com a Pedra Fundamental de Brasília:

Foto 11 – Pedra fundamental de Brasília



Fonte: Arquivo pessoal.

A Pedra Fundamental de Brasília é um símbolo desse arquétipo que se materializa em forma visível, mas, provavelmente, era um sentimento surgido na mente dos primeiros idealizadores. A expectativa do seu formato pode perfeitamente ser comparada aos símbolos e significados dos obeliscos do antigo Egito e, mais tarde, vai se tornar uma referência para a definição do traço do Distrito Federal.

O mesmo traço variado pode ser observado em suas edificações civis, tais como o Palácio da Alvorada, o Palácio do Planalto (onde o traço se destaca acentuadamente nas suas colunas externas), o Palácio da Justiça, o Ministério das Relações Exteriores e o Congresso Nacional. Essas foram as primeiras edificações erguidas na cidade.

Foto 12 – Palácio da Alvorada



Fonte: Arquivo pessoal.

Foto 13 – Palácio do Planalto



Fonte: Arquivo pessoal.

Foto 14 – Palácio da Justiça



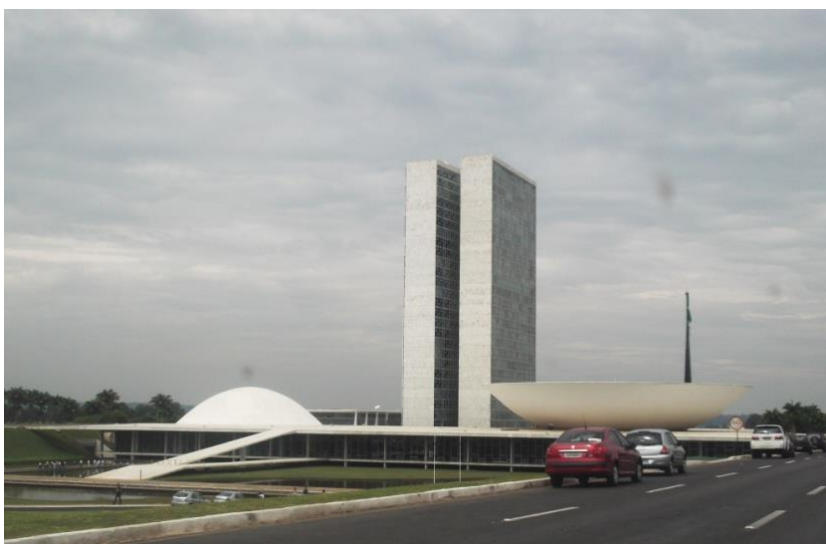
Fonte: Arquivo pessoal.

Foto 15 – Ministério das Relações Exteriores: Itamarati



Fonte: Arquivo pessoal.

Foto 16 – Congresso Nacional



Fonte: Arquivo pessoal.

Mesmo as edificações mais atuais seguem o plano arquetípico original da forma triangular como é o caso dos edifícios da Torre Digital e do Museu da República.

No caso da Torre Digital, conhecida popularmente por 'Flor do Cerrado', é mais uma referência da visualização arquetípica da fauna do Planalto Central servindo como base de inspiração para a construção de edifícios.

Foto 17 – Torre Digital: Flor do Cerrado



Fonte: Web Luxo (2012).

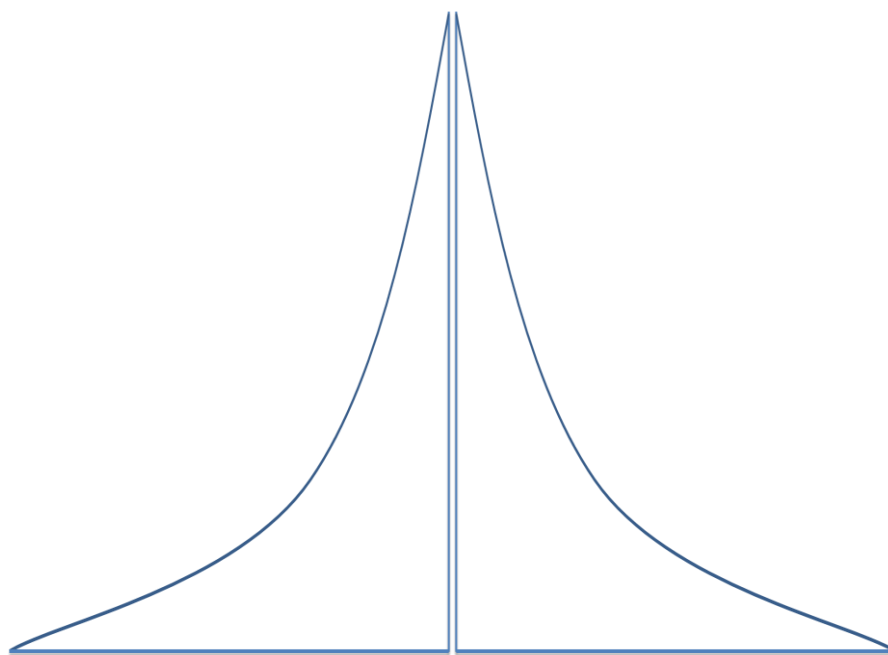
Foto 18 – Museu da República



Fonte: Rodrigues (2011).

As ilustrações precedentes trazem exemplos de edificações em Brasília, cujos traçados arquitetônicos seguem variações do traço triangular da pirâmide. O traço fundamental, no entanto, é aquele que, de forma simples, pode ser visto nas colunas dos Palácios da Alvorada e Planalto, além das colunas do Supremo Tribunal Federal, na Praça dos Três Poderes, e pode ser esboçado na ilustração a seguir:

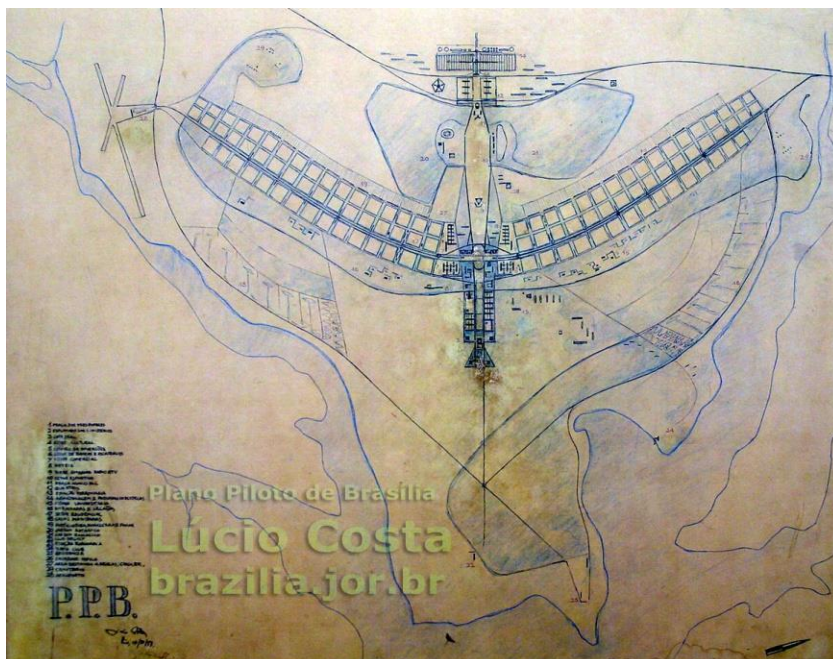
Figura 5 – O traço fundamental



Fonte: Arquivo pessoal.

O traço fundamental sugere o sentido de elevação. A forma triangular sugerida pelo traçado esboça a ligação do alto com o baixo em permanente comunicação, independentemente de sua variação triangular. É de fato digno de atenção, o traçado arquetípico piloto, sobre o qual a cidade de Brasília foi projetada e erguida desde a sua fundação. Qualquer observador atento irá perceber que o desenho típico deste traçado comum se faz presente em todas as partes construídas da cidade, também nas vias e avenidas locais. Além de definir a mobilidade e o ritmo das vias, o traçado também contribuiu e contribui para alimentar, a partir da estruturação da cidade, o misticismo presente na região.

Foto 19 – O Plano Piloto de Brasília: a borboleta de Lúcio Costa



Fonte: Costa (1956).

O traçado da cidade é comparado a diversos modelos arquetípicos já existentes em vários lugares. Há os que dizem ser uma cruz, outros pensam ser um arco entrelaçado, ainda tem os que imaginam um avião quando olham a cidade de cima. Uma teoria, que agrada os criadores da cidade, é se tratar de uma borboleta ou a fênix, que ressurge das cinzas (COSTA apud HOFFMANN, 2010). No entanto, é consenso que a definição popular fica a critério da imaginação individual e coletiva.

Quando se pensa no traço piloto, a partir do que imaginaram seus idealizadores, a concepção que se tem é a da figura de uma borboleta. Lúcio Costa sequer tinha alguma simpatia por alguém que comparasse o traçado de Brasília com um avião ou outro modelo: “Não tem nada de avião! É como se fosse uma borboleta. Jamais foi um avião! Coisa ridícula! Seria inteiramente imbecil fazer uma cidade com forma de avião.” (COSTA apud HOFFMANN, 2010, p. 01).

Os fatos que talvez tenham levado à comparação com o sentido de outros traçados foram o formato das asas em curva (as Asas Norte e Sul), entrecortadas pelo eixo central da Esplanada dos Ministérios e associadas à expressão ‘onde se pilota o país’. Esta frase ficou muito conhecida e pronunciada. Conta a história que, numa reunião de apresentação pública do projeto, Lúcio Costa, ao informar às autoridades presentes que aquele era apenas um projeto ‘piloto’, utilizando a palavra piloto com as expressões ‘asa norte e asa sul’, originou a ideia de que a cidade seria

parecida com o projeto de um avião (COSTA apud HOFFMANN, 2010). Quem logo tratou de difundir esta teoria foram às pessoas comuns residentes na capital e, obviamente, esses fatos definitivamente motivaram a comparação do traço piloto com o traçado de uma aeronave.

Mas, como se observa em seus discursos sobre o formato da capital, Lúcio Costa não gostava que fossem atribuídos outros sentidos ao traçado piloto das vias senão o da borboleta. É difícil se imaginar o porquê de ele se inspirar no formato da borboleta para traçar o projeto urbanístico da cidade, mas, em se tratando de conjectura, pensa-se que teria sido em função da beleza e harmonia do voo planador das borboletas encontradas pelos desbravadores no período da conquista da terra. Ainda hoje, observa-se o desabrochar destes insetos na região. Isto, por outro lado, teria dado alento à ideia de que a própria cidade ainda não estava completa e que, assim como as borboletas, no decorrer do tempo, desabrocharia de seu 'casulo' em algo belo e harmonioso.

Foto 20 – Borboleta, símbolo do Plano Piloto



Fonte: Armando (2010).

É indiscutível tentar imaginar o que passou na cabeça de Lúcio Costa para fazer um projeto do Plano Piloto de Brasília no formato de uma borboleta, no entanto, a figura acima realça muito bem o porquê de ele não gostar que fosse comparado às asas de um avião.

A despeito de como teria se originado o traçado fundamental urbanístico ou a forma do traço básico das edificações da capital, busca-se, novamente, o sentido teórico desta intencionalidade na teoria junguiana sobre os arquétipos. A partir de Jung (2011), pode-se afirmar que esses traços e formas já estavam presentes no pensamento do indivíduo. Ele sustenta a compreensão de que todas as formas são oriundas e produzidas interiormente no próprio pensamento do ser humano para, a partir daí, poder se manifestar como formas criadas. Os arquétipos são colunas invisíveis que traduzem sentimentos, desejos e objetivos dos homens em algo real e perfeitamente concretizado (MOGGI, 2008, p.1).

Seguindo a teoria de Jung sobre os arquétipos, pode-se observar, na representação recorrente do traço piramidal tanto no plano urbanístico como nas edificações de Brasília, a manifestação de um arquétipo. Ele está presente nos prédios públicos, nos templos e em construções civis. A forma triangular da figura piramidal é, portanto, a base arquetípica do projeto de Brasília. Ela sofre transformações e variações de acordo com a função e utilidade das construções.

3.5 RELIGIOSIDADE E MISTICISMO PRESENTES NAS FORMAS ARQUITETÔNICAS DAS CONSTRUÇÕES DE BRASÍLIA

Não se pode falar em religiosidade e misticismo em Brasília e da sua relação com as formas arquitetônicas das edificações da cidade sem lembrar imediatamente do sonho de Dom Bosco³², religioso, cuja profecia legitimou formalmente a ligação da nova capital com a sina de cidade prometida, e que, de certa forma, contribuiu para inspirar o projeto urbano arquitetônico de uma cidade com vocação para o futuro e a esperança.

O padre italiano João Melchior Bosco, Dom Bosco, acabou por conquistar tanta popularidade na região de Brasília, em função de seu sonho profético sobre o

³² Dom Bosco, também chamado de São João Bosco, foi aclamado pelo Papa João Paulo II como o Pai e Mestre da Juventude, nasceu em 16 de agosto de 1815 em uma comuna italiana chamada Colle dos Becchi, na região de Piemonte – Itália, perto da cidade de Castelnuovo de Asti. Hoje a cidade se chama Castelnuovo Dom Bosco em homenagem a ele e conta com apenas 3.036 habitantes. Dom Bosco foi padre, educador e criador do sistema preventivo em educação. Dedicou toda sua vida à educação e à religião, além de se empenhar no desenvolvimento da imprensa católica. Morreu no ano de 1888, na cidade de Turim – Itália, com 72 anos. A beatificação de João Bosco, aconteceu em 1929, pelo então Papa Pio XI. Estas informações podem ser conferidas em Jóias Terra Santa (s/d).

surgimento da cidade, que hoje é mesmo mais popular regionalmente que a padroeira nacional católica, Nossa Senhora de Aparecida. O próprio padre irá, posteriormente, ser reconhecido como padroeiro da capital, para os regimes católicos. Esse fenômeno, de certo modo, irá contribuir fortemente para manter o espectro da nova capital ligado a sua condição profética, portanto, oriunda de um sonho místico. Esses dados histórico-religiosos de Brasília, associados aos elementos de sua posição geográfica e topográfica, terão impacto decisivo na concepção de seu plano urbanístico e na forma concreta de suas construções.

Dom Bosco, em seu sonho profético, figurou a cidade como a capital do terceiro milênio. Neste sentido, uma cidade que abrigaria as mais diversas culturas e as mais diversas formas de expressão religiosa. E em se tratando de culturas, é importante levar em conta que um lugar destinado a receber as mais variadas tipologias culturais fatalmente deveria estar aberto a abrigar os mais variados tipos de religiosidade.

Qualquer pesquisador, que procurar interpretar a relação entre a peculiaridade das construções da cidade frente à profecia do padre italiano, irá percebê-las como consequências espontâneas oriundas da necessidade natural de se expressar materialmente sentimentos de natureza religiosa impressos na vocação da capital. Tais sentimentos, de forma abrangente e ecumênica, alinham-se aos princípios místicos das crenças, dos mitos, dos esoterismos, dos mistérios universais e dos cultos variados, que cada um deles reúne dentro da sua própria lógica.

Brasília, esperada como a terra prometida e denominada Capital da Esperança em seu hino, conheceu grande parte de sua história como sendo relacionada aos motivos religiosos que acompanharam o seu projeto. Hoje, estes podem ser admirados na estrutura física dos planos arquitetônicos das edificações locais.

Expressões de religiosidade e misticismo são, aliás, fenômenos muito antigos nas culturas dos mundos. Na antiguidade, quando as forças militares insurgentes invadiam uma cidade para dominá-la, fazia parte do conceito de vitória destruir o lugar do culto, o templo do povo dominado, e erguer em seu lugar um templo próprio, sacralizando outro tipo de devoção. Essa atitude tinha uma variante espiritual no entendimento dos dominadores que, ao imaginar tal coisa, atribuíam poder sobrenatural tanto ao lugar sagrado, que fora destruído, como ao novo templo

levantado. Estas construções são espaços sagrados e servem de expressão sentimental, de invocação e de adoração (ELIADE, 1992, p. 15).

Outro dado interessante está no fato de que estes princípios místicos e religiosos que circundam Brasília são hoje atribuídos tanto à vocação da cidade em si como à pessoa de seu empreendedor, o presidente Juscelino Kubitschek. Brasília, por este motivo, tem sido comparada a outras cidades monumentais da história da humanidade. Historiadores e visitantes dizem que ela é uma reprodução de cidades de antigas civilizações e o próprio Juscelino Kubitschek foi comparado ao faraó egípcio Akhenaton (KERN e PIMENTEL, 2009).

A construção de Brasília por centenas de milhares de trabalhadores que a erigiram num tempo inacreditavelmente curto (menos de quatro anos) causou estupefação em todo o mundo e foi à época comparada às construções dos faraós, como se exprimiu em 1958 a princesa Marina da Grécia, Duquesa de Kent (KERN e PIMENTEL, 2009, p. 27).

O realce importante a ser dado é que a cidade de Akhetaton também foi levantada em um curto período de tempo, tal como Brasília o foi, conforme os propósitos de Juscelino. Fazia parte do projeto, o fato incomum da cidade ser um monumento erguido no meio do cerrado do Planalto Central e, em quase tudo, ser parecida com a cidade egípcia. A comparação, de fato, vai além. A cidade do Egito foi feita para ser a capital administrativa do país, assim como Brasília; Akhetaton foi dividida em setores igualmente projetados, distribuindo-as em seus seguimentos, em suas devidas funções e especialidades, e esta capital também (KERN e PIMENTEL, 2009, p. 27, 28).

A comparação possível entre cidades recentes e culturas de povos antigos não se constitui numa total aberração analítica ou mesmo numa ciência imaginativa. Em se tratando de religião e intuições místicas, é razoável compreender que as necessidades internas de todos os seres humanos devem ser manifestadas em algo que as torne visível. Os espaços construídos são ocasiões em que se pode manifestar o que individualmente ou coletivamente se concebe na imaginação.

Não é incomum encontrar, nos espaços urbanos das cidades, a presença explícita de construções que exprimem aspectos da religiosidade de um determinado povo. Isto pode ser mais bem observado na arquitetura dos espaços consagrados, destinados como locais de ritos e celebrações, mas também nos espaços, logradouros e monumentos públicos que se tornam sacralizados.

Em Brasília, por exemplo, a catedral da cidade foi projetada e construída com a finalidade de ser um local de culto para todas as religiões cristãs. A proposta de sua edificação seria estar disponível para todas as formas possíveis de culto cristão. Seu formato tem base na arquitetura moderna, no entanto, sua forma arquitetônica sustenta o arquétipo do alto e do baixo baseado numa simbologia antiga e traz à memória a forma de templos do Egito (KERN e PIMENTEL, 2009, p. 58).

A ocupação do espaço territorial do Planalto de Brasília foi, como visto em sua saga, envolvida por um grande sentimento místico-religioso que pode ser encontrado tanto na justificativa política da nova capital como nas narrativas populares transmitidas oralmente, passando por testemunhos visionários e profetismos. A geografia do Planalto, as linhas horizontais, os elevados chapados, a visão de alvorada, o sonho de Dom Bosco, as expedições científicas, as narrativas religiosas populares, a expectativa de novo futuro, compõem um todo amalgamado de impressões, sentimentos e testemunhos que concorrem, cada vez mais, para a necessidade de se expressar concretamente o sentido latente de esperança e promessa embutido nessas impressões. Não sem motivo, a forma simbólica arquetípica piramidal presente no projeto arquitetônico básico de Brasília procura manifestar este sentimento de modo concreto. Ela conduz, de certa forma, o sentimento de esperança a uma dimensão místico-religiosa possível.

A religiosidade é a “característica do que é religioso e a aptidão natural ou tendência específica para os sentimentos religiosos”; já, o misticismo, é a “doutrina filosófica e religiosa, segundo a qual a perfeição consiste numa espécie de contemplação, que vai até o êxtase e une o homem à divindade e se caracteriza como uma intensa devoção religiosa” (DICIONÁRIO ON-LINE, 2012).

O projeto urbano arquitetônico de Brasília parece conduzir, explicitamente, as formas das construções a uma dimensão estética para além da funcionalidade dos espaços. As edificações da cidade parecem expressar os aspectos místicos religiosos que compuseram a história do surgimento da nova capital. Isto pode ser bem observado tanto nas edificações propriamente destinadas aos cultos religiosos quanto nas edificações de caráter civil como os prédios públicos da administração e as construções do setor privado. As construções tendem a obedecer a um padrão arquitetônico revelador de grande valor simbólico: a forma triangular piramidal em diferentes variações de estilo.

Destaca-se, como exemplo, o edifício sede do Conselho Nacional de Educação – CNE, situado na avenida L2 Sul, com seu curioso formato de pirâmide asteca, comportando uma base larga que se estreita até formar um plano horizontal em seu cume. Nesta construção se percebe interessante variação da presença traço arquitetônico básico em Brasília e que mistura elementos e ideias de espaços sacros, profanos, místicos, públicos e civis ao mesmo tempo.

Foto 21 – Conselho Nacional de Educação



Fonte: Arquivo pessoal.

Outro exemplo de religiosidade e misticismo pode ser visto em um dos monumentos mais recentes da cidade: a Catedral Rainha da Paz (igreja construída para receber as missas e cultos dos militares de Brasília). Mesmo sendo uma construção nova em comparação às demais, o projeto da catedral remonta ao esboço arquetípico triangular piramidal.

Foto 22 – Catedral Rainha da Paz



Fonte: Arquivo pessoal.

A igreja, símbolo da fé, e o edifício do Conselho Nacional de Educação são símbolos do arquétipo místico em forma piramidal e são figuras modernas que expressam, em certo sentido, aquilo que estava no coração dos idealizadores da cidade. Não só o religioso, mas também os civis estariam sustentados pelo mesmo traço e esse traço seria o arquétipo geral da humanidade. E, por consequência, seriam traços místicos visualizados nos prédios da capital.

4 ICONOLOGIA E ICONOGRAFIA: UMA LEITURA DAS MANIFESTAÇÕES ARQUETÍPICAS NOS TEMPLOS DE BRASÍLIA

Os conceitos de iconologia e iconografia vão contribuir para uma interpretação científica dos monumentos da capital. É relevante pensar que edifícios em forma de pirâmide, em forma de mão representando um cálice, em forma de uma bola de futebol e em forma de obelisco possam ter um significado maior do que o meramente visto. Neste caso, essas ferramentas contribuíram para que essas ideias surgidas diante da imagem possam ser entendidas.

Atribuir sentido simbólico às imagens vistas no cenário urbano da cidade de Brasília se torna num grande desafio a qualquer observador. Como sede do poder político nacional e resultado de diversas confluências migratórias populacionais do país, Brasília e suas representações simbólicas se constituem no resultado de diferentes momentos específicos da produção cultural da história do Brasil. Tal condição, certamente, contribuiu para a visão dos primeiros idealizadores da futura capital.

Para interpretar esse processo, muitos estudiosos remetem a visão dos idealizadores da capital à revolução das formas da arte e da arquitetura ocorrida no país entre as décadas de vinte e trinta. O impacto da revolução da arte, sobretudo no período após a Semana de 1922, contribuiu para uma radical transformação no modo de pensar e projetar o espaço urbano das cidades brasileiras.

No campo específico da arquitetura, este fenômeno se torna evidente quando os grandes projetistas inovam nos modelos arquitetônicos das construções das cidades.

Os anos de revigoração da arte e da arquitetura brasileira serviram como propulsor do movimento interpretativo e valorativo das obras e de seus autores. Esses autores e suas obras desafiaram a estética com novas construções a partir de ideias futuristas inspiradas em formas arquitetônicas trazidas do imaginário de culturas passadas: traçados geométricos básicos e arquetípicos. O resultado desse processo foi a projeção do novo emergindo da simbiose do antigo com o moderno, trazendo os modelos antigos em sintonia com os contemporâneos.

Ao projetar a simbiose entre o traçado puro da arquitetura antiga e a expectativa da forma futurista, o objetivo dos novos projetistas era não somente construir a funcionalidade do espaço, mas deixar ver o que ela estava transmitindo

com suas formas e estruturas, em níveis de sentimentos e vivências, e isso implica em se deixar ver e compreender culturas em suas mais puras manifestações simbólicas representadas por meio da arte. Panofsky construiu esse conceito:

Ao concebermos assim as formas puras, os motivos, imagens, estórias e alegorias, como manifestações de princípios básicos e gerais, interpretamos todos esses elementos como sendo o que Ernst Cassirer chamou de valores “simbólicos” [...], mas, quando tentamos compreendê-la como um documento da personalidade, [...], tratamos a obra de arte como um sintoma de algo mais que se expressa numa variedade incontável de outros sintomas e interpretamos suas características composicionais iconográficas como evidência mais particularizada (PANOFSKY, 1986, p. 53).

De acordo com o pensamento de Panofsky se torna possível entender que os aspectos simbólicos e imateriais expressos nas construções das cidades, e neste nosso caso exemplar em Brasília, de modo especial em seus espaços de cunho religioso, depreendem de um prévio conhecimento para uma melhor compreensão dos seus significados.

Foi no efervescer do período vanguardista do Plano ‘Cinquenta Anos em Cinco’, como denominara Juscelino, que Brasília começou a ganhar forma de cidade sede da política nacional e de modelo de identidade nacional. Portanto, não é difícil pensar como os seus idealizadores lançaram mão de todos os engenhos possíveis para, não só construir uma cidade ideal, como para também atribuir significados em cada aspecto de suas edificações.

Com essa lógica racional, a possibilidade de Brasília ter sido construída, desde os seus primórdios, para ser uma obra de arte não está longe de ser uma verdade concreta. Até mesmo pela maneira como ela foi sendo erguida ao longo dos anos seguintes. Mesmo depois de sua inauguração, na década de sessenta, seus edifícios tiveram que seguir o plano básico diretor e continuaram sendo construídos como se fossem obras artísticas. Qualquer construção da cidade, seja esta de cunho civil, público ou religioso, deve atender ao desenho arquitetônico e às formas estabelecidas em seu projeto piloto diretor.

Nesse sentido, interpretar o traço inaugural do projeto arquitetônico da cidade de Brasília só ganha sentido se essa compreensão for feita a partir de uma visão metodológica que mostre com clareza interpretativa o que as formas de suas construções e monumentos estão buscando expressar, para além do que se pode visualizar concretamente. Afinal, elas reportam, de algum modo, a uma identidade cultural e social específica.

Discutem-se aqui os conceitos de iconografia e de iconologia para o possível entendimento ou interpretação do sentido das formas impressas nas edificações/artes desenvolvidas em Brasília. Estes conceitos oferecem fundamento para a análise do que de fato os idealizadores do plano urbanístico da cidade tentaram registrar em seus projetos.

Quase todas as edificações da cidade comunicam alguma coisa além do aparente visual e estão repletas de significados simbólicos e existenciais, quando vistas no limiar de suas formas. Isso significa dizer que se por um lado as imagens das construções da cidade são expressões de beleza e arte, por outro lado consomem os pressupostos simbólicos estabelecidos pelos autores para aquela determinada obra se afirmar exatamente daquela forma.

4.1 CONCEITO DE ICONOLOGIA E ICONOGRAFIA A PARTIR DO PENSAMENTO DE PANOFSKY

Foi Erwin Panofsky³³ quem observou os movimentos artísticos e culturais expressos através das artes e se preocupou em conceituar os sentidos de iconografia e iconologia enquanto possibilidades de uma conexão entre aquilo que é visto e possivelmente tocado, como é o caso das imagens iconográficas, e aquilo que é comunicado através das estruturas e formas das imagens oriundas das artes, neste caso, como é a iconologia.

³³ Erwin Panofsky graduou-se, em 1914, na Universidade de Friburgo, com uma tese sobre o pintor alemão Albrecht Dürer, depois de estudar em várias universidades alemãs. Em 1916 casou-se com Dora Mosse, também historiadora da arte. Em 1924 aparece a primeira de suas grandes obras: *Idea: uma contribuição para a história das ideias na história da arte*, em que examina a história da teoria neo-platônica na arte. Entre 1926 e 1933 foi professor na Universidade de Hamburgo, onde havia começado a lecionar em 1921. Abandonou a Alemanha quando os nazistas tomaram o poder em 1933. Tinha ascendência judia e instalou-se nos Estados Unidos, para onde havia viajado como professor convidado em 1931. Foi professor no Instituto para Estudos Avançados da Universidade de Princeton (1935-1962), mas também trabalhou nas universidades de Harvard (1947-1948) e Nova Iorque (1963-1968). Para Panofsky a História da Arte é uma ciência em que se definem três momentos inseparáveis do ato interpretativo das obras em sua globalidade: a leitura no sentido fenomênico da imagem; a interpretação de seu significado iconográfico; e a penetração de seu conteúdo essencial como expressão de valores. A arte medieval e do Renascimento (que estudou profundamente), estão definidos em seu livro *Renascimentos e Renascimentos na Arte Ocidental*. Foi contemporâneo e amigo de Wolfgang Pauli, um dos criadores da física quântica. Outras informações a respeito de Panofsky podem ser encontradas no seu livro: *Iconografia e Iconologia: Uma introdução ao estudo da arte da Renascença* (WIKIPÉDIA, 2013).

Para ele, a arte não poderia encerrar os seus significados e os seus comunicados, simplesmente, no momento em que a imagem era vista ou até mesmo tocada. Ela deveria ser avaliada minuciosamente por quem a visse e a lesse, de tal forma que se extraísse dela uma síntese das suas propostas e de seus significados intrínsecos, pelo simples fato da necessidade de se obter o sentido daquilo que está por detrás do que é visto no primeiro plano, ou seja, no visível.

Esses significados, ainda que simbólicos e revelados por meio de todos os seus sentidos, mostrariam, também, os propósitos de sua existência e, como consequência, os significados e revelações da intenção de seu autor.

Em seu artigo que aborda o sentido da arte em Panofsky, a Dra. Raquel Pifano revela que seus contemporâneos também consideravam de igual modo os pensamentos a respeito da interpretação da arte em Panofsky: “Ainda hoje, me parece legítima a observação de Frangenberg, de 1991, de que “a controvérsia” em torno desse modelo (referindo-se à iconologia de Panofsky) não pode de forma alguma ser dada por encerrada.” (PIFANO, 2010, p. 02).

Ainda que sua obra se refira em boa parte às artes da renascença, os conceitos elaborados por ele alcançam as estruturas e formas em todos os níveis de artes, esculturas e também edificações prediais em todos os tempos. Além de ver nas imagens os seus temas ou seus significados, ele propôs uma análise minuciosa das formas para se compreender melhor os propósitos de cada obra em seus sentidos mais elementares. Para ele, iconologia e iconografia eram as ferramentas cabíveis de interpretação mais aceitáveis para este tipo de análise.

Iconografia é o ramo da história da arte que trata do tema ou mensagem das obras de arte em contraposição à sua forma. Tentemos, portanto, definir a distinção entre tema ou significado, de um lado, e forma, de outro (PANOFSKY, 1986, p. 47).

Percebe-se que, em suas análises, a iconografia trata dos significados expressivos e factuais, ou seja, primários ou secundários. E é exatamente, por essa razão, que se abre o precedente das interpretações das obras de arte. Obviamente, isso não pode ser feito de maneira aleatória e sem os precedentes necessários. Por isso, ele ainda mostra a importância de se ter um prévio conhecimento cultural, social e da nacionalidade que foi o terreno de onde surgiu a obra e as tradições intelectuais que envolvem cada autor, dentro da sua cultura.

São estes precedentes que vão ser os conhecimentos ulteriores para se fazer uma boa interpretação, e destes conhecimentos ainda terá que se pensar em uma espécie de pré-iconografia (1986, p.51), que ainda vai ser precedida pelos pensamentos antecedentes a cada movimento da obra de arte.

Nesta manifestação do intelecto é que as identificações das estórias e das alegorias expressas em cada imagem e o domínio delas desenvolverão o conceito de iconografia, que pode ser avaliado por meio dos temas ou significados, tantos os secundários como os intrínsecos (1986, p. 48).

As interpretações dos valores simbólicos por detrás de cada imagem são, de certo modo, o verdadeiro sentido e significado de tal imagem. Em grandes períodos da história da humanidade, a comunicação artística se constituía numa alternativa para se transmitir toda a forma de conhecimento. A renascença é o período artístico-cultural sob o qual Panofsky elabora seu tratado iconográfico e é, também, o período no qual ele exemplifica o modo como se alcança o conhecimento e a intelectualidade por meio das imagens gráficas e artísticas feitas por grandes artistas da época.

A iconografia enquanto teoria analítica interpretativa é uma contribuinte relevante para se interpretar as origens, os fundamentos, as datas e a autenticidade de objetos, e de imagens arquetípicas de obras de arte de tempos passados. Sua teoria básica se resume na ideia de que, em seu plano inicial, as obras já informam seu motivo e seu interesse fundamental. Mas, seguindo adiante, elas ainda devem revelar outros níveis de condições e de experiências comunitárias e isso, também, é um valor a ser alcançado através deste método.

Iconologia, portanto, é um método de interpretação que advém da síntese mais que da análise. E assim como a exata identificação dos motivos é o requisito básico de uma correta análise iconográfica, também a exata análise das imagens, estórias e alegorias é o requisito essencial para uma correta interpretação iconológica (PANOFSKY, 1986, p. 54).

É neste ponto que se deve considerar a imagem iconográfica como algo mais amplo do que de fato ela aparenta ser em níveis de transmissão de valores e conhecimento, sociais, políticos e culturais. O autor compreende que os grandes artistas e fazedores de arte, se põem a informar algo muito além do imediatamente perceptível, mesmo que isto não estivesse em seu projeto comunicativo no primeiro momento. Trata-se de uma ação involuntária, inconsciente: “A descoberta e

interpretação desses valores “simbólicos”, (que, muitas vezes são desconhecidos pelo próprio artista e podem, até deferir enfaticamente do que ele conscientemente tentou expressar).” (1986, p. 53).

Uma obra de arte, desse modo, não pode ser suficientemente compreendida em seus detalhes se não contar com uma análise interpretativa iconológica em todos os seus olhares, onde se possa observar mais detalhadamente tudo aquilo que se obtém depois de isolar suas características preliminares (1986, p. 49).

Considera-se relevante, também, trazer alguma contribuição do método interpretativo de Panofsky para a análise do princípio urbano da cidade de Brasília a partir do assim chamado traço arquetípico piramidal. As teorias da iconografia e da iconologia podem ser aqui tomadas como pressupostos conceituais e, dessa forma, constituir-se em ferramenta interpretativa.

4.2 OS TEMPLOS RELIGIOSOS COMO ARTE ARQUETÍPICA NA CIDADE DE BRASÍLIA

É de suma importância se levar em consideração, aqui, a tomada do conceito de arte como comunicação e manifestação perceptível de sentimentos, pensamentos e concepções humanas dentro de uma determinada cultura. Este princípio servirá de fundamento para o entendimento da possível função das edificações de Brasília como manifestação artística.

Entende-se, portanto, a arte como ação que comunica profundos sentimentos e desejos dos indivíduos que a constroem, a partir do entendimento que estes têm do sentido cultural e social da comunidade a que pertencem.

Ao se atribuir aos edifícios da cidade de Brasília sentido de expressões de arte pura e simples, o objetivo é o de assumir o entendimento de que a evolução do concreto em suas variantes desenvolvida pela movimentação do traço fundamental usada na construção da cidade pode ser perfeitamente avaliada pela interpretação do método da iconologia e na iconografia, assim como são avaliadas as obras de artes plásticas no contexto da cultura artística.

Desse modo, um bom começo metodológico de análise está na tomada de conhecimento de teorias construídas por historiadores, pesquisadores e estudiosos a respeito das edificações da capital e em especial sobre a forma de seus templos e espaços religiosos. Essas teses, em parte, transitam até hoje à vista dos leitores

com determinado respaldo histórico e científico, outras não passam de narrativas orais acumuladas pela breve história local no sentido de se tentar explicar ou, pelo menos, tentar responder a uma pergunta muito popular na região: porque uma cidade projetada para ser a capital política do país inspira religiosidade e motiva tanto ritual religioso em sua disposição urbana?

Na busca por resposta a essa pergunta, surgem teses populares dos mais variados tipos, destacando-se, sobretudo, aquelas oriundas das expressões religiosas ligadas ao chamado neo-protestantismo, movimento mais conhecido como movimento evangélico. Algumas dessas narrativas religiosas chegam a atribuir a Brasília a qualidade de cidade pagã! Afirmam, adiante, que a cidade reconstitui a moderna Babilônia, muito parecida com a do período de Nabucodonosor. Neste mesmo contexto de narrativas há aquelas que afirmam ser Brasília uma ‘revitalização’ do antigo Egito, país que outrora escravizou os hebreus, povo considerado pertencente a Yaweh, quando da saída de Abraão de Ur dos caldeus (BÍBLIA SAGRADA, 2006).

Das afirmativas populares acima cabem questionamentos comuns a quase todas elas: em que sentido se atribui a qualidade de pagã à cidade de Brasília? Se hoje em dia se pode encontrar praticamente um templo em cada ‘esquina’ da cidade, como esta pode ser considerada uma nova Babilônia? Seria apenas pelo simples fato do significado próprio do nome “Babel”, uma cidade que agrega mistura de culturas variadas e línguas? Mesmo se levarmos em consideração o fato de que a igreja matriz de Brasília, hoje catedral católica, plantada na Esplanada, foi originalmente projetada para comportar todos os tipos de celebrações religiosas dos mais diferentes cultos e culturas (ainda que isto não aconteça hoje), essa possível similaridade de função de cidades entre a Babel bíblica e Brasília não fundamenta, no entanto, o surgimento das narrativas populares a respeito.

Os templos sagrados das religiões sempre foram vivenciados, ao longo dos tempos, muito mais que um simples lugar de culto. Sempre foram tomados, inclusive nos tempos de hoje, especialmente em períodos de conflitos, como locais de refúgios e espaços com muito valor simbólico religioso e místico por trás de sua existência. Esses aspectos envolviam, como ainda envolvem, não só a busca pelo sagrado, mas representam o lugar de conforto existência e de segurança, onde, mesmo os soldados em campanha bélica devem estabelecer estado de paz no interior de seus ambientes.

Os Zigurates da Babilônia e os templos egípcios são exemplos de que esses espaços sagrados construídos tinham outros objetivos culturais do que aqueles que aparentemente se observavam no primeiro momento. Em síntese, eles representavam uma forma de comunicação entre os homens e deuses, entre o sagrado e o profano, entre a respeitabilidade à dignidade dos inimigos nos campos de batalha e os limites geográficos da guerra (WISEMAN, 1995, p. 178).

O conjunto dos templos de Brasília, envolvendo as mais variadas expressões religiosas, se destaca como a reunião de verdadeiras obras de arte da arquitetura nacional. Todos conservam o propósito de explicitar significados e valores simbólicos específicos de transformação cultural, social e espiritual por meio de uma arquitetura exposta pelo concreto entrelaçado com e formas geométricas muito definidas.

A disposição arquitetônica desses espaços, calcada pela nítida expressão da relação entre o alto e o baixo, talvez responda pela necessidade comum coletiva de sacralização dos espaços públicos percebida em Brasília. Os prédios mais visitados da cidade, segundo informações da Secretaria de Turismo do DF, coincidem justamente com os prédios tombados pelo Patrimônio Histórico Mundial. São, ao todo, sete construções, e dentre essas, três estão diretamente ligadas à função religiosa de seus projetos: O templo da Legião da Boa Vontade, o Santuário Dom Bosco e a Catedral de Brasília, todos carregados de grande valor simbólico. Todos sustentam a característica comum da forma piramidal expressa na combinação entre concreto e vidro. Luz e concreto são elementos essenciais na concepção desses espaços. São também considerados patrimônios históricos e culturais da humanidade pela UNESCO (IPHAN, 2013), juntamente com mais uma lista composta de vinte e cinco construções que foram individualmente tombadas na cidade. A escolha da UNESCO recai, sobretudo, sobre as edificações de expressão religiosa.

No caso específico do Templo da Boa Vontade a expectativa de tombamento veio por duas razões definidas: a razão religiosa, pelo aspecto peculiar do esoterismo local bem sucedido ao procurar projetar espiritualmente o visitante para o alto, numa combinação de harmonia entre a luz e elementos da natureza. E a razão turística por ser um dos monumentos mais visitados pelos habitantes locais e por visitantes de outras partes do país e do mundo. Ambas as expectativas se concretizam na forma arquetípica da pirâmide, conforme a ilustração abaixo:

Foto 23 – Templo da Boa Vontade



Fonte: Arquivo pessoal.

O historiador Rainer Sousa, em seu artigo sobre as artes arquitetônicas dos templos nos primeiros anos da igreja cristã afirma que:

Os primeiros templos cristãos foram visivelmente influenciados pela tradição arquitetônica dos prédios públicos romanos. Uma das maiores manifestações dessa influência é vista na utilização da palavra “basílica” para nomear as igrejas. Antes de tal acontecimento, esse mesmo nome era somente empregado para os prédios que cuidavam da administração do império [...]. As pinturas que aparecem nessa época assinalam bem o estado de hibridação cultural vivido no mundo romano. Muitas das imagens representadas no interior destas igrejas, que faziam sentido ao culto cristão, também poderiam despertar os sentidos dos seguidores das demais religiões pagãs. A representação de videiras nos arabescos das basílicas que poderia ter origem nos rituais dionisiacos, agora, no contexto cristão, fazia referência ao sagrado ritual eucarístico.

Além dessa fusão, percebemos que a liberação do culto propiciou a inauguração de uma série de novos elementos que integraram a iconografia cristã. Como exemplo, podemos citar uma interessante imagem presente na Igreja de Santa Constanza. Em tal construção, podemos apreciar a imagem do Cristo em um cenário paradisíaco entregando as leis nas mãos dos apóstolos Pedro e Paulo (SOUSA, 2010).

A teoria de Rainer Souza revela a dupla função primordial dos templos religiosos na tradição do Ocidente. No primeiro momento é um lugar de adoração e no segundo ser referência modelar dos espaços destinados à liderança política suprema segundo sua representatividade. Com isso, além de obedecer aos princípios religiosos cultivados nesses espaços, os homens e mulheres do Império, ao mesmo tempo, relacionavam o lugar com os ambientes dos governantes e isso era critério fundamental para se estabelecer a funcionalidade entre fé e obediência, seja qual fosse a circunstância.

A partir de pressupostos como este, é que se pode compreender a importância do templo religioso e suas funções para a vida social de determinadas comunidades e povos: a construção da vida social por meio do entrelaçamento entre a vida política e a função religiosa.

4.3 A HARMONIA ENTRE O CIVIL E O SAGRADO, O PROFANO E O RELIGIOSO, NOS TEMPLOS E NAS EDIFICAÇÕES DA CAPITAL FEDERAL

A harmonia arquitetônica entre construções de função civil e construções de função religiosa são marcas do plano urbano de Brasília e pode ser nitidamente observada nas edificações projetadas por Oscar Niemeyer na capital federal assim como em outras cidades brasileiras. Como se sabe, a equipe dos arquitetos pioneiros de Brasília utilizou o mesmo traço fundamental para compor indistintamente as edificações da cidade. O traço arquetípico se tornou determinante para todo tipo de edificação a ser erguida na região. Considerando do ponto de vista dos artistas, esta determinante ultrapassa a geografia de Brasília.

Um exemplo de variação do mesmo traço de Niemeyer para projetar espaço sagrado e espaço profano, a partir da mesma concepção, pode ser visto na capela da ermida Dom Bosco junto ao Lago Paranoá, em Brasília, monumento erguido devocionalmente ao santo profeta da cidade, que encontra a forma triangular de seu arco na mesma concepção de forma triangular do arco que envolve a Praça da Apoteose, símbolo máximo do carnaval brasileiro, erguido no sambódromo da Marquês de Sapucaí, na cidade do Rio de Janeiro.

Foto 24 – Capela da Ermida Dom Bosco



Fonte: Arquivo pessoal.

Foto 25 – Sambódromo do Rio de Janeiro



Fonte: História do Rio (2013).

A Ermida e a Apoteose do carnaval são referenciadas sob o mesmo traço. A diferença está na função dos espaços. Enquanto a capela do memorial foi construída para ser consagrada ao culto católico e remeter o fiel à experiência mística, a Apoteose culmina com o auge do desfile da Escola de Samba quando remete o folião ao êxtase da festa pagã.

Enquanto o traço sobre a Ermida de Dom Bosco rebaixado com a cruz, revela acolhida, guarda e proteção do alto, definidas no lugar, o traço da Apoteose, rebaixado com o triângulo revela as curvas sensuais das pernas da mulata passista.

Em Brasília, a arquitetura dos primeiros projetistas da cidade de Brasília tinha essa característica – a de ser uma arquitetura que moldasse sobre o mesmo risco ou traço tanto as construções destinadas ao culto religioso como as construções civis, profanas. Assim, constata-se que intencionalmente, acima da função civil, religiosa, sagrada ou profana, está a questão do modelo, do símbolo que pode ser revelado num traço comum arquetípico.

Ao se pensar no projeto harmônico das edificações na cidade de Brasília, há que se indagar sobre o ordenamento, a arquitetura e a limitação da forma que os projetistas e idealizadores da capital deram a essas edificações. Por que tal ordenamento arquitetônico de construções uniformes na região do centro administrativo? A que remete esse modelo arquitetônico esboçado nas construções? No que a geografia do Planalto Central contribuiu para fazer projetar na região a expectativa de cidade futurística com formas definidas a partir de um traço originário, cujas edificações concluem por mesclar a ideia de futuro com modelos de civilizações do mundo antigo?

Respostas a tais perguntas podem estar em diversos aspectos da abordagem iconológica. O mais fundamental deles talvez esteja no desejo espontâneo de harmonização e sintonia entre a topografia da região, a arquitetura e a preservação da visão humana num campo geográfico de horizonte sem fim, dentro de um mesmo ordenamento físico. O relevo da região do Planalto, em sua geografia, já nos fornece essa expectativa de harmonia entre as formas. O Planalto nos oferece uma visão altiplana singular composta por conjuntos de pequenos elevados chapados piramidais onde, ao mesmo tempo, se proporciona o alto e o baixo, o vertical e o horizontal, como se fossem complementos um do outro.

Tais formas terão grande impacto na construção do cotidiano do imaginário urbano da cidade e região, como serão também determinantes para os aspectos da construção social da capital. Não é aleatório, por isso, o fato de a ideia de planalto e alvorada se fazer presente na denominação de inúmeros logradouros, nomes jurídicos, nomes fantasias de instituições na região: palácios, lojas comerciais, emissoras de rádio e TV, gráficas, escolas, lojas de serviços, marca de produtos, de bens de consumo, etc. (*Palácio da Alvorada, Magazin Alvorada, Rádio Alvorada,*

Gráfica Alvorada, Café Alvorada, Bi-cama Alvorada, Sorvetes Alvorada, Supermercado Alvorada, Chaveiro Alvorada, Cine Alvorada etc.).

Esses conjuntos de pequenos elevados chapados piramidais, vistos na geografia regional, são facilmente traduzidos na forma das edificações da cidade, como que numa continuidade harmônica dos acidentes geográficos. É como se ao marchar pelas terras do Planalto, os desbravadores, pioneiros e idealizadores conservassem a mesma visão dos altiplanos no surgimento das edificações da futura cidade. A ideia do plano e a verticalidade do alto estão aqui de tal modo referenciados servem de modelo e inspiração aos construtores da capital.

Por se tratar de uma cidade planejada cada unidade edificada e cada projeto de construção foram organizados de maneira que mantivessem a consonância com os outros demais projetos de construções, atuais ou futuras. Assim sendo, o planejamento colocou num mesmo espaço setorial, toda funcionalidade dos serviços e suas especificidades. A cidade apresenta uma estrutura organizacional que se complementa, por exemplo, pela oferta dos serviços localizados. São os chamados setores complementares: setor das farmácias, onde predomina o comércio de medicamentos; setor dos restaurantes, com o predomínio do serviço da gastronomia; setor de hotéis, setor de rádio e difusão, setor de autarquias públicas, setor comercial, setor de escolas, setor de grandes áreas: igrejas, hospitais, setor gráfico, setor de clubes, setor de diversão etc. Vamos encontrar na região do Núcleo Bandeirante uma rua de igrejas onde se acham representados templos de grande parte das religiões ocidentais. Na lógica dessa disposição, dos templos das religiões ocidentais, também está presente o ordenamento urbano refletido no campo visual da geografia que o Planalto oferece.

A rodoviária de passageiros, que em outras cidades geralmente fica afastada de seu centro, em Brasília ela se localiza exatamente na região central, de modo que aquele que chega à cidade se dirige ao seu ponto central onde é recebido pela presença dos edifícios governamentais do Distrito Federal e da União. A recepção da cidade se faz pelo setor administrativo.

Foto 26 – Rodoviária do Plano Piloto com Esplanada ao fundo



Fonte: www.brazilia.jor.br (2004).

A partir da estação rodoviária o transeunte segue em direção ao Museu da República, que pode ser visto no primeiro plano para o pedestre que se dirige à Esplanada. O Museu foi construído recentemente, mas já estava previsto nos incisos dos projetos de construção da cidade, e cuja localização se prestava a informar, ainda que de maneira implícita, aos transeuntes, que a construção da cidade é o resultado do resgate dos princípios de sua história e de sua cultura. O Museu conserva a forma triangular oval, nitidamente mostrada na Foto 27.

Foto 27 – Museu da República: forma triangular oval



Fonte: Arquivo pessoal.

A próxima edificação no caminho do pedestre é o templo da igreja matriz da cidade, a Catedral de Brasília, que apresenta, em sua forma física, uma lógica racional de construção representando um símbolo de reverência para o alto, o elevado. A chegada à cidade encontra o caminho racional que convida o visitante, ao sair da rodoviária, conhecer a história político cultural da República, antes de encontrar o templo. O Museu e a Catedral são edificações que obedecem à mesma lógica do traçado triangular que comunica o alto e baixo de forma harmônica, conforme mostra a Foto 28. Assim, a composição da chegada em Brasília obedece, a certo modo, uma harmonia entre as edificações, não importando o sentido de sua funcionalidade.

Foto 28 – Panorâmica do Museu e Catedral Metropolitana



Fonte: Arquivo pessoal.

O sentido dessa harmonia vai permanecer em quase todas as construções da cidade. Mesmo em templos que não pertencem à tradição religiosa cristã ocidental, o traço fundamental permanece como norma ou lógica no traçado da cidade como é o caso de alguns santuários: budistas, maçônicos, messiânicos e outros.

Foto 29 – Igreja Messiânica Mundial do Brasil



Fonte: Arquivo pessoal.

A Igreja Messiânica Mundial do Brasil referencia a ideia de que qualquer edificação, ainda que esteja fora do planejamento original da cidade, deve obedecer à lógica de seu traço fundamental e da expectativa simbólica e religiosa criada a partir do surgimento do arquétipo, se quiser permanecer em sintonia com o ordenamento original das edificações de Brasília.

A Igreja da Paz, como a Catedral é conhecida pelos brasilienses, ainda apresenta, em sua arquitetura, uma variação específica do traço triangular arquetípico que compõe a cidade. Sua forma simboliza a imagem do ministro religioso apresentando o sacramento da eucaristia. A forma externa do espaço religioso aduz às mãos do sacerdote consagrando a hóstia santa em posição de elevação para o alto. Mais uma vez, a arquitetura projeta o traço do triângulo em sua harmonia de conjunção entre o baixo e o alto. Os gestos humanos religiosos são todos simbólicos e o arquétipo é sua materialização. O simbolismo dos templos de Brasília atua nitidamente como expressão do desejo único, universal, místico e religioso de materialização do arquétipo da relação entre o elevado e o baixo.

Foto 30 – Catedral de Brasília



Fonte: Arquivo pessoal.

A possível expressão simbólica percebida em obras arquitetônicas como estas podem ser interpretadas em se utilizando o método interpretativo de Panofsky, que entende que por detrás da visão exterior das imagens esculpidas há sempre algo mais a ser comunicado e apreendido.

No caso do Campanário da Catedral, dentre as muitas possibilidades de interpretação que existem, temos a tentativa do autor de informar que a religião e o trabalho fazem parte da organização da cidade no seu marco inicial, uma vez que a torre dos sinos também é assumida como variação estética dos símbolos comunistas (cruzamento entre a foice e o martelo³⁴).

³⁴ A foice e o martelo fazem parte do conjunto de ícones que identificam todo movimento simpatizante do pensamento socialista/comunista, situadas mais à esquerda do espectro político. Um dos mais importantes ícones do século XX, a foice e o martelo figuraram em várias bandeiras, símbolos e brasões por todo o globo. Ao lado da estrela vermelha, é a principal representação gráfica das ideias defendidas por Marx, Engels e Lênin. Ali se faz presente a essência da ideologia comunista, com o proletariado da classe trabalhadora sendo representado pelo martelo e o camponês das áreas rurais, pela foice – antes, no lugar da foice usou-se o arado, mas como o desenho sempre acabava confundido com a foice, esta ficou como a representação dos trabalhadores do campo (SANTIAGO, 2012, p. 01).

Foto 31 – Torre de sinos da Catedral de Brasília



Fonte: Arquivo pessoal.

Mesmo não tendo a finalidade de tratar dos símbolos comunistas a referencia serve como parte para compressão de um sistema simbólico que se desenvolve em quase todas as edificações de Brasília por ser uma variação do seu traço fundante.

Outro exemplo simbólico do arquétipo do alto e do baixo na forma triangular, construído na cidade, é a Catedral Rainha da Paz, que está localizada nas proximidades do Setor Militar Urbano de Brasília, no Eixo Monumental em sua parte norte. A igreja pertence, de acordo com seu site oficial, ao Ordinariado Militar³⁵, que é o órgão católico responsável pela assistência religiosa aos militares e seus familiares.

³⁵ Site disponível em: <<http://arquidiocesedebrasilia.org.br/pagina.php?p=ordinariadomilitar>>. Acesso em: 07 jan. 2014.

O local de seu erguimento, conta a história popular e turística, foi abençoado pelo papa João Paulo II, logo na instalação de sua pedra fundamental quando de sua passagem por Brasília no ano de 1991. A igreja foi inaugurada no dia 12 de outubro de 1994 e tem como símbolo a forma de uma barraca de campanha militar, por se tratar de uma construção também militar. Isto é o que se pode ouvir da parte daqueles responsáveis pelo cuidado da igreja e, também, o que se pode conhecer como explicação por meio de sítios eletrônicos não oficiais³⁶.

Não se pode, à primeira vista, negar a teoria do protótipo da barraca de campanha aplicado à forma arquitetônica do templo. No entanto, o que se percebe é também o seguimento do traço arquetípico do triângulo piramidal antigo compondo a forma exterior da Catedral Rainha da Paz.

Levando-se em conta a relação simbiótica entre a representação de monumentos antigos na proposta modernista de Brasília, além do frequente simbolismo do arquétipo do alto e o baixo em suas obras, mais uma vez a arquitetura da Catedral Militar de Brasília pode ser trazida para um variado campo de interpretação sob o significado de sua forma e do local de sua construção.

Mesmo sendo, as possibilidades de interpretação, tão variadas, a Catedral Rainha da Paz pode perfeitamente simbolizar a união das duas mãos de um indivíduo em posição de oração. Razoavelmente, o sentido de sua forma pode perfeitamente expressar o gesto de reverência e de contrição do orador com suas mãos erguidas para o alto.

³⁶ Sites disponíveis em: <<http://www.guiadasemana.com.br/brasilia/turismo/igrejas/catedral-militar-rainha-da-paz>> ; <http://pt.wikipedia.org/wiki/Catedral_Militar_Rainha_da_Paz>. Acesso em: 07 jan. 2014.

Figura 6 – Mãos unidas



Fonte: Dürer (1508).

Foto 32 – Catedral Rainha da Paz

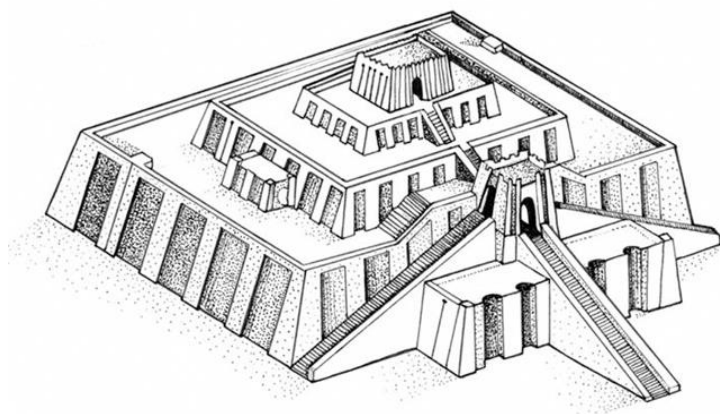


Fonte: Arquivo pessoal.

O Memorial JK é um desses atuais monumentos que mais sintetizam o sentido da saga de Brasília e de sua construção já erguidos na Capital Federal. O museu é uma obra de arte da arquitetura moderna ao mesmo tempo em que referencia arquitetonicamente o modelo de obras da antiguidade. Foi inaugurado em setembro de 1981 e está localizado na parte norte do Eixo Monumental, ponto culminante do Plano Piloto, de onde se tem a mais ampla visão da cidade.

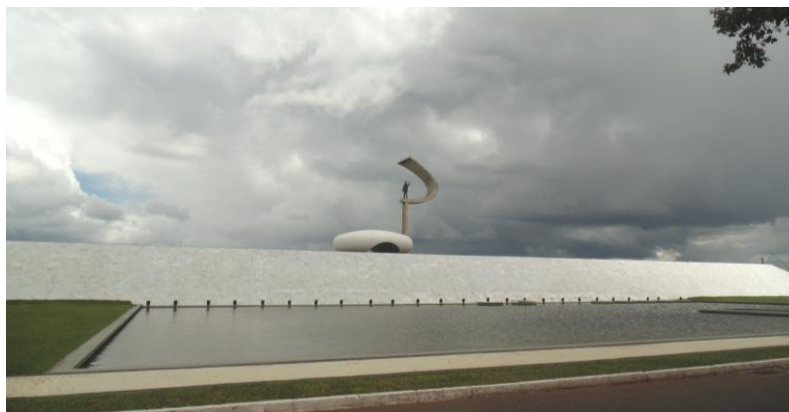
A arquitetura do Memorial JK trás a imagem arquetípica clássica impressa nos palácios da antiguidade. Além de remeter, com sua arquitetura, aos zigurates³⁷, templos antigos dos sumérios e dos babilônicos. O memorial ainda apresenta na sua parte superior o símbolo da foice e do martelo, símbolos do trabalho comum do homem urbano e do campo, já referido anteriormente.

Figura 7 – Zigurate



Fonte: Cardoso (2013).

Foto 33 – Memorial JK



Fonte: Arquivo pessoal.

³⁷ Os zigurates são construções feitas pelos povos antigos para servir de orientação e lugar de culto, assim definido pelo Dicionário Português Online com esse conceito: S.M. Torre gigantesca, de várias plataformas superpostas, dos templos caldeus e babilônicos, semelhante à de Babel, a que se refere a Bíblia, e cuja invenção é atribuída aos sumerianos (DICIONÁRIO ON-LINE, 2012).

As estórias contadas pelos candangos e narradas nos ambientes de convivência da cidade, bares e botequins, diz ter sido o Memorial, no auge da construção de Brasília, uma obra tão monumental e extravagante que chegaram a atribuir a figura de Juscelino à figura de um deus, nos moldes dos deuses antigos.

Juscelino chegou a ser tido por seus contemporâneos, oriundos das camadas mais simples da população, como um semideus. Isso não deve ser visto como algo estranho, especialmente num momento em que a obra de construção de Brasília propiciou o fluxo de operários dos mais diferentes pontos do Brasil movidos pela oportunidade do trabalho e pela busca da esperança de um futuro melhor. A esperança, juntamente com a fé, o rito e o misticismo, fizeram parte das expectativas humanas que acompanharam a saga da construção de Brasília.

Outro exemplo de edificação semelhante aos zigurates antigos é o Conselho Nacional de Educação – CNE. Situada na parte sul da cidade, abriga, atualmente, um grupo de responsáveis pelo reconhecimento das instituições de saber no país.

Foto 34 – Conselho Nacional de Educação



Fonte: Arquivo pessoal.

Brasília, em seus monumentos, expressa o anseio de um mundo que deveria chegar ao auge de sua contemplação pelo externo e visível. É o que Siqueira vai chamar de visibilidade do eu interior, eu superior, eu maior (2002, p. 182). Essa visibilidade tripartite do eu foi um dos pressupostos usado por Juscelino

para fazer da capital uma cidade do futuro ao mesmo tempo em que representasse grandes civilizações do passado. Sua relação com a saga de Brasília acabou por fazer com que os homens olhassem para a cidade do futuro comparando seu criador aos grandes homens do passado, considerados deuses nos antigos impérios.

Trabalhando com essa temática comparativa aos zigurates babilônicos e sua importância para os povos antigos, vale a pena trazer para este contexto a observação de Wiseman:

A Torre de Babel, expressão esta que não aparece no Antigo Testamento, é comumente usada para descrever a torre que tinha a intenção de ser um altíssimo símbolo associado à cidade e a seus adoradores. É geralmente aceito que, à semelhança da cidade, a torre ficou incompleta, e que se tratava de uma torre de estágios ou zigurate de muitos andares, que foi inicialmente desenvolvido na Babilônia no início do terceiro século A.C. partindo da plataforma baixa que contava com um santuário estabelecido perto dos templos da cidade principal (como em Ereque e Uqair). (WISEMAN, 1995, p. 178).

É bem verdade que na capital do Brasil quase tudo tem uma representação simbólica. As edificações civis, como é o caso do Palácio da Alvorada, do Palácio da Justiça, do edifício do Supremo Tribunal Federal, mostram que essa representatividade ultrapassa vários significados.

Esses prédios, ainda que não tenham conceitos religiosos, são arquetípicos e simbólicos ao mesmo tempo. Arquetípicos porque sua imagem ao ser projetada aos olhos humanos leva a mente à lembrança de civilizações passadas com suas construções faraônicas. Simbólicos porque estes não se constituem tão somente em prédios funcionais do poder administrativo, mas são verdadeiras obras arquitetônicas simbólicas das relações de poder e quiçá da relação do poder supremo com os poderes comuns dos homens.

Segundo a teoria de Panofsky, fica implícita no ambiente destas construções a ideia do domínio que se pode exercer sobre o mundo e sobre os homens. Quem ocupa, quem preside ou administra desde o interior do espaço destas instituições exerce, ao mesmo tempo, de forma natural e determinada, algum controle sobre os demais que não estão em sua mesma condição de poder (PANOFSKY, 1986).

Estas estruturas representam um mundo em evolução, projetando o futuro, mas usando elementos do passado, tanto simbólicos, como arquetípicos. Essa foi uma das razões que levou Panofsky (1986) a entender que por detrás das imagens e figuras há informações outras que são constantemente transmitidas.

Ao observar o projeto arquitetônico das construções de Brasília, fica patente que as edificações locais não são apenas prédios funcionais de trabalho, mas edifícios artísticos que com sua estrutura física comunicam informações, teorias e representam significados da vida, da cultura e dos sentimentos de pessoas envolvidas ou não em seu projeto e construção.

O prédio do Teatro Nacional, por exemplo, em sua forma piramidal pré-colombiana, comporta o sentido de templo dedicado às celebrações e às artes, da mesma forma que civilizações antigas criaram formas simbólicas de comunicação e de perpetuação cultural da civilização por meio de construções próprias para este fim. As artes desenvolvidas no interior dos teatros antigos, não serviam apenas para entretenimento, mas atuam como meio de produção e cultivo do sentido e da identidade cultural da civilização. Até hoje a arte cumpre esta função.

Foto 35 – Teatro Nacional



Fonte: Arquivo pessoal.

Já o Panteão da República foi uma obra construída com o fim de eternizar a memória de homens que foram reconhecidamente ilustres para cidade. Ele está localizado na Praça dos Três Poderes ao lado do Memorial dos Candangos, que é o monumento levantado para eternizar a memória de seus operários. Ambos os monumentos compõem, lado a lado, uma curiosa referência à teoria da dialética social das classes divididas e envolvidas no erguimento da cidade.

Foto 36 – Panteão da República



Fonte: Arquivo pessoal.

O edifício do Supremo Tribunal Federal é o símbolo máximo da justiça federal, sua corte suprema. Ele é sustentado por colunas que apresentam o mesmo traço básico que compõe as demais edificações públicas da cidade: o traço triangular piramidal em movimento. O prédio tem na composição de sua função a atividade ‘suprema’ da justiça. Curiosamente, é o espaço mais modesto dentre os palácios da cidade.

Foto 37 – Supremo Tribunal Federal: o traço triangular em movimento



Fonte: Arquivo pessoal.

Sua forma arquitetônica mostra um sólido quadrado suspenso por uma série de colunas em forma de triângulos sequenciais que transmitem ao observador uma nítida sensação de leveza. A ideia está em que a justiça deve ser o fundamento da cidade e seu sentido paira acima de qualquer outro interesse.

O mesmo sentido pode ser atribuído à visão exterior do Palácio do Planalto. O edifício do poder executivo da União tem o mesmo formato do prédio da Suprema Corte. A mesma série de colunas sequenciais em formas triangulares que sustenta o Palácio ergue o prédio num nível ligeiramente mais elevado que o da Corte da Justiça, numa expressão nítida de nível de poder no regime republicano. Tanto a ideia funcional da justiça como a ideia funcional da administração se põem, em construção, sob a simplicidade do mesmo traço simbólico do triângulo. O arquétipo da ligação e comunicação entre o alto e o baixo parece, nestes dois casos, querer permanentemente soerguer os palácios.

Foto 38 – Palácio do Planalto: o traço visível nas colunas



Fonte: Arquivo pessoal.

Estórias sobre o Palácio do Planalto dão conta de que quando os projetistas desenhavam suas colunas, isto é, seu traço básico, este deveria sintetizar a imagem de folhas levemente caindo. Que as decisões ali tomadas, deveriam ser ações que repercutissem como a suavidade de uma folha caindo. De fato, a leveza percebida junto ao erguimento dos prédios é uma constante aos olhos dos observadores. Tal variação de colunas triangulares pode ser vista em outro Palácio da cidade, o da Alvorada, residência oficial do chefe supremo do Brasil.

Foto 39 – Palácio da Alvorada: colunas triangulares



Fonte: Arquivo pessoal.

Estes e outros exemplos demonstram a tese da relação harmônica da similaridade entre as edificações civis e religiosas da cidade de Brasília, num nítido projeto de sintonia entre o sentido do trabalho, do lazer e do culto, atividades essencialmente humanas.

Mesmo os espaços de suas ruas refletem a harmonia entre o 'civil' e o 'religioso'. O desenho repetitivo do traçado das vias da cidade, redondos e ovalados remetem o trânsito cotidiano do cidadão à mesma rotina simbólica encontrada nos ritos religiosos. Os que transitam cotidianamente pelas ruas da cidade, mais que o deslocamento entre pontos locais, cumprem simbolicamente uma espécie de rito processional, semelhantes àqueles das procissões e romarias religiosas. Talvez por isso no fluxo dos cidadãos, no trânsito da cidade, predomine o sentido de rotina, de óbvio, de previsão, de previsto. Em Brasília não se buzina o veículo, pois esta rotina já vem como uma lógica.

O propósito encontrado pelos idealizadores de Brasília impresso no sentido de seu projeto urbanístico, colaborou para que a vida e a vivência em seu espaço urbano possibilitasse às pessoas a chance de liberdade de expressão pública de seus sentimentos mais humanos. Essa significação de certo modo proposital e impressa na forma das construções da cidade foi uma descoberta de seus idealizadores. Este fenômeno talvez responda pela razão direta do sentido da marcante manifestação religiosa e esotérica observada junto população da cidade. Nesse sentido, Deis, apresenta uma teoria de desenvolvimento racional feita por meio das percepções que se pode perceber nos templos da cidade:

A maioria dos grupos objetiva um estado de percepção alterado, para que se esteja consigo mesmo, com a dimensão interior transcendente, que normalmente estaria adormecida ou esquecida: possibilidade de autoaperfeiçoamento (SIQUEIRA, 2002, p. 182).

Essa percepção, observada junto aos grupos esotéricos, expressa de certo modo a experiência comum vivida pelos moradores de Brasília e, possivelmente, também foi aquela experimentada pelos pioneiros construtores da cidade. Curiosamente, os templos de Brasília não são lugares exclusivos onde se pode esperar a oportunidade de praticar a religião e a busca pelo Sagrado. Tal expectativa se mostra possível junto a quase todos os monumentos e edificações públicas, civis e religiosas da cidade.

CONCLUSÃO

‘Capital da Esperança’ a manifestação do arquétipo de espaço sagrado na geografia de Brasília foi o tema deste trabalho. As expectativas criadas com essa temática foram de concentrar todo o raciocínio e a pesquisa bibliográfica no arquétipo visível manifestado nas construções religiosas da cidade.

No decorrer do caminho, surgiram outras expectativas que mereceram estudo, pois cabiam perfeitamente dentro daquilo que foi proposto, como é o caso das edificações civis, colocando frente a frente o sagrado e o profano. Neste sentido, os espaços que são naturalmente sagrados são colocados diante daqueles espaços meramente profanos. O objetivo não era fazer julgamento, mas, observá-los em sua posição no espaço geográfico de Brasília, encontrando assim, como reflexão, um possível entendimento de que um pertence ao outro.

A seleção do espaço geográfico como o principal ponto de partida para os expedicionários da Missão Cruls mereceu atenção deste trabalho, por se tratar de uma missão constitucional e que teve como resultado histórico profundas definições no rumo da história do Brasil.

O que se apresenta como resultado deste tópico é que, ao viajar pelas terras do Planalto Central de Brasília e visualizar seus elevados montanhosos, a composição da paisagem acabaria por interferir, ideal e referencialmente, no projeto urbanístico de construção da cidade. Necessariamente, o que foi descrito nesta etapa surge da ideia de que os projetistas da cidade tiveram acesso e conhecimento do relatório dos expedicionários, e este conhecimento os influenciou.

O surgimento do concreto resultou na materialização arquetípica de como os idealizadores da capital a vislumbraram como possibilidade. Ao se avançar na pesquisa, dentro da ideia da materialização do concreto, vê-se que a presença religiosa, observada na profecia do padre italiano Dom Bosco, contribuiu substancialmente para a formação da imagem arquetípica da cidade. Imagem que foi refletida nos templos da capital, onde a Igreja Matriz é uma referência e um símbolo daquilo que Dom Bosco revelara em sua profecia.

Tudo isso foi construído sob um traço que a define como singular diante das demais cidades brasileiras. Este traço e suas variantes determinam o complexo arquitetônico de Brasília. Todos os edifícios erguidos no Plano Diretor da cidade foram sustentados pela variação deste traço.

Para se alcançar os objetivos desta pesquisa foi necessário transitar por áreas distintas das ciências humanas. A estrutura da cidade e sua formação, ainda que com pouco mais de cinquenta anos, oferece parâmetros para estudos e pesquisas nos campos da arquitetura, engenharia, filosofia, sociologia, simbologia, geografia.

A temática do arquétipo, empregada para interpretar as estruturas arquitetônicas com funções religiosas e civis da cidade, e que também foi o objeto de pesquisa deste trabalho, ofereceu alguma dificuldade de compreensão em sua base conceitual, por se tratar de um ramo da filosofia e da psicologia ainda pouco estudada. No entanto, com a utilização de informações de outras áreas do conhecimento, chegou-se ao resultado apresentado neste trabalho.

Diante destas constatações, foi necessária a abordagem de outros conceitos, especialmente o sentido do imaginário. Isso levou esta pesquisa a transitar pelo misticismo e pelos aspectos religiosos das várias matrizes simbólicas da cidade.

No que diz respeito à documentação da história de Brasília, outros desafios apareceram. Isto em parte pelo fato de estar amplamente baseada em contos, extratos jornalísticos, alguns livros publicados e documentos escassos, dificultando o relato preciso acerca da trajetória de como se desenvolveu a história da cidade desde seu início até seu momento atual.

Considerada a capital da esperança por causa da expectativa criada quando foi apresentada como projeto nacional, Brasília foi recitada em poesias, cantada no hino oficial e visualizada no imaginário das pessoas que se estabeleceram em suas terras, como lugar de esperança de um futuro melhor.

A cidade que alavancou o país em diferentes setores sociais e econômicos é também a cidade que atraiu vários modelos arquetípicos manifestados em diferentes culturas. Estes foram possíveis através da espontaneidade e dos desejos de seus idealizadores e visionários.

Esses arquétipos, encontrados nas edificações da cidade e no próprio plano de sua constituição, carregam um grande conteúdo de significados, sem os quais a própria cidade não teria sentido. Isso significa dizer que, para se ter algum entendimento substantivo do que seja o projeto de Brasília, assim chamado pelos pioneiros, faz-se necessário um cuidadoso olhar histórico, filosófico e geográfico sobre o erguimento da cidade e de como ela se encontra hoje.

Seu erguimento, de tão sonhada, imaginada e esperada, fez com que narrativas populares chegassem a afirmar que sua origem tem por base a presença de seres extraterrestres que, com suas espaçonaves, determinaram a característica topográfica altiplana do Planalto, cujo desenho serviria de inspiração para a elaboração do traço fundamental da cidade.

Os caminhos percorridos por este trabalho tinham como objetivo encontrar respostas a algumas perguntas surgidas espontaneamente no próprio projeto inicial de edificação da Capital do País, tais como: De onde vieram tantos valores simbólicos e sagrados como os vistos na capital? Qual o significado de se construir uma cidade para ser a capital política do país e abrigar os mais variados tipos de religião? A essas perguntas, este trabalho apresenta algumas respostas razoáveis. No entanto, segue-se que novos desafios surgem à medida que se avança no estudo do sentido impresso de esperança como adjetivo da capital.

A constituição, proposta desde o Brasil império, tinha como proposta a realização de uma cidade planejada e estruturada de maneira que não oferecesse risco à soberania da nação. Neste sentido, Brasília concretiza esse objetivo e todas as expedições que se embrenharam no Planalto adentro tiveram papel fundamental na tarefa de constituição da cidade.

As singularidades da sua construção estão exatamente no fato de que a cidade se tornou não apenas a capital esperada pelos brasileiros, mas se tornou a capital das múltiplas formas culturais, dos múltiplos ajuntamentos sociais, das múltiplas práticas religiosas. A multiplicidade dos aspectos sociais tem origem nos vastos fluxos migratórios ocorridos quando de sua construção.

A religiosidade e suas múltiplas práticas, com seus símbolos e seus espaços sagrados, são a melhor maneira de ilustrar essa diversidade encontrada na capital do país. Em seu território, existem templos e símbolos sagrados e não sagrados dos mais variados tipos de confissões religiosas existentes no mundo. Sua estrutura não apresenta dificuldade e não oferece nenhuma resistência a qualquer tipo de expressão religiosa. Sua finalidade não era da diversidade de crenças, pois não estava prevista e, muito menos, fez parte do seu planejamento inicial, mas, como a multiplicidade do sagrado se desenvolveu de maneira natural, ela não questionou.

Percebe-se então que, a partir da imposição de uma multiplicidade, existe uma proposta emergente de que a finalidade sob a qual se construiu a capital, de ser sede do poder executivo, teve também papel fundamental na compreensão

desses aspectos multifacetados, servindo de base para todos os tipos de manifestações de confessionalidades.

Também aquilo que a tornou símbolo de fé e de esperança pode ser visto em seus templos e noutros monumentos erguidos nos seus espaços consagrados, constituindo-se em resultado das propostas envolvidas em sua construção, como vários arquétipos sagrados materializados em seus templos religiosos.

Os passos naturais para estes estudos passam pela própria história do descobrimento do Brasil e de seu processo de colonização. Assim, talvez respondam ou apontem caminhos para se entender o que aconteceu com os projetos iniciais da capital que a levaram pelos rumos do simbólico e do sagrado, trazendo, além da fama e da riqueza, a religiosidade como centro de sua composição.

Em Brasília, as ciências da religião encontram vasto campo de pesquisa acerca da diversidade e da sincronia religiosa do país. Por ser uma das principais praças onde todas as religiões querem estabelecer suas matrizes, a cidade oferece um conjunto de manifestações religiosas de imenso valor cultural.

Este trabalho, ao abordar as dimensões simbólicas que envolvem a construção das edificações urbanas civis e religiosas de Brasília, conclui que a cidade é fruto de uma teoria que a remete arquitetonicamente aos tempos passados de forma a poder manifestar o passado e o futuro conjugados numa ideia de cidade.

Esta teoria leva a outro entendimento possível: quando se observa os templos erguidos na capital pela ótica da iconologia vê-se que existe uma tentativa de apresentar uma ideia permanente de elevação e junção entre o que está acima e o que está abaixo. Essa tipificação é uma demonstração implícita de religiosidade e de busca pelas coisas sagradas.

Os templos são, visual e possivelmente, a expressão mais singular da busca humana por ligar, na mesma esfera geográfica, o alto e o baixo, o céu e a terra. Aplica-se, neste sentido, a ideia piramidal que exprime em sua larga base a caracterização do mundo terreno e em seu cume pontiagudo, a pertença ao alto, ou ao mundo espiritual. Tem-se, ainda, que os templos, com seus arquétipos e algumas edificações civis arquetípicas, vão fazer esse papel de ligação entre o espaço sagrado celestial e o espaço profano terrestre.

Conclui-se que a cidade é o resumo da complexidade expressa pela composição entre o sentido ordinário da vida, as relações de poder pelos ambientes

administrativos e a multiplicidade de experiências religiosas, onde, ao mesmo tempo, os templos e as edificações civis, com suas manifestações arquetípicas, exercem papel fundamental no imaginário de Brasília.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. Epistemologia, aristotelismo, estoicismo, arquétipo. *Dicionário de filosofia*. Tradução: Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fonte, 1998.

ALMEIDA, Wesley de. Wesley de Almeida: depoimento [22 jun. 2013]. Entrevistadores: Almiro Marcos e Manoela Alcântara. Entrevista concedida ao Correio Brasiliense, Caderno Cidades. Brasília: Correio Brasiliense, 2013. p. 25.

ARMANDO. Foto: Borboleta. *ADJ Comunicação*. Jornalismo e opinião: todo mundo vê! 2010. Disponível em: <<http://adjcomunicacao.wordpress.com/2010/02/19/linda-a-borboleta-amarela-e-preta-tem-parente-em-brasilia/>>. Acesso em: 25 jan. 2014.

ATKINSON, Sam (Editor sênior). *O livro da filosofia*. Tradução de Rosemarie Ziegelmaier. São Paulo: Globo, 2011.

AUTOCAD MECHANICAL. Ilustração: pirâmides. *Criar uma pirâmide sólida*. 2011. Disponível em: <http://exchange.autodesk.com/autocadmechanical/ptb/online-help/AMECH_PP/2012/PTB/pages/WS1a9193826455f5ffa23ce210c4a30acaf-6898.htm>. Acesso em: 09 dez. 2013.

AZZI, Tales. As fantásticas histórias da Chapada dos Veadeiros. *Revista Viaje Mais*, São Paulo, ano 12, abril 2013.

BAIR, Deirdre. *Jung: uma biografia*. Vol. 1. São Paulo: Globo S.A., 2006.

BERGER, Peter Ludwig. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. Tradução de José Carlos Barcelos. São Paulo: Paulinas, 1985.

BERTOLOTTO, Rodrigo. *Misticismo de Brasília cria doutrina de pirâmides, espíritos e roupas coloridas*. UOL: Notícias em Brasília. 2010. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/especial/2010/brasilia-50-anos/2010/04/20/misticismo-de-brasilia-cria-doutrina-de-piramides-espiritos-e-roupas-coloridas.jhtm>>. Acesso em: 23 out. 2013.

BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central*. Eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. 3. ed. Coleção UnB nos 50 anos de Brasília. Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

BÍBLIA SAGRADA. Revista e atualizada. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2006.

BOAS, Franz. *A mente do ser humano primitivo* Tradução de José Carlos Pereira. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BOMBEXX. *20 anos de Águas Lindas: Meu registro*. Foto 18 - Mini-bonús: Cidade Eclética, fraternidade espiritualista e universal. 2007. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1688748>>. Acesso em: 06 jan. 2014.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Programa das solenidades de instalação do Governo Federal em Brasília. Publicado originalmente no site da biblioteca digital da Câmara dos Deputados. Brasília: Biblioteca da Câmara dos Deputados, 1960. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 09 dez. 2013.

CARDOSO, Cyn. História da Arte: A Mesopotâmia. *Democracia Fashion*. 2013. Disponível em: <<http://democraciafashion.com.br/tag/medos/>>. Acesso em: 03 jan. 2014.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia dos mitos brasileiros*. São Paulo: Global, 2002.

_____. *Contos Tradicionais do Brasil*. São Paulo: Global, 2004.

CASOY, Boris (Editor responsável). *O sarampo antropofágico*. Editorial da Folha de São Paulo do dia 15 de maio de 1978. UOL: Almanaque, Banco de Dados da Folha. Disponível em: <<http://almanaque.folha.uol.com.br/semana22.htm>>. Acesso em: 26 nov. 2013.

CONSTRUÇÃO do Congresso Nacional. In: URPIA, Luciano. *Foto na história*. 1959. Disponível em: <<http://fotonahistoria.blogspot.com.br/2012/05/construcao-do-congresso-nacional.html>>. Acesso em: 24 jan. 2014. Fotografia desconhecido.

CORDEIRO, Ana Maria; PALOMO, Victor. Hefesto: o arquétipo do criador ferido. In: ALVARENGA, Maria Zélia (Coord.). *Mitologia simbólica: estrutura da psique e regências míticas*. São Paulo: Casa do psicólogo, 2007.

COSMELLI, Francisco Alberto. Foto: *Vale do Amanhecer* (Templo Mãe). Planaltina, 2004. Disponível em: <http://www.fotolog.com.br/vale_amanhecer/5036127/>. Acesso em: 07 jan. 2014.

COSTA, Lúcio. Foto: Croqui apresentado por Lúcio Costa no concurso para escolha do "Plano Piloto" de Brasília. *Brazilia.jor.br*. 1956. Disponível em: <<http://doc.brazilia.jor.br/plano-piloto-Brasilia/plano-Lucio-Costa.shtml>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

CROATTO, José Severino. *As linguagens da experiência religiosa: uma introdução a fenomenologia da religião*. São Paulo: Paulinas, 2010.

CRULS, Louis Ferdinand. Relatório da Missão Cruls. Rio de Janeiro: 1894. Disponível em: <<http://doc.brazilia.jor.br/HistDocs/Relatorios/1894-missao-Cruls-015-indice.shtml>>. Acesso em: 09 dez. 2013.

DELEUZE, Gilles. *A imagem-tempo*. Tradução de Eloisa de Araújo Ribeiro. Revisão filosófica de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DICIONÁRIO ON-LINE. Arquétipo, religiosidade, misticismo, zigurate. *Dicionário Online de Português*: definições e significados de mais de 400 mil palavras. Todas as palavras de A a Z. 2012. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/arquetipo/>>. Acesso em: 09 dez. 2013.

DURAND, Gilbert. *O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Tradução de Renée Eve Levié. 3. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2004.

DÜRER, Albrecht. *Desenho: Mãos em oração*. 1508. Disponível em: <<http://desenhoarq.wordpress.com/2008/02/25/trama-de-linha/>>. Acesso em: 09 jan. 2014.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. Tradução de Joaquim Pereira Neto. Revisão de José Joaquim Sobral. São Paulo: Paulinas, 1989.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. Tradução de Pola Civelles. São Paulo: Perspectiva, 1963.

_____. *O sagrado e o profano*. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FARIA, Caroline. *Planalto central*. 2008. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/geografia/planalto-central/>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

FEIJÓ, Alceu. Foto aérea: *Casa Dom Inácio de Loyola*. 2012. Disponível em: <<http://www.joaodedeus.com.br/fotos?album=AtendimentoSulAgosto2012FotosAereas>>. Acesso em: 07 jan. 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

FONTENELLE. Foto: O 1º Catetinho, afastado da mata, junto ao campo de pouso provisório. *Brazilia.jor.br*. 1956. Disponível em: <<http://doc.brazilia.jor.br/HistDocs/Pubs/1959-Visao-origem-do-Catetinho.shtml>>. Acesso em: 07 jan. 2014.

GOMES, Laurentino. *1808*. São Paulo: Planeta, 2007.

HISTÓRIA DO RIO. Foto 08: Sambódromo. História do Rio. 2013. Disponível em: <<http://www.historiadorio.com.br/pontos/sambodromo>>. Acesso em: 07 jan. 2014.

HOFFMANN, Bruno. *A capital do sonho*. 2010. Disponível em: <<http://www.almanaquebrasil.com.br/curiosidades-historia/9312-a-capital-do-sonho.html>>. Acesso em: 19 nov. 2013.

INFOPÉDIA. Arquétipo. *Infopédia* [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$arquétipo](http://www.infopedia.pt/$arquétipo)>. Acessado em: 04 mar. 2013.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasil. Tombamento. 2013. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17738&sigla=Institucional&retorno=paginaInstitucional>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

JÓIAS TERRA SANTA. *Blog Cruz da Terra Santa*. História de Dom Bosco. [s/d]. Disponível em: <<http://www.cruzterrasanta.com.br/historia/dom-bosco>>. Acesso em: 07 jan. 2014.

JUNG, Carl Gustav. *O homem e seus símbolos*. Tradução de Maria Lucia Pinho. Petrópolis: Nova Fronteira, 1964.

_____. *Interpretação psicológica do dogma da trindade*. Obras completas volume XI/2. Tradução de Maria Lucia Pinho. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

_____. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Tradução de Maria Luiza Appy e Dora Mariana R. Ferreira da Silva. Petrópolis: Vozes, 2011.

KEHL, Luiza. *A morte não existe*. Casa de D. Inacio de Loyola em Abadiânia. Janeiro 2011. Disponível em: <<http://luizakehl.com/category/lugares-da-joyce/page/3/>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

KERN, Iara; PIMENTEL, Ernani Filgueira. *Brasília secreta*. Brasília: Pórtico Editora, 2009.

KUBITSCHEK, Juscelino. *Por que construí Brasília*. Coleção Brasil 500 anos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

LASOR, William S.; HUBBARD, David A.; BUSH, Frederic W. *Introdução ao Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1999.

LLOYD, Christopher. *O que aconteceu na terra? A história do planeta, da vida & das civilizações do Big Bang até hoje*. Tradução de Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.

LUIZ, Edson Beú. *Expresso Brasília: a história contada pelos candangos*. Brasília: LGE Editora, 2006.

LUNGHI, Carlitos. History of the Egyptian Obelisks. Carlitos Lunghi site. [s/d]. Disponível em: <<http://egipto.com/obeliscos/obeliskindex.html>>. Acesso em: 25 jan.13

MADJARO, Rosana. (Elaboradora e idealizadora). Mantido por Carlos Duarte. *Mundo dos Filósofos: período cristão – Neoplatonismo*. 2011. Disponível em: <<http://www.mundodosfilosofos.com.br/neoplatonismo.htm#ixzz2MnkWQaHv>> Acesso em: 05 ago. 2013.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A Escravidão no Brasil*. V. I. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1866. Digitalização da 2. ed. em papel de 1866. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=N34IAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 05 ago. 2013.

_____, Agostinho Marques Perdigão. *A Escravidão no Brasil*. V. II. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1867. Digitalização de edição em papel de 1867. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/malheiros2.html>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

MOGGI, Jair. Os arquétipos estão chegando. *Revista HSM Management Update*. Corações e Mentes/Filosofia. N. 54. Março 2008. Disponível em: <http://www.adigo.com.br/UserFiles/Image/images_artigos/os_arquetipos_estao_chegando.pdf>. Acesso em: 18 out. 2013.

MORAES, Vinícius de. *O planalto deserto*. Brasília poética: declarações de amor a Brasília. 2009. Disponível em: <http://brasiliapoetica.blog.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=1504>. Acesso em: 03 jan. 2014.

MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. *Biografia*: Cruls, Louis. Brasileira Eletrônica. 2009. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/pop/pop_bio/5/afba619da1406881d3dfd6e5b11ca4c8>. Acesso em: 15 dez. 2013.

NETO, Geneton Moraes. Documento: Oscar Niemeyer confessa que começou a se preocupar com a morte aos 14 anos de idade. Passou de um século de vida. Conclusão: Não vale a pena perder tempo com a “Ceifadora”. *G1 – Dossiê Geral: o blog das confissões*. 18 dez. 2009. Disponível em: <<http://g1.globo.com/platb/geneton/tag/brasil/>>. Acesso em: 15 dez. 2013.

OLIVEIRA, Eduardo. *Serra do Roncador: o destino final*. 2014. Disponível em: <<http://www.novaera.serradoroncador.com.br/>>. Acesso em: 23 out. 2013.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A construção de Brasília: os anos JK*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas – FGV. 2002. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Brasilia/Construcao>>. Acesso em: 14 ago. 2013.

OTTO, Rudolf. *O Sagrado: um estudo do elemento não-racional na idéia do divino e a sua relação com o racional*. Traduzido por Prócoro Velasquez Filho. São Bernardo do Campo: Imprensa Metodista, 1985.

PAIVA, Bruna; OLIVEIRA, Giovana; OLIVEIRA, Pedro. Chapada dos Guimarães, um dos lugares mais bonitos do Brasil. Os Paparazzi. 2012. Disponível em: <<http://www.ospaparazzi.com.br/turismo/chapada-dos-guimaraes-8825.html>>. Acesso em: 23 out. 2013.

PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PANOFSKY, Erwin. Iconografia e Iconologia: Uma introdução ao estudo da arte da Renascença. In: *Significado nas Artes Visuais*. Tradução de Maria Clara F. Kneese e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1986. p. 47-65.

PAZ, Noemí. Mitos e ritos de iniciação nos contos de fada. Tradução de Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Cultrix/Pensamento, 1995.

PEIXOTO, Afrânio. *História do Brasil*. Digitalização da 2. ed. em papel. Biblioteca do Espírito Moderno. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/peixoto.html>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

PIFANO, Raquel Quinet. História da arte como história das imagens: a iconologia de Erwin Panofsky. *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*. V. 7. Ano VII. n. 3. ISSN: 1807-6971. Setembro/ Outubro/ Novembro/ Dezembro de 2010. Disponível em: <<http://www.revistafenix.pro.br/artigos24.php>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

PITTA, Danielle Perin Rocha. *Iniciação a teoria do imaginário de Gilbert Durand*. Rio de Janeiro: Atlântida Editora, 2005.

PLATÃO. *A república*. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2001.

POMBO, Rocha. Dicionário de sinônimos da língua portuguesa. Coleção Antônio de Moraes Silva. 2. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2011.

PORTALBRASIL. *Cidades brasileiras*: Brasília – DF. [s/d]. Disponível em: <http://www.portalbrasil.net/brasil_cidades_brasilia.htm>. Acesso em: 13 jan. 2014.

REIMER, Ivone. A discipula Tabita vive! Poder do mito na reorganização da vida comunitária. In: III Congresso Internacional em Ciências da Religião – Mitologia e literatura sagrada, 2009. *Anais*. Goiânia: Ed. PUC/GO, 2010.

RODRIGUES, Ademir. Foto: Museu da República. Ministério do Esporte. Portal da Copa. 2011. Disponível em: <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/galeria/brasiliasetembro2011>>. Acesso em: 07 jan. 2014.

ROMBACH, Heinrich. *Strukturontologie*. eine Phänomenologie der Freiheit. 2. Aufl. Freiburg, München: K. Alber, 1988. (Tradução minha)

SANDRINI, Marcos. *As origens gregas da filosofia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SANTANA, Ana Lúcia. Semana de Arte Moderna. *Infoescola*: navegando e aprendendo. s/d. Disponível em; <<http://www.infoescola.com/artes/semana-de-arte-moderna/>>. Acessado em: 30 jan. 2014.

SANTIAGO, Emerson. *Foice e o martelo*: símbolos do comunismo. 2012. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/curiosidades/foice-e-o-martelo-simbolos-do-comunismo/>>. Acesso em: 31 dez. 2013.

SANTOS, Goiamérico Felício Carneiro dos. Quem Tem Medo do Mito? In: AVELINO, José Carlos. *Realidade Social e Mito na Grécia Antiga*. Goiânia: UCG, 2008.

SARTRE, Jean-Paul. *A imaginação*. Tradução de Paulo Neves. Coleção L&PM Pocket. Porto Alegre: L&PM, 2012.

SIC TRANSIT GLORIA MUNDI. A Fraternidade. [s/d]. Disponível em: <<http://www.fraternidadeecletica.org.br>>. Acesso em: 27 out. 2013.

SILVA, Ernesto. História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade. 4. ed. Brasília: CDL – Câmara de dirigentes lojistas do DF, 1999.

SIQUEIRA, Deis. Novas religiosidades da capital do Brasil. *Revista Tempo Social. Revista de Sociologia*. n. 14 (1).São Paulo: USP, maio 2002. p. 117-197.

SOARES, Deuzíria de Carvalho; CASTRO, Silvia Regina Viola de. *Planaltina: um referenciamento de fontes*. Arquivo Público Distrito Federal. 2. ed. Brasília: GDF, 2001. p. 12.

SOUSA, Rainer. Arte Cristã Primitiva: A fase oficial. *BrasilEscola.com*. 2010. Disponível em: <<http://www.brasilestela.com/artes/arte-crista-primitiva-1.htm>>. Acesso em: 06 dez. 2013.

TERRIN, Aldo Natale. *Antropologia e horizontes do sagrado: culturas e religiões*. Tradução de Euclides Luiz Calloni. São Paulo: Paulus, 2004.

VARNHAGEM, Francisco Adolfo (Visconde de Porto Seguro). *A questão da capital: Marítima ou no interior?* Biblioteca digital da câmara dos deputados. Centro de documentação e informação. Coordenação de biblioteca. Vienna D'Austria: Imp. do Filho de Carlos Gerold - Edição por conta do autor, 1877. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/3102>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

VILLAS BÔAS, Orlando. *A Marcha para o Oeste: a epopéia da Expedição Roncador-Xingu*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WEB LUXO. Foto: Torre Digital. Torre de Niemeyer é o mais novo ponto turístico de Brasília. 2012. Disponível em: <<http://www.webluxo.com.br/menu/imoveis/12/niemeyer-torre-tv-digital.htm>>. Acesso em: 07 jan. 2014.

WIKIPÉDIA. Erwin Panofsky. Wikipédia: a enciclopédia livre. 2013. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Erwin_Panofsky>. Acesso em: 10 jan. 2014.

WISEMAN, D. J. In: *Novo Dicionário da Bíblia*. Volume único. São Paulo: Vida Nova, 1995.

WWW.BRAZILIA.JOR.BR. *Plataforma Rodoviária de Brasília em um fim de tarde ensolarado*. Foto: 08 mar. 2004. Disponível em: <<http://doc.brazilia.jor.br/plataforma-Rodoviaria.shtml>>. Acesso em: 05 fev. 2014.

ZIMMERMANN, Andréa; FRANÇA, Fábio. Foto 07: Nascer do sol. *Blog: Montanhas do Planalto Central*. 2013. Disponível em: <<http://montanhasdoplanaltocentral.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 07 jan. 2014.